

Universidade Federal da Bahia
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Mariana Assef Lavez

Mulheres, Corpos-Territórios de Luta:
na linha de frente pelo Direito à Cidade no Centro Antigo de Salvador

Salvador
2024

Mulheres, Corpos-Territórios de Luta:
na linha de frente pelo Direito à Cidade no Centro Antigo de Salvador

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (PPGAU/UFBA), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Glória Cecília dos Santos Figueiredo.

Salvador
2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI)
Biblioteca da Faculdade de Arquitetura (BIB/FA)

L399

Lavez, Mariana Assef.

Mulheres, corpos-territórios de luta [recurso eletrônico] : na linha de frente pelo direito à cidade no Centro Antigo de Salvador / Mariana Assef Lavez. – Salvador, 2024.

172 p. : il. ; 24 cm.

Dissertação – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. 2024.


Orientadora: Glória Cecília dos Santos Figueiredo.

1. Antirracismo - Mulheres - Salvador (BA). 2. Feminismo - Salvador (BA). 3. Sociologia urbana - Salvador (BA). 4. Segregação urbana - Centro Histórico (Salvador, BA). 5. Racismo. I. Figueiredo, Glória Cecília dos Santos. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Arquitetura. III. Título.

CDU: 316.334.56(813.8)



Ata da sessão pública do Colegiado do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO (PPG-AU), realizada em 03/10/2024 para procedimento de defesa da Dissertação de Mestrado EM ARQUITETURA E URBANISMO no. 1, área de concentração Urbanismo, do(a) candidato(a) MARIANA ASSEF LAVEZ, de matrícula 2022100060, intitulada Mulheres, Corpos-Territórios de Luta: na linha de frente pelo Direito à Cidade no Centro Antigo de Salvador. Às 09:00 do citado dia, Sala Esterzilda - PPG AU UFBA, foi aberta a sessão pelo(a) presidente da banca examinadora Profª. Dra. GLORIA CECILIA DOS SANTOS FIGUEIREDO que apresentou os outros membros da banca: Profª. Dra. THAIS TRONCON ROSA, Profª. Dra. PAULA FREIRE SANTORO e Profª. MAURA CRISTINA DA SILVA. Em seguida foram esclarecidos os procedimentos pelo(a) presidente que passou a palavra ao(a) examinado(a) para apresentação do trabalho de Mestrado. Ao final da apresentação, passou-se à arguição por parte da banca, a qual, em seguida, reuniu-se para a elaboração do parecer. No seu retorno, foi lido o parecer final a respeito do trabalho apresentado pelo(a) candidato(a), tendo a banca examinadora APROVADO COM DISTINÇÃO o trabalho apresentado, sendo esta aprovação um requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre. Em seguida, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelo(a) presidente da banca, tendo sido, logo a seguir, lavrada a presente ata, abaixo assinada por todos os membros da banca.


Dra. PAULA FREIRE SANTORO, USP

Examinadora Externa à Instituição


MAURA CRISTINA DA SILVA


Examinadora Externa à Instituição


Dra. THAIS TRONCON ROSA, UFBA

Examinadora Interna


Dra. GLORIA CECILIA DOS SANTOS FIGUEIREDO, UFBA

Presidente


MARIANA ASSEF LAVEZ

Mestrando(a)

AGRADECIMENTOS

Construído fundamentalmente a partir dos encontros, este trabalho não seria possível sem a presença de uma rede de mulheres, às quais agradeço profundamente pelos momentos de escuta, partilha, aprendizado, construção coletiva e confabulação de presentes e futuros possíveis. Às mulheres, referências em seus territórios, movimentos e comunidades, que reinventam esta cidade, e com quem tive a honra de caminhar durante o desenvolvimento deste trabalho em Salvador, no Centro Histórico, na Gamboa de Baixo e na Ladeira da Preguiça: Maura Cristina, Sandra Regina, Pró-Cida, Fernanda Moscoso, Ana Caminha, Eliane Silva, e tantas outras que, direta ou indiretamente, estiveram presentes ao longo dos percursos da pesquisa.

À Glória Cecília, orientadora deste trabalho, pelas valiosas contribuições e provocações, essenciais para o amadurecimento da pesquisa, e por ter me integrado a esta potente rede de atuação que vem construindo há anos no Centro Antigo de Salvador. À Thaís Rosa, Paula Santoro e Maura Cristina, por aceitarem o convite para comporem a banca, pela atenção e generosas contribuições, despertando meu olhar para novas reflexões, caminhos e possibilidades para o trabalho. À Universidade Federal da Bahia, ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia, pela concessão da Bolsa de Pós-Graduação durante seis meses.

À minha mãe e ao meu pai, Eloá e Reinaldo, que embora não tenham tido as mesmas oportunidades que eu, sempre acreditaram na importância da educação. Sem o apoio de vocês, eu não teria chegado até aqui hoje. Ao meu irmão, Raphael, pela parceria de sempre, e pelas revisões e considerações que tanto me ajudaram durante o processo seletivo de ingresso na Pós-Graduação.

Aos amigos e amigas da FAU USP, que mesmo à distância, se fizeram presentes. A saudade sempre me faz relembrar com muito carinho os momentos que compartilhamos na Graduação. Aos colegas do trabalho, pelo

apoio e compreensão desta jornada dupla que levamos. Aos amigos e amigas do PPGAU UFBA, pelas risadas nos bares e nos banhos de mar, e pelos momentos de terapia coletiva.

E, por fim, ao meu amor, Reylibis Blanco, minha companheira, parceira de vida, que embarcou nesse caminho ao meu lado, e foi capaz de transformar até mesmo um processo árduo como o Mestrado, em um caminho mais leve e mais bonito. Obrigada pelo cuidado, pelo carinho, pelo acolhimento, pelas risadas e pelas lágrimas. Eu te amo e desejo compartilhar ao seu lado este e todos os próximos caminhos. Obrigada por me fazer sentir em casa, independente de onde estejamos.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo compreender de que formas os sistemas de opressão e exploração patriarcal e racista, através do dispositivo de racialidade, se materializam na produção do espaço urbano, e como o agenciamento das mulheres, sujeitas políticas ativas na construção e defesa de suas comunidades, têm interrogado esses processos e articulado redes de ação cotidiana, tecnologias sociais, o cuidado coletivo, e a luta por infraestruturas urbanas, como formas de fazer política que confrontam a lógica hegemônica da produção do espaço, e constroem outras relações de vida nas cidades. A pesquisa tem como caso situado o Centro Antigo de Salvador, território historicamente construído pela população negra, conectado por suas raízes ancestrais, e marcado por práticas coletivas e ações comunitárias, protagonizadas por mulheres negras, na linha de frente da reprodução da vida e do enfrentamento de processos de despossessão, em decorrência de políticas e projetos de intervenção urbana marcadamente excludentes e racistas que têm sido desenvolvidos pelo Estado e pela iniciativa privada nas últimas décadas. As histórias, memórias e vivências das mulheres que protagonizam esses movimentos, são referências para o desenvolvimento deste trabalho, com um sentido político e epistemológico fundamental, entendendo que as narrativas e atuações das principais agentes do fazer-cidade cotidiano, são centrais para o fortalecimento das potências transformadoras em curso nos territórios. Os saberes, fazeres e atuações protagonizados por essa rede de mulheres e suas ancestrais, exercem um papel fundamental em suas comunidades e nas disputas urbanas na cidade, e evidenciam como a luta pela defesa do território é inseparável da luta pela defesa dos corpos das mulheres, uma vez que suas vidas e corpos são intimamente conectados aos lugares onde vivem. O direito ao território, e o direito à cidade, representam a defesa de suas próprias vidas e existências.

Palavras-chave: Corpo-Território; Gênero; Raça; Direito à Cidade; Centro Antigo de Salvador.

RESÚMEN

Este trabajo tiene como objetivo comprender de qué formas los sistemas de opresión y explotación patriarcal, junto con el dispositivo de racialidad, se materializan en la producción del espacio urbano, y cómo la acción de las mujeres, como sujetas políticas activas en la construcción y defensa de sus comunidades, han cuestionado estos procesos y han articulado redes de acción cotidiana, tecnologías sociales, el cuidado colectivo y la lucha por infraestructuras urbanas, que confrontan la lógica hegemónica de la producción del espacio y construyen otras relaciones de vida en las ciudades. La investigación se centra en el Centro Antiguo de Salvador, un territorio históricamente conformado por la presencia de la población negra, conectado por sus raíces ancestrales y marcado por prácticas colectivas y acciones comunitarias, protagonizadas por mujeres negras en la primera línea de la reproducción de la vida y enfrentamiento de procesos de desposesión, debido a políticas y proyectos de intervención urbana marcadamente excluyentes y racistas desarrollados por el Estado y la iniciativa privada en las últimas décadas. Las historias, memorias y vivencias de las mujeres que protagonizan estos movimientos son referencias para el desarrollo del trabajo, con un sentido político y epistemológico fundamental, entendiendo que las narrativas y actuaciones de las principales agentes del hacer-ciudad cotidiano, son centrales para el fortalecimiento de las potencias transformadoras en desarrollo en los territorios. Los saberes, haceres y actuaciones protagonizados por esta red de mujeres y sus ancestras desempeñan un papel fundamental en sus comunidades y en las disputas urbanas en la ciudad, y evidencian cómo la lucha por la defensa del territorio es inseparable de la lucha por la defensa de los cuerpos de las mujeres, ya que sus vidas y cuerpos están íntimamente conectados a los lugares donde viven. El derecho al territorio y a la ciudad representa la defensa de sus propias vidas y existencias.

Palabras clave: Cuerpo-Territorio; Género; Raza; Derecho a la Ciudad; Centro Antiguo de Salvador.

ABSTRACT

This project, aims to understand in what ways systems of oppression and patriarchal exploitation and the raciality device materialize in the production of urban space, and how the agency of women, active political subjects in the construction and defense of their communities, have interrogated these processes and articulated networks of everyday action, social technologies, political practices of care and collective urban infrastructures, which confront the hegemonic logic of space production, and build other life relationships in cities. The research case is located in the Historical Center of Salvador, a territory historically formed by the presence of the black population, connected by their ancestral roots, and marked by collective practices and community actions of city-making, led by black women, on the front line of reproduction of life and facing processes of dispossession, as a result of markedly exclusionary and racist policies and urban intervention projects that have been developed by the State and the private sector in recent decades. The stories, memories and experiences of the women who lead these movements are references for the development of work, with a fundamental political and epistemological sense, understanding that the narratives and actions of the main agents of everyday city-making, are the basis for creating perspectives potential for other perspectives on the territories, giving rise to strength for the transformative powers that are already underway in the cities. In this sense, the development of this work has contributed to the recording, recognition and appreciation of the knowledge and practices carried out by this network of women and their ancestors in their territories, reaffirming the fundamental role they play in their communities and in urban disputes in the city, and highlighting how the fight for the defense of territory is inseparable from the fight for the defense of women's bodies, since their lives and bodies are intimately connected to the places where they live. The right to territory, and the right to the city, represents the defense of their own lives and existences.

Keywords: Body-Territory; Gender; Race; Right to the City; Historical Center of Salvador.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACCS - Ação Curricular em Comunidade e Sociedade

AMACH - Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico

BA - Bahia

CAS - Centro Antigo de Salvador

CHS - Centro Histórico de Salvador

CEAS - Centro de Estudos e Ação Social

CEAO - Centro de Estudos Afro-Orientais

CEPAIA - Centro de Estudos dos Povos Afro-Índio-Americanos

CESE - Coordenadoria Ecumênica de Serviço

CONDER - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia

DPE - Defensoria Pública do Estado

FAU - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

FABS - Federação das Associações de Bairros de Salvador

FMLF - Fundação Mário Leal Ferreira

IPAC - Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia

IPHAN - Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LGBTQ+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer

MCMV - Minha Casa Minha Vida

MLB - Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas

MNB2J - Movimento Nosso Bairro é 2 de Julho

MP - Ministério Público

MSTB - Movimento Sem Teto da Bahia

NAJUP - Núcleo de Assessoria Jurídica Popular

ONU - Organização das Nações Unidas

PDDU - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano

PL - Projeto de Lei

PPGAU - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

PRCHS - Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador

PSB - Partido Socialista Brasileiro

RAU+E - Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia

SAJU - Serviço de Apoio Jurídico

SECULT - Secretaria Municipal de Cultura e Turismo

SEDUR - Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano

SETUR - Secretaria Estadual de Turismo

SEFAZ - Secretaria Municipal da Fazenda

SMDU - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano

TAC - Termo de Ajustamento de Conduta

UNEB - Universidade do Estado da Bahia

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

UFBA - Universidade Federal da Bahia

ZEIS - Zona Especial de Interesse Social

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografias 01 e 02: ciclo de encontros com a AMACH e Articulação do Centro Antigo.....	25
Fotografia 03: Pró-Cida e Sandra Regina, moradoras e lideranças do Centro Histórico de Salvador.....	33
Fotografia 04: vista da Baía de Todos os Santos desde o Centro Antigo de Salvador.....	34
Fotografia 05: Fernanda Moscoso, liderança do MSTB e integrante da Articulação do Centro Antigo.....	41
Fotografias 06 e 07: atividades da extensão Perícia Popular no Centro Histórico de Salvador.....	42
Fotografia 08: sede da Associação de Moradores do Centro Histórico de Salvador.....	45
Fotografia 09: Sandra Regina, moradora do Centro Histórico e liderança da AMACH.....	46
Fotografia 10: ofício de trancistas negras em praça pública no Centro Histórico de Salvador.....	50
Fotografias 11 e 12: caminhada de aprendizagem com a AMACH em ocupações do MSTB no Pelourinho/Santo Antônio Além do Carmo. Fonte: fotografias da autora (2022).....	56
Fotografia 13: Sandra Regina, moradora do Centro Histórico e liderança da AMACH.....	60
Fotografia 14: comunidade tradicional pesqueira Gamboa de Baixo.....	62
Fotografias 15 e 16: caminhada de aprendizagem na Gamboa de Baixo.....	63
Fotografia 17: Avenida Contorno na cidade de Salvador.....	64
Fotografias 18 e 19: encontro no bar da Ana Caminha na Gamboa de Baixo.....	66
Fotografia 20: Bahia Marina na Baía de Todos os Santos no Centro Antigo de Salvador.....	67
Fotografias 21 e 22: lançamento “Daqui eu não saio, daqui ninguém me tira: a luta das mulheres negras pelo direito à terra no Brasil”. Fonte: fotografias da autora (2023).....	70
Fotografia 23: a comunidade da Gamboa de Baixo é feminina e negra.....	72
Fotografia 24: mulheres pescadoras da comunidade da Gamboa de Baixo.....	77
Fotografia 25: comunidade da Ladeira da Preguiça no Centro Antigo de Salvador.....	81

Fotografia 26: Eliane Silva, moradora da Preguiça e integrante da Articulação do Centro Antigo.....	82
Fotografias 27 e 28: caminhada de aprendizagem na Ladeira da Preguiça.....	83
Fotografias 29 e 30: encontro com a AMACH e Articulação do Centro Antigo na Preguiça.....	88
Fotografia 31: manifestação na Praia da Preguiça contra a privatização do espaço público.....	90
Fotografias 32 e 33: Banho de Mar à Fantasia na Ladeira da Preguiça.....	92
Fotografias 34 e 35: mobilização na Secretaria Municipal da Fazenda de Salvador.....	96
Fotografias 36 e 37: Perícia Popular no Centro Antigo de Salvador.....	97
Fotografia 38: oficina de trabalho da Perícia Popular no Centro Antigo de Salvador.....	100
Fotografias 39 e 40: Perícia Popular no Centro Antigo de Salvador.....	101
Fotografias 41 e 42: exibição do documentário “Ocupar e Resistir: o coração do Centro Histórico”	103
Fotografia 43: oficina de trabalho da Perícia Popular no Centro Antigo de Salvador.....	104
Fotografia 44: ciclo de debates “Pensar a Cidade” realizado no Centro Cultural da Câmara de Salvador.....	106
Fotografia 45: fala de Maura Cristina, moradora do centro e liderança da Articulação/MSTB.....	106
Fotografia 46: Fernanda Moscoso (MSTB), Ana Caminha (Gamboa de Baixo), Maura Cristina (MSTB), Eliane Silva (Ladeira da Preguiça) e Sandra Regina (AMACH) durante o evento “Pensar a Cidade”	109
Fotografias 47 e 48: oficina de trabalho do evento “Pensar a Cidade”	114
Fotografia 49: Audiência Pública Popular “Viver, Morar, Trabalhar no Centro Histórico e Centro Antigo de Salvador”	118
Fotografias 50 e 51: ciclo de postagens para divulgação da Audiência Pública nas redes da Articulação do Centro Antigo.....	119
Fotografias 52 e 53: ações de lambe-lambe para divulgação da Audiência Pública pelas ruas do Centro Histórico e Centro Antigo de Salvador.....	120
Fotografia 54: ações de lambe-lambe para divulgação da Audiência Pública pelas ruas do Centro Histórico e Centro Antigo de Salvador.....	120

Fotografia 55: Audiência Pública Popular “Viver, Morar, Trabalhar no Centro Histórico e Centro Antigo de Salvador”	123
Fotografia 56: Audiência Pública Popular “Viver, Morar, Trabalhar no Centro Histórico e Centro Antigo de Salvador”	129
Fotografias 57 e 58: reunião ampliada do Núcleo Popular de Mediação de Conflitos Territoriais.....	131
Fotografia 59: reunião ampliada do Núcleo Popular de Mediação de Conflitos Territoriais.....	132
Fotografias 60 e 61: panfletos distribuídos pelos movimentos durante os eventos de natal da Prefeitura no Centro Antigo no final de 2023.....	133

LISTA DE CARTOGRAFIAS

Cartografia 01 - Associação de Moradores (AMACH) do Pelourinho/Carmo, comunidade da Ladeira da Preguiça e comunidade da Gamboa de Baixo no Centro Antigo de Salvador.....	16
Cartografia 02 - Mapeamento dos encontros entre 2022 e 2023.....	23
Cartografia 03 - Linha do Tempo dos encontros entre 2022 e 2023.....	24
Cartografia 04 - Delimitação do Centro Histórico e Centro Antigo de Salvador.....	38
Cartografia 05 - Poligonal do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador.....	40
Cartografia 06 - Poligonal do Projeto Revitalizar em Salvador.....	79
Cartografia 07 - Bahia Marina e Praia da Preguiça.....	89

SUMÁRIO

1. Desvendando o trajeto, construindo os percursos: de onde inicio e por onde caminho.....	15
2. Mulheres, Corpos-Territórios de Luta: o Centro Histórico e o Centro Antigo de Salvador.....	34
2.1. O Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador.....	40
2.1.1. A Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico.....	45
2.2. Gamboa de Baixo: uma comunidade tradicional pesqueira no centro de Salvador.....	61
2.2.1. A construção da Avenida Contorno e a separação da Gamboa em duas.....	63
2.2.2. A construção da Bahia Marina e os impactos no ecossistema pesqueiro.....	67
2.2.3. Ser mulher, ser negra, ser pescadora e ser liderança da Gamboa de Baixo.....	69
2.3. A Comunidade da Ladeira da Preguiça.....	81
2.3.1. A relação ancestral com o território e as redes de apoio comunitário da Ladeira.....	84
2.3.2. Praia da Preguiça: lazer, cultura, ofício e resistência coletiva.....	88
2.3.3. A grilagem urbana de terras e casarões na Preguiça.....	93
3. Prática Coletivas de Incidência Política e Territorial.....	97
3.1. A Perícia Popular no Centro Histórico e Centro Antigo de Salvador.....	97
3.2. “Pensar a Cidade” sem a presença de quem constrói a cidade?.....	105
3.3. Audiência Pública Popular: Viver, Morar, Trabalhar no Centro Histórico e Antigo de Salvador.....	118
4. Costurando os caminhos, refletindo os trajetos.....	134
5. Referências Bibliográficas.....	147
6. Anexos.....	158
6.1. Nota da Articulação do Centro Antigo entregue no ciclo de debates “Pensar A Cidade”	158
6.2. Documento entregue para os atores institucionais na Audiência Pública Popular.....	163

1. Desvendando o trajeto, construindo os percursos: de onde início e por onde caminho

Este trabalho, fruto da trajetória construída durante o Mestrado, entre os anos de 2022 e 2024, na cidade de Salvador, no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, parte de um olhar feminista e racializado para o território e para o Direito à Cidade, buscando evidenciar como os agenciamentos das mulheres, sujeitas políticas ativas na construção e defesa de suas comunidades, têm articulado redes de ação cotidiana, tecnologias sociais, o cuidado coletivo e a luta por infraestruturas urbanas, como formas de fazer política que confrontam a lógica patriarcal, colonial e racista da produção do espaço urbano (HELENE et al., 2022), construindo outras relações de vida nos territórios, e apontando caminhos e alternativas para outras possibilidades do fazer-cidade (ALVES et al., 2021).

A pesquisa tem como caso situado o Centro Antigo de Salvador, território historicamente construído pela população negra, conectado por raízes ancestrais e marcado por práticas coletivas e ações comunitárias do fazer-cidade cotidiano. Práticas e ações protagonizadas por mulheres negras, na linha de frente da construção da vida no território, e do enfrentamento de múltiplos processos de precarização e despossessão, diante de uma máquina histórica de embranquecimento, em decorrência de políticas e projetos de intervenção urbana marcadamente excludentes e racistas, que têm sido desenvolvidos pelo Governo e pela iniciativa privada nas últimas décadas. Nesse sentido, a pesquisa busca movimentar uma reflexão acerca dos significados de se pensar o Centro Antigo de Salvador a partir da presença e atuação feminina negra, na linha de frente de um continuum histórico complexo, onde, a despeito dos múltiplos processos de precarização e despossessão, estão reiteradamente lutando pela defesa e permanência das comunidades negras dos territórios do centro.

Inicialmente, no ingresso ao programa de Mestrado, o Projeto de Dissertação ainda não continha um recorte territorial definido dentro da ampla, diversa e complexa área que é o Centro Antigo. Com a minha mudança para Salvador, em janeiro de 2022, e com o início das interlocuções e colaborações com as moradoras e lideranças dos movimentos e coletividades de lutas urbanas do centro, sobretudo da Associação de Moradores

e Amigos do Centro Histórico (AMACH) e da Articulação do Centro Antigo, o trabalho passa a se debruçar mais especificamente sobre três regiões (cartografia 01): o Pelourinho/Carmo, a Gamboa de Baixo, e a Ladeira da Preguiça, devido à profunda articulação social e política que tecem entre si, devido às questões que enfrentam no centro de Salvador, dentro das diferentes trajetórias e modos de vida de cada comunidade, e devido ao forte protagonismo feminino construído em rede no território, pelas vozes e atuações das mulheres: Sandra Regina e Jecilda Mello (Pró Cida) da AMACH; Fernanda Moscoso e Maura Cristina do Movimento Sem Teto da Bahia (MSTB); Ana Caminha, da Associação Amigos de Gegê dos Moradores da Gamboa de Baixo; Eliane Silva, do Centro Cultural Que Ladeira É Essa? na Preguiça; entre outras mulheres, moradoras e lideranças que integram essa rede de movimentos.



Cartografia 01: AMACH Pelourinho/Carmo, Ladeira da Preguiça e Gamboa de Baixo no Centro Antigo de Salvador.

Fonte: elaboração da autora (2023).

Os três territórios formam parte da Articulação do Centro Antigo¹, movimento fundado em 2014, por seis coletivos de comunidades do centro, na luta pelo Direito à Cidade, pelo Direito à Moradia, e nos

¹ Embora a AMACH não seja membra integrante da Articulação, por ter uma trajetória de formação e atuação distinta, nos últimos anos os dois movimentos têm se aproximado e construído colaborações de luta conjunta, tendo em vista também a presença do MSTB, que integra a Articulação, em ocupações de moradia no território do Centro Histórico.

enfrentamentos coletivos das ameaças de expulsão e das violações de direitos das populações negras do centro. Nesse sentido, para além dos territórios sobre os quais este trabalho incide, outras comunidades fazem parte da Articulação do Centro, e estão ativamente presentes no fazer-cidade do Centro Antigo, e nas lutas e disputas pelos seus direitos de viverem e permanecerem nos territórios do centro. Dentre os coletivos e comunidades que integram a Articulação, para além do MSTB, da Gamboa de Baixo e da Ladeira da Preguiça, estão:

- o coletivo de Artífices da Ladeira da Conceição da Praia, composto por mestres ferreiros, serralheiros, marmoristas e mecânicos, que lutam para permanecer exercendo seus ofícios em meio às inúmeras tentativas de expulsão promovidas pelo projeto de revitalização dos Arcos da Ladeira. Após uma série de mobilizações e acordos junto aos poderes públicos e a Defensoria Pública, os artífices conquistaram sua permanência, e seguem mobilizados no território para assegurar que os saberes, fazeres e ofícios, historicamente exercidos por trabalhadores negros, sejam respeitados e valorizados enquanto patrimônio da cidade de Salvador;
- o coletivo Vila Coração de Maria, localizada no bairro 2 de Julho, utilizada inicialmente como moradia de pessoas escravizadas e funcionários da Irmandade São Pedro dos Clérigos e que, como outras comunidades do Centro Antigo, é ameaçada por processos de especulação imobiliária como reflexo da implantação de empreendimentos de alto padrão em seu entorno. Através da arte e da cultura, o Coletivo da Vila Coração de Maria permanece lutando pelo reconhecimento do valor histórico ancestral de seu território, com uma importante conquista de demarcação da Vila como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de Salvador de 2016;
- e o Movimento Nosso Bairro é 2 de Julho (MNB2J), coletivo criado em 2012 por moradores do bairro, para impedir a realização de um projeto de intervenção urbana que, além de ter sido proposto pela Prefeitura de Salvador sem nenhum diálogo com a comunidade, previa, entre múltiplas medidas gentrificadoras de elitização da região, a mudança do nome do bairro, o que mobilizou fortemente a população local.

Tendo em vista essa ampla e complexa área que é o Centro Antigo de Salvador, com uma multiplicidade de territórios, comunidades e movimentos, e entendendo a limitação de tempo para o desenvolvimento do trabalho dentro do período do programa de Mestrado, foram realizadas tais escolhas e recortes para a definição dos territórios de incidência, levando em consideração, também, o enfoque de gênero da pesquisa, e a minha maior aproximação e interlocução com as lideranças do MSTB, da AMACH, da Ladeira da Preguiça e da Gamboa de Baixo.

Para o desenvolvimento inicial da pesquisa, foi realizada uma revisão bibliográfica cuidadosa e atenta, enfocada em autoras com abordagens racializadas do território e do Direito à Cidade, através de uma lente epistêmica feminista e antirracista, capaz de fundamentar uma das questões centrais da pesquisa: a arquitetura e o planejamento urbano foram e, seguem sendo, elementos centrais na reprodução e manutenção das desigualdades sociorraciais nas cidades (PEREIRA, 2019). A segregação urbana planejada tem se mostrado como umas das principais diretrizes do “desenvolvimento” urbano (PERRY, 2022), em que o dispositivo de racialidade (CARNEIRO, 2005) opera a partir da hierarquização das vidas não-brancas sob as vidas brancas, por meio de projetos de intervenção urbana que, na prática, buscam eliminar os modos não-brancos de habitar, viver e fazer-cidade (BORGES et al., 2021), através de múltiplos processos de remoção, expropriação e despossessão.

Com base nessa discussão, e tendo como recorte de incidência deste trabalho o Centro Histórico, a Gamboa de Baixo e a Ladeira da Preguiça, construo uma análise no segundo capítulo, “Mulheres, Corpos-Territórios de Luta”, sobre como os principais projetos de reestruturação, revitalização e recuperação urbana que foram realizados pelo Governo do Estado da Bahia e pela Prefeitura Municipal de Salvador nesses territórios nas últimas décadas, têm aprofundado as desigualdades e violações raciais e de gênero no acesso ao Direito à Cidade pelas comunidades negras do Centro Antigo de Salvador. Para a definição dos seguintes projetos a serem analisados, foi levado em consideração tanto o fato de serem os mais mencionados pelas próprias lideranças e moradoras dos territórios, como pelos impactos de grandes proporções que causaram, sendo: o Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador (PRCHS), implementado a partir de 1992,

e até hoje inconcluso, com sua sétima etapa iniciada nos anos 2000, mas sem finalização; a construção da Avenida Lafayette Coutinho, que atravessou e segregou a comunidade da Gamboa de seu entorno a partir de 1962; a construção da Bahia Marina, no início dos anos 2000, um megaprojeto voltado para o turismo náutico de alto poder aquisitivo, causando profundos impactos sociais e ambientais na região; o surgimento, desde 2016, e ainda vigente, de Planos de Prevenção de Desastres, elaborados pela Defesa Civil (CODESAL)², a partir do mapeamento de supostas zonas de risco iminente, prioritárias para a execução de remoções; e o Projeto Revitalizar, que prevê múltiplos benefícios fiscais para estimular e atrair investidores para a requalificação de imóveis no centro, implementado a partir de 2017, e que segue em andamento.

Para a elaboração dessa análise no segundo capítulo, as histórias, memórias, vivências cotidianas e atuações políticas das moradoras enunciadas anteriormente, as principais agentes da construção e defesa de seus territórios, serão referências centrais para a pesquisa. Tanto para a construção da investigação sobre quais são as especificidades enfrentadas pelas mulheres em contextos de violação de direitos nos territórios, como para a compreensão sobre como os agenciamentos construídos por elas, têm estruturado tecnologias sociais e políticas, que como veremos detalhadamente no segundo capítulo, tornam possível, em meio e, para além, das múltiplas ameaças de despossessão que enfrentam, a existência da vida em coletivo nas comunidades, e a existência de uma vida mais acolhedora para as mulheres nos territórios.

Construir o trabalho dessa forma é partir da compreensão, e fortalecer o reconhecimento, de que os agenciamentos que as mulheres desenvolvem em diferentes campos, nas tramas do cotidiano, no trabalho, na moradia, nas redes de cuidado, na educação, nos movimentos sociais, entre muitos outros, as colocam na linha de frente, tanto do fazer-cidade, como das lutas territoriais (ALVES et al., 2021). São mães, irmãs, avós, trabalhadoras, ambulantes, pescadoras, professoras, trancistas, guardiãs da memória, mestras, lideranças e vozes ativas, referenciais em seus territórios e modos de ser, habitar e viver nas cidades (HITA, 2014; ALVES et al., 2021). Sujeitas políticas que exercem um papel fundamental nas comunidades onde vivem (HELENE, 2019; MAESTRO, 2017), subvertendo o lugar que, historicamente, lhes foi imposto pelo sistema colonial racista, e

² Disponível em: <http://www.codesal.salvador.ba.gov.br/index.php/areas-de-risco>. Acesso em 21 jan. 2024.

enfrentando as relações de dominação e exploração de seus corpos e territórios (MONTEIRO; MEDEIROS; NASCIUTTI, 2017).

Dessa forma, os caminhos da pesquisa vão sendo delineados a partir da minha inserção em uma rede pré-estabelecida e construída, há anos, de atuações, colaborações e parcerias engajadas entre a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal da Bahia, e os movimentos e coletividades do Centro Antigo de Salvador, tecida, sobretudo, a partir da atuação, junto a uma rede de agentes que conta com o envolvimento da professora Glória Cecília Figueiredo, orientadora deste trabalho, na formação de um solo fértil acadêmico e ativista, a partir da construção de uma ponte e aliança entre a universidade e o centro, com a consolidação de práticas extensionistas engajadas com os movimentos nos territórios, e comprometidas com a justiça sociorracial e territorial em Salvador.

A formação dessa rede de colaborações e atuações co-implicadas se inicia em 2016, com a realização, pelo Grupo de Pesquisa Lugar Comum - PPGAU/UFBA, em parceria com a The Bartlett Development Planning Unit - University College London³, de um intercâmbio de professora(e)s e estudantes, com quatro anos de duração, entre 2016 e 2019, envolvendo tanto pesquisadora(e)s das universidades, como lideranças, moradora(e)s, associações, movimentos e coletivos de diferentes territórios da cidade de Salvador, incluindo a Associação Amigos de Gegê e Moradores da Gamboa de Baixo, a Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico (AMACH), e o Movimento Sem Teto da Bahia (MSTB).

O intercâmbio estruturou-se a partir de uma diversidade de metodologias de colaboração entre a universidade e os movimentos envolvidos, através de encontros, percursos e deslocamentos territoriais coletivos, tensionando também as práticas hegemônicas da universidade e suas “hierarquizações do saber” (FERNANDES; FIGUEIREDO; PEREIRA, 2022), e buscando construir um processo partilhado e horizontal de formação e mobilização de ações estratégicas e instrumentos de ação coletiva, tendo em vista as demandas que

³ The Bartlett Development Planning Unit - University College London.

Disponível em: <https://www.ucl.ac.uk/bartlett/development/>. Acesso em 18 jul. 2024.

eram trazidas pelos movimentos, e as reflexões e debates compartilhados nos espaços de colaboração em comum, nos cruzamentos entre dimensões como moradia e economia, cultura e memória, infraestrutura e mobilidade, equipamentos sociais e espaços coletivos, e violência (FERNANDES; FIGUEIREDO; PEREIRA, 2022).

As experiências e atuações do intercâmbio potencializaram, também, a criação do projeto “Perícia Popular no Centro Histórico e Centro Antigo de Salvador”, que consiste em um espaço de colaborações urbanas, partilha de saberes e práticas coletivas de incidência política e territorial, em parceria com a AMACH e com a Articulação do Centro Antigo, desenvolvido a partir da criação de uma disciplina de extensão universitária, no âmbito da consolidação de um espaço inovador na Universidade Federal da Bahia, a Ação Curricular em Comunidade e em Sociedade (ACCS)⁴. Durante o desenvolvimento deste trabalho, pude colaborar na quinta edição do projeto, no primeiro semestre de 2023, de forma que será compartilhado em detalhes mais adiante na Dissertação, no capítulo 3, as atividades multifacetadas e inter cruzadas entre ensino, pesquisa, extensão, assessoria popular, ativismos sociais e artes multilinguagens desenvolvidas pelo projeto, e que buscam contribuir para os enfrentamentos e fortalecimento da defesa dos direitos humanos, territoriais e socioambientais das comunidades negras do Centro Antigo de Salvador.

Nesse sentido, este trabalho só foi possível de ser desenvolvido da forma como foi, a partir de um universo de colaborações e encontros - em torno de 38, entre 2022 e 2023 (cartografias 02 e 03) -, devido a existência dessa rede pré-estabelecida, e pelo acolhimento da minha chegada pela(o)s agentes e lideranças envolvida(o)s nessa teia de atuações. A minha participação nessa rede se dá, desde o primeiro semestre de 2022, através da colaboração em atividades de pesquisa e extensão do Grupo de Pesquisa Lugar Comum/PPGAU-UFBA; durante o segundo semestre de 2022, no Estágio Docente na disciplina de Estudos Socioambientais, orientado pelas professoras Glória e Thaís Rosa; como colaboradora e monitora, no primeiro

⁴ Ação Curricular em Comunidade e em Sociedade (ACCS) é um componente curricular interdisciplinar e transdisciplinar. , modalidade disciplina, de cursos de Graduação e de Pós-Graduação, em que docentes e discentes da UFBA, em uma relação com grupos da sociedade, desenvolvem ações de extensão no âmbito da criação, tecnologia e inovação, promovendo o intercâmbio, a reelaboração e a produção de conhecimento sobre a realidade com perspectiva de transformação”, conforme Resolução Nº 01/2013 do CONSEPE.

semestre de 2023, no Projeto de Extensão “Perícia Popular no Centro Histórico e Centro Antigo de Salvador”⁵; e como integrante do grupo de assessoria continuada com a Articulação do Centro Antigo e AMACH, formado no segundo semestre de 2023, por colaboradora(e)s, pesquisadora(e)s e assessora(e)s populares, a partir das experiências na Perícia Popular, mas com a continuidade após o final do semestre, de modo independente do componente extensionista.

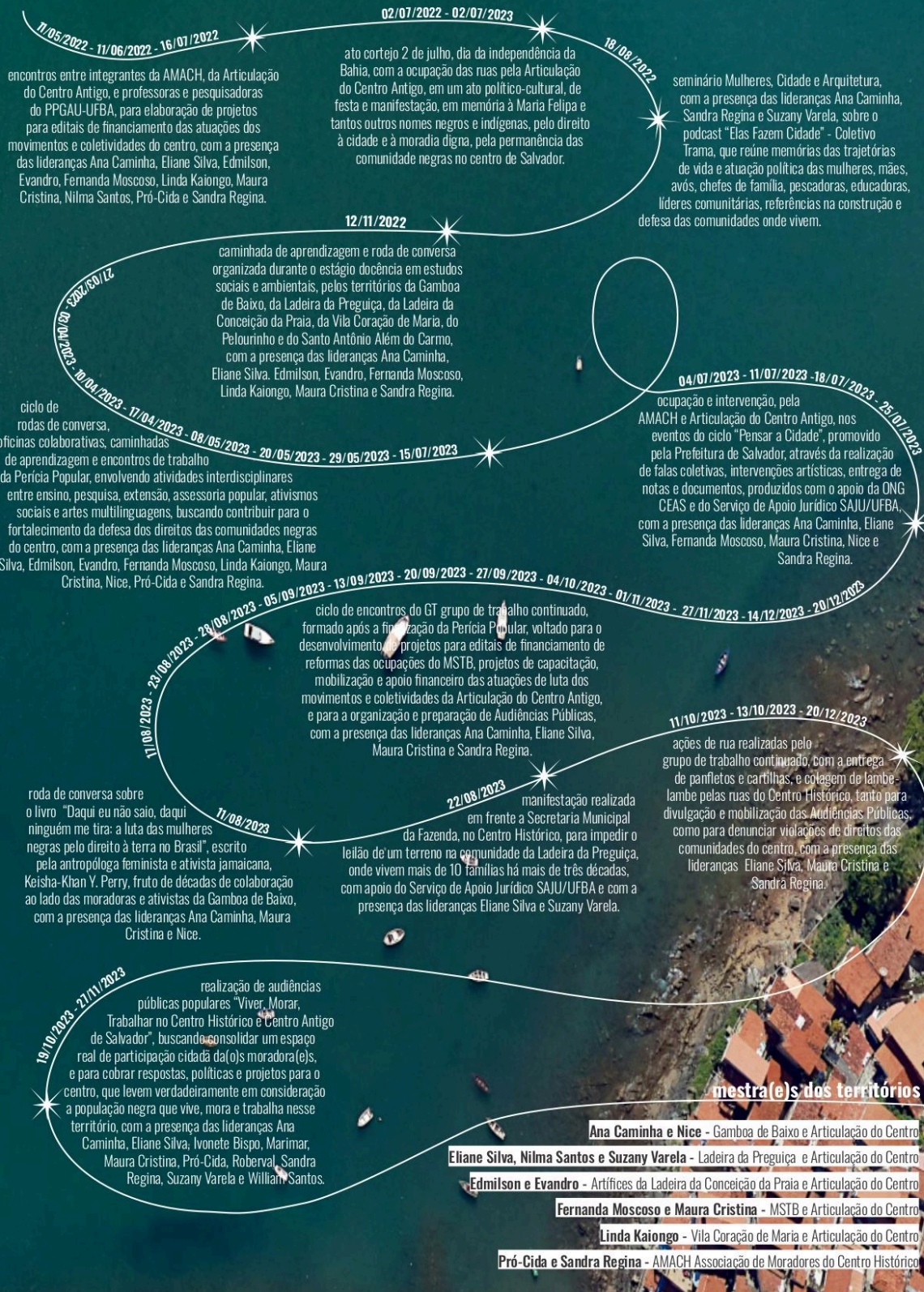
⁵ A Perícia Popular é uma disciplina de Extensão Universitária, que será compartilhada em detalhes mais adiante na Dissertação, no capítulo 3, e que consiste em um espaço de partilha de saberes e práticas coletiva de incidência política e territorial, em parceria com a AMACH e com a Articulação do Centro, envolvendo estudantes, professora/es e pesquisadora/es.



Cartografia 02: Mapeamento dos Encontros entre 2022 e 2023.

Fonte: elaboração da autora (2024).

linha do tempo dos encontros



maestra(s) dos territórios

Ana Caminha e Nice - Gamboa de Baixo e Articulação do Centro

Eliane Silva, Nilma Santos e Suzany Varela - Ladeira da Preguiça e Articulação do Centro

Edmilson e Evandro - Artífices da Ladeira da Conceição da Praia e Articulação do Centro

Fernanda Moscoso e Maura Cristina - MSTB e Articulação do Centro

Linda Kaiongo - Vila Coração de Maria e Articulação do Centro

Pró-Cida e Sandra Regina - AMACH Associação de Moradores do Centro Histórico

Cartografia 03: Linha do Tempo dos Encontros entre 2022 e 2023.

Fonte: elaboração da autora (2024).

O trabalho desdobra-se, assim, ao longo desses 38 encontros (fotografias 01 e 02), com base em saberes construídos coletivamente, no cotidiano, a partir da participação em oficinas, rodas de conversa, caminhadas pelo território e no desenvolvimento de projetos de incidência política e territorial, desvendando percursos metodológicos embasados no conceito que a antropóloga Sílvia Michele Macedo de Sá (2018) denomina de pesquisa implicada.



Fotografias 01 e 02: ciclo de encontros com a AMACH e a Articulação do Centro Antigo.

Fonte: fotografias da autora (2022).

O conceito mobilizado por Macedo de Sá evoca uma prática de investigação que articula a teoria e a empiria, uma prática implicada às questões, pautas e demandas sociais e políticas dos movimentos nos territórios, a partir do envolvimento, comprometimento e capacidade da pesquisadora em se vincular e incidir na realidade em que realiza seu trabalho de investigação (MACEDO; MACEDO DE SÁ, 2018). A pesquisa implicada propõe a desconstrução da posição distanciada e pretensamente neutra da construção do conhecimento, para reafirmar o vínculo, o pertencimento, as subjetividades e as experiências do cotidiano, como mobilizadores de saberes legítimos, como um modo de fazer ciência que coloca em evidência o vínculo ético e político da pesquisadora no processo de construção desses saberes, em diálogo com as aprendizagens

que são potencializadas no contato com o(as) outro(as), assumindo a posição de uma experiência aprendente no cotidiano dos espaços de encontro e colaboração (MACEDO; MACEDO DE SÁ, 2018).

Esse caminho de pesquisa evidencia como a construção do conhecimento não é fruto de um processo individual, mas, essencialmente, de uma implicação comum (HOOKS, 2017), atravessados por muitas mãos, através de uma episteme dialógica, sensível, com movimentos multimetodológicos. A partir da pesquisa implicada, são criadas possibilidades de modos de registro com sensibilidade etnográfica, de maneira que este trabalho mobiliza, em suas referências, composições e expressões que vão além dos aportes teóricos, por meio de relatos orais, trechos de vídeos depoimentos e registros fotográficos dos encontros, oficinas e caminhadas pelos territórios. Nesse percurso, como ferramentas processuais para o desenvolvimento da pesquisa, utilizo cadernos de campo, para registrar memórias, reflexões e as principais questões a serem aprofundadas no trabalho, além da transcrição de gravações de vídeo e áudio, realizadas a partir de 2023, no contexto da disciplina de extensão da Perícia Popular, que será compartilhada em detalhes no terceiro capítulo “Práticas Coletivas de Incidência Política e Territorial”.

As gravações foram registradas com um cuidado atento em captar apenas conversas que foram acordadas de serem registradas, tanto no âmbito das produções públicas desenvolvidas durante o componente extensionista, como durante as colaborações desenvolvidas pelo GT de assessoria continuada⁶. A transcrição, sistematização e reflexão acerca das falas mobilizadas, se deu a partir de uma escuta ativa, buscando compreender a fundo as principais questões trazidas pelas moradoras e lideranças, dentro de um universo que é tão amplo, complexo e diverso de questões.

Algumas das temáticas reconhecidas como centrais ao longo da pesquisa, orbitam nos cruzamentos entre o pertencimento ao território e o vínculo em comunidade, a partir de uma rede ancestral de muitas gerações de mães, filhas e avós que, há décadas, vivem, constroem e defendem os territórios onde vivem; o

⁶ Por questões éticas, conversas ocorridas em encontros pessoais não foram publicadas neste trabalho.

reconhecimento e a valorização das memórias, saberes e ofícios da população negra, enquanto centrais para a reprodução da vida cotidiana e para a construção do Centro Antigo, pois são quem, historicamente, mantém esses territórios de pé; a existência de processos de desposseção que não se limitam apenas a ameaças de remoção, pois vão muito além da insegurança da permanência no território, a partir da negação de direitos básicos de serviços e equipamentos públicos de saúde, educação, saneamento, transporte e alimentação; a indissociabilidade do corpo-território, a partir da relação entre o corpo humano e o meio ambiente, onde a luta pela defesa da terra é inseparável da luta pela defesa dos corpos das mulheres; e sobre como a participação feminina nos movimentos de lutas urbanas impactaram nas próprias relações de gênero dentro das comunidades, a partir do empoderamento, autonomia financeira e liberdade feminina, inclusive sobre suas próprias identidades de gênero e orientações sexuais, conquistando espaços mais acolhedores para as mulheres nos territórios.

A artista e produtora cultural Angelene Lazzareti, pesquisadora dos estudos em torno da intersecção entre o corpo, a escuta e a criação coletiva a partir do encontro, desenvolve um conceito que se conecta muito com a forma como o conteúdo das falas, das gravações e vídeos depoimentos, foi registrado e assimilado por mim durante os encontros e durante o desenvolvimento da pesquisa: a partir de uma política da escuta (LAZARETTI, 2021). Enquanto dimensão metodológica, a política da escuta parte da compreensão de que escutar vai muito além do ouvir para entender. Através de uma escuta profunda, empática e ética, como ponto de partida das atuações e incidências colaborativas, o contato não se dá apenas pelos ouvidos, mas por todo o corpo, enquanto um movimento de abertura e interação atenta, enquanto possibilidade de conexão entre as pessoas:

Estar à escuta sugere um ato corporal, envolve o corpo todo e pode ser aqui pensado como um gesto de receber e de doar no mesmo ato. Mais do que entender uma mensagem, estar à escuta, então, é estar à espera de alguém que está vindo. Esse movimento de vinda, também nos faz chegar, de distintas formas (...) e mesmo que não

haja uma porta, abrimos a porta para o outro, e ainda, é preciso que entremos junto com ele para que ele possa entrar. Assim, escutar é um acesso duplo, a nós e aos outros (LAZZARETI, 2021).

E esse movimento de interação, abertura e conexão, se fez muito presente nas experiências situadas de pesquisa e colaboração. Com o passar do tempo e do acontecimento dos encontros, afetividades e laços foram sendo construídos para além da relação de apenas uma pesquisadora. E essa conexão, como aponta Lazzaretti, traz, também, a possibilidade de se reconhecer e conhecer verdadeiramente o(a) outro(a) e, a partir desse reconhecimento, experimentar outras possibilidades de se relacionar e caminhar coletivamente. Se, inicialmente, os encontros em que participei, se davam a partir dos espaços de colaboração entre a universidade e os movimentos, sobretudo no contexto dos componentes curriculares e extensionistas, com o tempo, alguns dos encontros foram deslocando-se para espaços mais íntimos, pessoais, e afetivos, em cafés da tarde, em mesas de bares, onde nasciam vínculos e parcerias mais profundas de colaboração e amizade.

Em complemento ao conceito de política da escuta, o filósofo Marcelo Pelizzoli traz a noção de que apostar na escuta profunda, enquanto uma potência de sentir profundamente, é, também, escutar através do coração, compondo uma dimensão de entrega, presença, corporificação, intenção e dedicação. E, para isso acontecer, é necessário tomar a decisão de se implicar e assumir essa sensibilidade (PELIZZOLI, 2017). Acredito que tomar essa decisão foi fundamental para a construção desse trabalho. Assumir a responsabilidade de estar disposta, comprometida e aberta para as afetações de encontros reais, onde conexões e afetividades são construídas, assumindo a sensibilidade da partilha, do cuidado e das aberturas que vão sendo tecidas nos caminhos entre o ouvir, o sentir e o agir coletivo. Como também propõe Leda Maria Martins (2021), a pesquisa-escuta atenta e afetiva, das vozes, dos corpos e linguagens, se configura justamente como essa possibilidade de abertura e contato verdadeiro com o outro, possibilitando potencialidades colaborativas de agir muito mais amplas e profundas.

No entanto, é preciso destacar, também, que esses processos não são simples e apresentam dificuldades e limitações, sobretudo na dobra entre a universidade e os movimentos sociais. São muitas as contribuições que a relação de colaboração, parceria e construção conjunta entre os movimentos e atores da academia pode trazer, principalmente em contextos onde a(o)s pesquisador(a)s são, também, ativistas e assessora(e)s técnicos e populares, além do potencial que a universidade tem, ao se implicar e se envolver nos processos nos territórios, de atuar enquanto interlocutora e de instrumento de negociação e pressão com agentes do poder público, nas permeabilidades do Estado, fortalecendo a atuação dos movimentos nas lutas e disputas urbanas. Mas, durante a trajetória de pesquisa e colaboração com a Articulação do Centro Antigo e AMACH, também foi possível notar a existência de uma certa exaustão por parte das lideranças, como comentado por elas em alguns dos encontros, devido a reiterada e constante solicitação de suas presenças, enquanto formadoras e mestras de saberes dos territórios, em componentes curriculares da universidade.

Me lembro de uma fala muito importante, de uma parceira que tanto me ensinou durante este trabalho, Maura Cristina da Silva, militante e ativista do movimento de mulheres negras, moradora do Centro Histórico, liderança da Articulação do Centro e coordenadora do Movimento Sem Teto da Bahia (MSTB), sobre como são, na verdade, os movimentos sociais, que formam os “doutores das universidades”, mas, que depois de formados, em alguns momentos, eles parecem “esquecer” de suas responsabilidades sociais e políticas nos espaços de atuação profissional que ocupam.

Sendo o Centro Antigo Salvador um território que já foi intensamente estudado e trabalhado por atores universitários, principalmente da Universidade Federal da Bahia, sobretudo nos programas de Arquitetura e Urbanismo, Direito e Antropologia⁷, existe um acúmulo de camadas pesquisas que já foram realizadas anteriormente com os movimentos e coletividades do centro. Assim, durante o desenvolvimento deste trabalho,

⁷ Diversos trabalhos sobre o Centro Antigo foram encontrados durante a pesquisa, desenvolvidos principalmente por alunos da Residência - Especialização em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia (RAUE-UFBA), por alunos de disciplinas de extensão, tanto da Arquitetura como da Antropologia, e por integrantes do Serviço de Apoio Jurídico (SAJU) da Faculdade de Direito da UFBA.

para além de pensar sobre a importância e a potência da escuta atenta, profunda e afetiva, foi essencial questionar também sobre o que fazemos com o que escutamos. Quais são os caminhos para transformarmos a escuta em ação e transformação coletiva?

Esse tensionamento tem me guiado nessa trajetória do Mestrado, e me mostrado que o trabalho que venho realizando como colaboradora dos movimentos e coletividades do centro, vai muito além do conteúdo das páginas desta Dissertação. Seja nos nossos encontros na sede da Articulação do Centro, ou nas ocupações do MSTB, para a elaboração de projetos de formação e incidência política, seja na preparação e realização dos atos-cortejos e manifestações de rua, seja na execução de intervenções na Câmara e Secretarias Municipais de Salvador, ou em nossos almoços e jantares pelo Centro Antigo, onde confabulamos futuros possíveis, são em todos esses espaços de ação coletiva que este trabalho também é construído.

Conseguir transmitir essas vivências e atuações para o papel foi, para mim, um dos maiores desafios dessa trajetória. Além da escrita não dar conta de registrar o que está sendo construído no cotidiano dessa rede de colaborações, de aprendizagens e afetos, entendo, também, que minha atuação, se inicia antes e seguirá para além do tempo de dois anos que temos no Mestrado para desenvolvermos o trabalho. Assim, as discussões, reflexões e análises aqui construídas, formam apenas uma parte desse caminho de atuação, sobretudo tendo em vista que o Centro Antigo de Salvador, de tempos em tempos, é constantemente e, reiteradamente, atravessado por planos e projetos que ameaçam os direitos de vida e permanência das comunidades. Nesse sentido, as estratégias de atuação e colaboração também são continuamente reelaboradas.

Dessa forma, embora seja de fato um território que já foi muito pensado e trabalhado por atores universitários e coletivos do terceiro setor, o Centro Antigo demanda, como já comentaram algumas lideranças em suas falas, uma continuidade de colaborações e iniciativas, além da renovação de pessoas que cheguem junto de forma duradoura, e não apenas pontualmente, diante de comunidades que se encontram quase que em

estado de vigília, em face das constantes ameaças de despossessão empreendidas pelo Poder Público e pelo mercado imobiliário.

Nesse contexto, entendo que esta pesquisa não se propõe necessariamente a trazer uma reflexão inédita, mesmo porque, acredito que os trabalhos não são construídos do zero, como algo novo, e sim como um fragmento parte de uma colcha em contínua construção. Este trabalho se propõe, sobretudo, a partir da minha presença, participar, colaborar e incidir de maneira comprometida e implicada, na atualização e no fortalecimento dos enfrentamentos dos processos que a Articulação do Centro Antigo e AMACH vem atravessando, sobretudo no Centro Histórico, na Gamboa de Baixo e na Ladeira da Preguiça, através da minha direta colaboração na produção de materiais textuais e gráficos para fortalecer as lutas em disputa; do apoio na organização e estruturação de eventos, entre audiências públicas e atos de reivindicação e pressão em espaços de decisão institucional; a participação na elaboração e implementação de projetos para editais de financiamento das ações de formação e incidência política dos movimentos nos territórios; entre outras atividades e práticas de colaboração que contarei mais detalhadamente no terceiro capítulo “Práticas Coletivas de Incidência Política e Territorial”.

O trabalho foi construído, assim, de forma processual. Durante o desenvolvimento da pesquisa, durante os encontros, atividades e projetos desenvolvidos, durante o pensar e fazer junto, no cotidiano dessa rede de colaboração, formação e incidência política e territorial em que me insiro com a Articulação do Centro Antigo e com AMACH, tanto durante a minha participação nos componentes curriculares e extensionistas da Pós-Graduação, como enquanto integrante do GT grupo de assessoria continuada mencionado anteriormente. E dentro dessa forma de construção processual do trabalho, o método não é definido de antemão, mas se desenvolve durante o percurso, como muito bem nos aponta Natália Silva (2018) em sua Dissertação de Mestrado “Feminismo Negro e Produção do Espaço: as ocupações urbanas em uma abordagem interseccional-espacial”:

Entendendo que o método é processo, não se dá a priori, mas se faz no caminhar, no encontro com as agentes. É uma postura reflexiva, uma prática investigativa, para produzir um saber mais humano e comprometido com os processos de luta, capaz de dialogar com as pessoas, com seu cotidiano e com os diversos campos de saber. (SILVA, 2018).

As conversas, trocas e construções colaborativas, atravessadas pela confluência de mulheres com diferentes trajetórias, perspectivas e saberes, delineiam os contornos desta pesquisa e seus caminhos, desenvolvendo no trabalho uma sensibilidade às suas demandas, e reforçando que só é possível pensar o Centro Antigo de Salvador a partir da escuta radical das moradoras e lideranças que lá atuam. É fundamental pesquisarmos, escrevermos e atuarmos a partir das vozes e experiências das protagonistas dos territórios. Nas palavras de Ana Caminha, moradora, pescadora e liderança da comunidade da Gamboa de Baixo, referência na luta pelo Direito à Cidade e à Moradia em Salvador, em um de nossos encontros no Centro Antigo, no Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), em agosto de 2023:

Precisamos contar nossas histórias, porque ninguém fala por nós. **Precisamos ouvir as vozes das protagonistas**, para que não nos criminalizem. **A pesquisa tem que servir à justiça social**. E nós temos que impor para o Estado quem somos e o que queremos, **porque somos nós que temos os pensamentos para transformar essa cidade**. (Ana Cristina da Silva Caminha, grifo nosso, 2023).

Nesse sentido, acredito que elaborar este trabalho a partir das vozes das principais agentes do fazer-cidade cotidiano e das lutas pelo Direito à Cidade, é partir da compreensão de que as vivências, histórias, memórias e atuações trazidas por elas, costuram narrativas feministas, antirracistas e insubmissas, que disputam as narrativas hegemônicas sobre os territórios onde vivem. Aqui, a ideia de narrativa que mobilizo na pesquisa, se conecta com o conceito construído pela historiadora Priscila Perazzo (2015), em que cada agente, ao narrar sua trajetória e experiência de vida, a partir de seus sentidos, valores, sentimentos e subjetividades,

traz consigo sua visão, concepção e proposição de mundo, revelando as formas como se relacionam com o passado e com o presente, e articulando imaginações de futuro, enquanto artífices de suas próprias histórias (PERAZZO, 2015), mobilizando, assim, modos alternativos de pensar as cidades e fortalecer as potências transformadoras em curso nos territórios.

A partir daqui, ao caminhar para o próximo capítulo, as narrativas das moradoras e lideranças de cada território, terão um papel fundamental, enquanto fios condutores, que se articulam e se desdobram nas leituras das referências bibliográficas e seus aportes teóricos, e nas análises dos projetos de intervenção urbana que incidem no Centro Histórico, na Gamboa de Baixo e na Ladeira da Preguiça, embasando as questões mobilizadas no trabalho. A delimitação temporal da pesquisa é definida, assim, a partir dos marcos temporais informados por essas narrativas, tendo em vista o escopo dos projetos a serem analisados, citados no início deste capítulo. E as atividades de formação e incidência política e territorial compartilhadas no trabalho, estão baseadas no período de desenvolvimento do Mestrado, entre o início de 2022 e o final de 2023, a partir da minha inserção nos componentes curriculares e no grupo de assessoria continuada com a AMACH e Articulação do Centro.

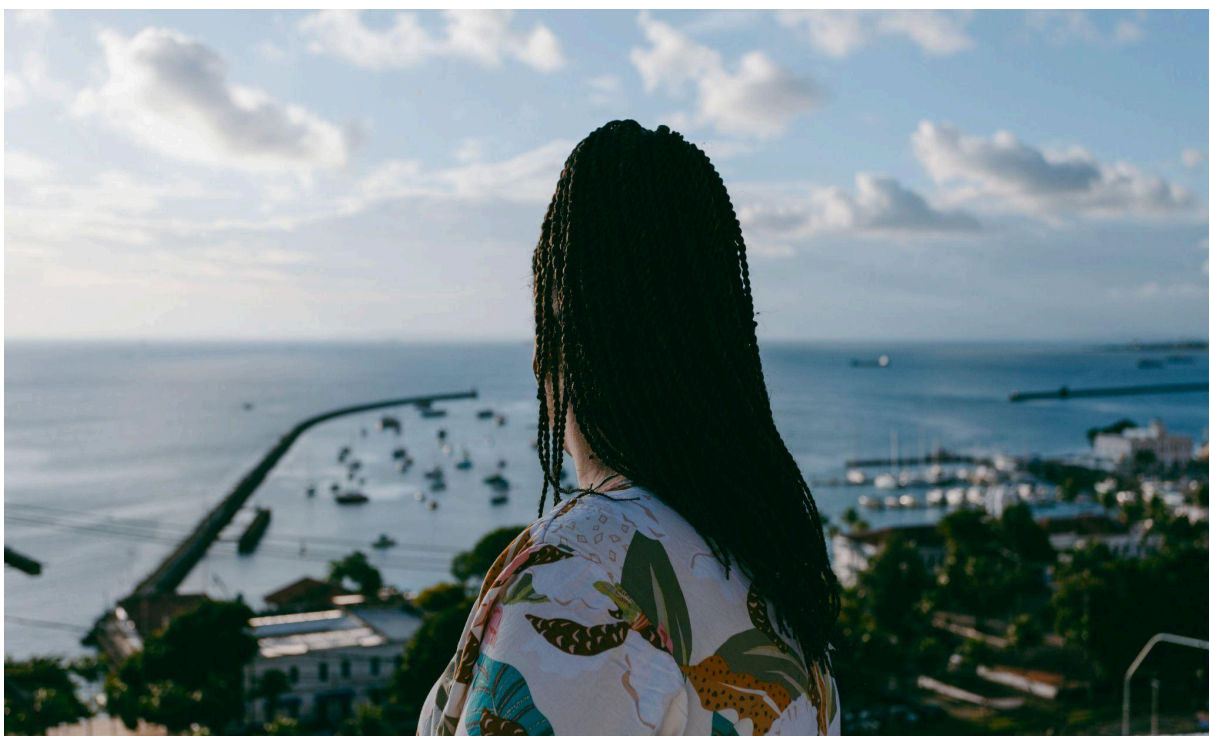


Fotografia 03: Pró-Cida e Sandra Regina, moradoras e lideranças do Centro Histórico de Salvador.

Fonte: fotografia de Penélope Carolina (2023).

2. Mulheres, Corpos-Territórios de Luta: o Centro Histórico e o Centro Antigo de Salvador

Quais são os significados de se pensar o Centro Antigo de Salvador, e os processos de produção e transformação urbana que incidem no Centro Histórico, na Gamboa de Baixo e na Ladeira da Preguiça, a partir de narrativas de mulheres negras, que estão na linha de frente do fazer-cidade cotidiano e das lutas pelo Direito à Cidade e pelo Direito à Moradia? Quais são os impactos e violações de direitos causados pelas políticas e projetos hegemônicos de intervenção urbana, que são especialmente sentidos e enfrentados por elas, enquanto moradoras, trabalhadoras, mães, avós e lideranças dessas comunidades? Como as práticas mobilizadas por essas mulheres, têm impactado nas disputas territoriais, e de que formas esses agenciamentos, têm construído tecnologias sociais e políticas, que tornam possível a existência da vida em coletivo nas comunidades, e a existência de uma vida mais acolhedora para as mulheres, em meio e, para além, das múltiplas ameaças de despossessão que enfrentam?



Fotografia 04: vista da Baía de Todos os Santos desde o Centro Antigo de Salvador.

Fonte: fotografia de Penélope Carolina (2023).

Estas são algumas das principais questões que me mobilizaram e me guiaram na construção da pesquisa e escrita deste capítulo. As histórias, memórias, narrativas e atuações de lideranças e moradoras dos territórios são mobilizadas enquanto fontes de pesquisa de profunda importância para compreendermos os processos e questões tensionadas ao longo do trabalho. Contudo, é essencial situar que as interlocutoras que aparecem ao longo desta pesquisa apresentam posicionalidades específicas dentro de uma relação de anos de colaboração dos movimentos, em que atuam, com a universidade. Dessa forma, os contextos em que suas falas são produzidas estão, também, diretamente imbricados com o contato com a universidade e com o contato com o poder público, pois são falas articuladas a partir de um lugar de conhecimento comum costurado, também, pela universidade. Diferentemente, por exemplo, de outras moradoras que não estão inseridas nessa rede de atuação em parceria com agentes universitários. Assim, as narrativas, vocabulários e posicionamentos das interlocutoras aqui mencionadas não devem ser compreendidos enquanto generalizações que buscam representar as múltiplas posicionalidades e contextos de vida das muitas e diversas mulheres moradoras dos territórios em que este trabalho incide. São histórias, memórias e atuações que refletem suas próprias percepções e trajetórias de vida e de luta, em coletiva, nas comunidades, onde existem também uma amplitude de posicionalidades diversas.

Ao iniciar o caminhar a partir dessas inquietações, e entendendo como estruturais e estruturantes as questões sociorraciais e de gênero nas cidades, são questionados profundamente alguns preceitos hegemônicos utilizados dentro do campo da Arquitetura e do Planejamento Urbano. Historicamente, a produção e transformação do espaço urbano, estiveram apoiadas em concepções modernistas universalizantes, que consideram como parâmetro de referência um sujeito “neutro e universal” (VIEIRA; COSTA, 2014), adotando como modelo as experiências e realidades de grupos que se encontram em posições sociais e politicamente dominantes: a elite masculina branca heteronormativa (MUXI, 2011).

As teorias e práticas políticas feministas negras têm construído epistemologias que desmistificam essa visão universalizante e desconstruem a concepção do sujeito universal (RAUL, 2015; SANTORO et al.,

2020). Epistemologias que partem do entendimento de que as dimensões de gênero, classe, raça e orientação sexual atravessem de forma interseccional as experiências do espaço urbano, como um sistema interligado, que produz desigualdades e injustiças sistêmicas, refletindo no cruzamento de múltiplas formas de violação de direitos e que são estruturantes para a segregação social, racial e de gênero nas cidades (CRENSHAW, 1991; DAVIS, 1981; GONZALEZ, 1987). As epistemologias feministas negras deslocam o lugar neutro da produção do conhecimento, reivindicando um olhar feminista racializado sobre as cidades, e posicionando no centro da produção do conhecimento as sujeitas e sujeitos que historicamente foram colocadas à margem (QUEIROZ et al., 2021; FIGUEIREDO, 2023).

A partir desse entendimento, podemos compreender como uma multiplicidade de intervenções urbanas têm reforçado hierarquias estabelecidas pela divisão cis-heterossexual, racial e colonial, com base na invisibilização dos sujeitos e sujeitas considerada(o)s “não neutros” no planejamento urbano das cidades, como se a masculinidade e a branquitude fossem “sujeitos universais”. Como resultado desta cultura dominada pela masculinidade e pela branquitude, as cidades, desde suas origens, são projetadas e planejadas por homens brancos e para homens brancos (CORREIA; COELHO; SALLES, 2018).

Este sistema patriarcal e racista de produção do espaço engendrou um modelo de produção urbana no Brasil profundamente desigual, racista e sexista, que promove e reforça assimetrias que reproduzem relações estruturais de opressão e violência (CARNEIRO, 2005; 2011). E na cidade de Salvador, não é diferente. Sua dinâmica de expansão urbana expressa nitidamente as desigualdades de raça, gênero e classe, e as relações de poder desde o período colonial, através de lógicas racistas e higienistas que promovem expulsões violentas de famílias negras, em nome de um suposto “desenvolvimento” urbano, disfarçado de progresso e modernização. Como nos aponta a antropóloga feminista e ativista jamaicana, Keisha-Khan Y. Perry, em seu livro “Daqui eu não saio, daqui ninguém me tira: a luta das mulheres negras pelo direito à terra no Brasil” (2022), desenvolvido a partir de décadas de colaboração e atuação junto a comunidade da Gamboa de Baixo, no Centro Antigo de Salvador, esse processo reflete as múltiplas facetas de um racismo institucional profundamente enraizado no

planejamento urbano, que produz e constrói, cotidianamente, espaços da branquitude, onde se concentram classes médias e altas brancas, com vantagens materiais e simbólicas que o sistema racista produz, e das quais se beneficiam historicamente, fato que implica nas profundas desigualdades sociorraciais e espaciais existentes em Salvador.

No Centro Histórico e Centro Antigo, tal modelo racista e segregatório de “desenvolvimento” urbano, se expressa justamente nas inúmeras políticas hegemônicas de intervenção urbana, que há décadas atravessam e violam profundamente os direitos das comunidades negras desses territórios. Como denuncia Leonardo Silva (2019), em sua Dissertação de Mestrado, “Revitalização Urbana: uma questão de raça”, os denominados projetos de “recuperação” e “revitalização” urbana, têm como objetivo, e consequência, a estruturação de processos de desposseção de territórios negros, a partir de discursos e práticas que buscam deslegitimar os modos de ser e habitar a cidade dessas comunidades.

O Centro Antigo de Salvador compreende tanto o Centro Histórico, tombado como patrimônio em 1984 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e reconhecido pela Unesco como Patrimônio Cultural da Humanidade em 1985, formado pelos bairros do Santo Antônio Além do Carmo e do Pelourinho, como uma área envoltória desse núcleo (cartografia 04), que abrange em sua extensão territorial os bairros de Barris, Tororó, Nazaré, Saúde, Campo Grande, Barbalho, Macaúbas, parte do espigão da Liberdade, Comércio, Garcia e Calçada.



Cartografia 04: delimitação do Centro Histórico e do Centro Antigo de Salvador.

Fonte: elaboração da autora com base nos dados da CONDER - Companhia Desenvolvimento Urbano da Bahia (2023).

Por muitas décadas, em decorrência da saída da população mais abastada dessa região, desde o final do século XIX, em direção à orla da cidade e bairros como Vitória, Graça e Rio Vermelho (PERRY, 2022), em um movimento que busca por formas e localizações urbanas da modernidade (FIGUEIREDO; ESTÉVEZ, 2020), o Poder Público relegou a adoção de medidas de preservação nas áreas centrais (BARROS; PUGLIESE, 2005), investindo na expansão de novas áreas urbanas e centralidades comerciais, que envolveu tanto um deslocamento dos órgãos do governo, dos centros financeiros e das atividades comerciais mais rentáveis do centro para a região do Iguatemi (FIGUEIREDO; ESTÉVEZ, 2020), como um abandono estatal das áreas centrais dotadas de infraestrutura básica e espaço públicos de qualidade.

Nesse contexto, os imóveis que foram abandonados, foram sendo ocupados por trabalhadore(a)s negro(a)s, ganhadore(a)s, quituteiro(a)s e migrantes da zona rural (MOURAD, 2011), populações que

historicamente eram excluídas dos direitos de cidadania e do Direito à Cidade, mas que, ao ocuparem o Centro Histórico de Salvador, construíram, cuidaram, deram vida e identidade para os territórios do centro. Apesar da deterioração física da região, em decorrência do abandono do Estado naquela época, laços de solidariedade, infraestruturas urbanas coletivas, conectadas aos usos coletivos dos casarões, e modos de sociabilidade não completamente capitalistas foram desenvolvidos no Centro Antigo de Salvador por essas populações (FIGUEIREDO; ESTÉVEZ, 2020). A formação de restaurantes populares com preços acessíveis, a estruturação de redes de cuidado e de apoio familiar e comunitário com crianças e idosos, construídas por mulheres e por organizações sociais e culturais afro-brasileiras, além da afirmação da cultura negra, agenciaram territorialidades e práticas políticas desobedientes de disputa sobre as formas hegemônicas de produção do espaço urbano (FIGUEIREDO; ESTÉVEZ, 2020), como veremos em detalhe mais adiante neste capítulo, a partir das memórias, histórias e relatos das moradoras transcritos por mim.

No auge do abandono da região pelo Poder Público, o Governo do Estado, ao perceber a potência e simbologia cultural do que estava sendo coletivamente construído pela população que ocupava o Centro Histórico de Salvador, começou a intervir intensamente na região, e passou a canalizar investimentos visando consolidar o turismo dessa área como fonte econômica para o Estado (OLIVEIRA, 2017). Por meio de um marketing intenso, com o objetivo de agregar valor ao “produto Bahia” (MOURAD, 2011), toda a região do Centro Histórico, a partir de 1992, passa a estar inserida em um grande projeto de reestruturação urbana, o Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador - PRCHS (cartografia 05), tendo como modelo experiências europeias de reordenamento do espaço, alheias à realidade local, e fundamentadas em noções higienistas, com a aspiração de uma “Bahia moderna” (MOURAD, 2011).

É importante destacar, ainda, que embora seja comum encontrar estudos e pesquisas que afirmam que o início das remoções da(o)s moradora(e)s do Pelourinho se deu a partir da década de 1990, ao escutarmos as histórias de quem vive há muitos anos no centro de Salvador, vemos como esse processo de limpeza e expulsão tem sua origem em décadas anteriores (PERRY, 2022). Em um contexto em que a limpeza física de Salvador

também é acompanhada por um “reordenamento moral” (PERRY, 2022), a expulsão em massa das mulheres em situação de prostituição na região do antigo Maciel, a partir de “operações limpeza”, marcadas pelo uso da violência policial, passaram a estabelecer um padrão de remoções nos anos seguintes, a partir da implementação do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador.

2.1. O Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador



Cartografia 05: poligonal do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador.

Fonte: elaboração da autora com base nos dados da CONDER - Companhia Desenvolvimento Urbano da Bahia (2023).

Para a execução do programa, foi empreendida uma política extremamente autoritária, excludente, violenta e racista de remoções, expropriando mais de 4 mil famílias, em sua grande maioria negras, durante as sete etapas do programa, principalmente nas seis primeiras, realizadas entre 1992 e 1999, que abrangeram cerca de 12 hectares do centro de Salvador (MOURAD, 2011). Através de decretos desapropriatórios, o Poder Público obrigou as milhares de pessoas que viviam há décadas na região a transferirem compulsoriamente ao

Estado os imóveis declarados de utilidade pública (BARROS; PUGLIESE, 2005). Após o restauro de apenas parte deles, foi concedido o uso à iniciativa privada para promoção de atividades comerciais e de serviços relacionados ao entretenimento turístico, visando atrair turistas e consumidores de maior poder aquisitivo (MOURAD, 2011).

Fernanda Moscoso, uma das principais interlocutoras e referências deste trabalho, é militante feminista e assistente social, liderança do Movimento Sem Teto da Bahia (MSTB) e integrante da Articulação do Centro Antigo.



Fotografia 05: Fernanda Moscoso, liderança do MSTB e integrante da Articulação do Centro Antigo.

Fonte: fotografia de Penélope Carolina (2023).

Embora more atualmente no bairro de Valéria, na divisa de Salvador com o município Simões Filho, Moscoso viveu um período no centro e trabalhou durante muitos anos na região como assistente social. Ela nos conta, durante caminhada pelo Centro Histórico (fotografias 06 e 07), como parte das atividades do Projeto de Extensão “Perícia Popular”, com a AMACH e a Articulação do Centro Antigo, no primeiro semestre de 2023,

como se deu a dinâmica de desposseções e apagamentos dos modos de vida e sociabilidade negra no contexto do PRCHS:



Fotografias 06 e 07: atividades da extensão Perícia Popular no Centro Histórico de Salvador.

Fonte: fotografias da autora (2023).

Tentaram nos expulsar de qualquer jeito dessa região. O Centro Histórico sempre teve um olhar marginalizado pra sua população. Se for fazer um resgate da história do Pelourinho, há 15 anos atrás, você vai descobrir que a maioria das matérias mostravam crianças descalças, os casarões todos em ruína (...) **Mas hoje a gente passa aqui e os casarões só estão lindos para o turismo. E esses casarões a gente percebe que a maioria foram vendidos e reformados (...)** Então você percebe a **contradição de ver todos esses casarões reformados pra uma elite branca estrangeira**, que não tem vínculo nenhum com a cidade, que não tem vínculo com essa comunidade, que não conhece essa história, que não conhece esse território, que não tem pertencimento com esse território, que não mantém a cultura desse território (...) **É um turismo predatório.** E cada vez mais a gente vê as investidas, tanto do

Município, quanto do Estado, quanto do empresariado, quanto da mídia, para a criminalização dessa população que vive no Pelourinho, que vive no Centro Antigo, que ocupam esses casarões. (Fernanda Moscoso, grifo nosso).

Moscoso, em sua fala, denuncia um processo perverso, como também aponta Linhares (2023) em “A Branquidade das Intervenções Urbanas e a Vida nas Margens: Salvador, essa bolsa de histórias”, em que territórios historicamente formados pela população negra, como o Centro Histórico de Salvador, anteriormente ignorados pelos fazedores das políticas públicas, passam a receber sistemáticas intervenções, visando atrair uma elite branca estrangeira, e ameaçando a vida e a permanência de comunidades que construíram e deram vida para esses territórios. O Programa de Recuperação desconsiderou as populações negras e pobres que vivem no Centro Histórico, criminalizando a sua presença no território, e buscando refuncionalizar o centro na forma de um shopping a céu aberto, transformando-o em um polo turístico e econômico do Estado (FIGUEIREDO; ESTÉVEZ, 2020). As intervenções urbanas empreendidas, disfarçadas de “melhoramento” da cidade, foram, em sua essência, mais uma estratégia de segregação e marginalização da população negra.

O racismo se mostra, assim, como um estruturador da produção hegemônica do espaço urbana (CRUZ; SANTANA FILHO, 2020), delineando o que Paterniani (2021) denomina de “branquidade de Estado”, em que a “expressão da branquidade” atua como norma orientadora da segregação planejada e da usurpação de vidas que o Estado provoca contra a população negra na construção das políticas urbanas, através de estratégias de banimento racial e processos de remoção, expropriação e despossessão, como nos detalha Moscoso na continuidade de seu relato:

Imagina você **perder sua história, sua identidade, seu trabalho, seus vínculos e suas famílias, porque foram despejados** (...) É uma limpeza étnica. Vocês pegam essas famílias que foram nascidas e criadas em um território, e **remanejamos para um outro município... jogamos a margem, fora dessa cidade, é dizer declaradamente**

que não queremos vocês nessa cidade. E por isso nós brigamos pelo Direito à Cidade. (Fernanda Moscoso, grifo nosso).

Nesse contexto, a luta pelo Direito à Cidade, como mobiliza Moscoso em sua fala - e como veremos adiante, frequentemente presente nas narrativas e atuações das lideranças femininas negras da AMACH, do MSTB, da Gamboa de Baixo e da Ladeira da Preguiça na Articulação do Centro Antigo - se expande para muito além da forma como foi pensado por Lefebvre (1968) e Harvey (2012). Historicamente, apenas o recorte de classe foi priorizado na maioria das produções do campo dos estudos urbanos brasileiros desde a segunda metade do século passado (FIGUEIREDO; ESTÉVEZ, 2020), com a ausência de debates que de fato articulassem as questões de gênero e raça que atravessam as cidades (PEREIRA, 2021).

No entanto, não é possível pensar as cidades ignorando as dimensões estruturais do racismo e do patriarcado, e como elas incidem nos processos de disputas de poder e no acesso ao Direito à Cidade (PEREIRA; BOAVENTURA, 2020). No Brasil, a despossessão da terra e da renda, é historicamente feminina e negra (IPEA/ONU, 2015; ROLNIK et al., 2011). As mulheres negras estão na base da composição do déficit habitacional brasileiro, além de serem majoritariamente chefes de famílias monoparentais, sendo assim, as mais impactadas pelas desigualdades sócio-territoriais urbanas. A qualidade de suas moradias, suas condições em relação ao acesso à água e ao saneamento básico, sua localização e distância de transportes públicos, e o acesso à equipamentos, como escolas e postos de saúde, afetam diretamente suas vidas cotidianas e a realização dos trabalhos domésticos e de cuidado que historicamente recaem sobre elas (HELENE, 2019; SANTORO, 2019; SILVA, 2017).

Assim, é justamente a partir da articulação e mobilização de um grupo de mulheres negras, profundamente atingidas pelas reintegrações de posse das seis etapas do Programa de Recuperação do Centro Histórico, que a Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico - AMACH (fotografia 08) é fundada, em 2002, antes do início da sétima e última etapa do Programa de Recuperação (cartografia 05).

2.1.1. A Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico (AMACH)



Fotografia 08: sede da Associação de Moradores do Centro Histórico de Salvador.

Fonte: fotografia de Raul Spinassé (2017).

Mobilizadas pelo direito de permanecerem em seus territórios e não serem deslocadas para outras regiões da cidade de Salvador, como ocorreu com centenas de moradores nas seis etapas anteriores do Projeto (CRUZ MELO, 2020), a AMACH se posicionou na linha de frente da luta pelo Direito à Cidade e pelo Direito à Moradia, pela permanência e afirmação das identidades e memórias negras do Centro Histórico de Salvador, e da ocupação e resistência às ações autoritárias do Estado de expulsão, gentrificação e racismo institucional (CAMPOS, 2018).

Sandra Regina Souza dos Santos, moradora há 53 anos do Centro Histórico, “mãe solo, avó solo e bisavó solo”, como ela mesma costuma se apresentar, líder comunitária, fundadora da AMACH, e a primeira presidente da Associação, conta, durante sua fala no Podcast *Elas Fazem Cidade*, realizado pelo Coletivo Trama,

em 2022, que chegou no bairro com 7 anos de idade, nos anos 1970, um pouco depois da chegada de sua mãe, Dona Alzira, que chegou “com uma mão na frente e outra atrás”, buscando se firmar e garantir a sobrevivência dos filhos, uma vez que o ex-marido após a separação “tomou tudo o que ela tinha, só deixou os filhos”. Sandra conta que sua mãe foi “refazendo novamente a vida dela que tinha deixado para trás lá na Mata Escura do Retiro” - bairro na região da Prefeitura-Bairro Cabula-Tancredo Neves de Salvador, e como sempre foi muito grudada com sua mãe, ela veio também. Sua mãe tomava conta das crianças do bairro e vendia escaldado de pirão para as pessoas na rua (trechos da conversa Elas Fazem Cidade, 2022).



Fotografia 09: Sandra Regina, moradora do Centro Histórico e liderança da AMACH.

Fonte: Penélope Carolina (2023).

Nós chegamos aqui, no Centro Histórico, no tempo onde o bairro não era nem Centro Histórico, era o Brega, as pessoas diziam que aqui era o Brega. **Mas aqui, no Brega, em todas as ruas existiam muitos moradores, muitas crianças, era um bairro muito feliz, muito alegre.** Todas essas casas eram cortiços... casa onde cada quarto vivia uma família... Dentro desse quarto era cozinha, era sala, era tudo (...) E aqui era

um fluxo muito grande, como moravam muitas pessoas no Centro, era um fluxo grande de mercados, tinha todo um mercado de peixe ali (...) tínhamos também o Mercado de Santa Bárbara, uma feira intensa, e o Mercado do São Miguel (...) **Mas as coisas foram mudando muito no Centro Histórico com o passar dos anos. Eu quando cheguei aqui vi muitas escolas, tinha a escola municipal, onde eu estudei, e a prefeitura foi fechando tudo**, acabando com tudo (...) Acabou a Escola São Salvador, acabou a escola Luís Gomes, foi acabando tudo acabou Raul Pedrão. A Prefeitura todo dia quer fechar uma escola... **Eu vejo muitas crianças prejudicadas, essa neta minha que entrou aqui e saiu, a Bruna, ela tá fora da escola... é o que acontece quando não acha um apoio, um incentivo...**" (Sandra Regina Souza dos Santos, grifo nosso).

O Centro de Salvador hoje, depois das 5 ou 6 horas da tarde, é um centro fantasma, porque será? Porque não tem investimento em escola, em educação, muito pelo contrário, estão fechando as escolas. Não há investimento em geração de renda e emprego. **Foi se colocada a necessidade das unidades de saúde, mas você chega lá e só consegue ser atendida se você morar em tal rua, em tal posto que atende, sendo que o SUS é universal. É segregação.** (Fernanda Moscoso, grifo nosso).

A partir das histórias e memórias da vinda de Sandra para o Centro Histórico de Salvador, na década de 70, e dos relatos de Moscoso, vemos como o território foi sendo transformado, sobretudo a partir da implementação do Programa de Recuperação. Se antes o bairro era formado por uma ampla e diversa presença de crianças, moradora(e)s e trabalhadora(e)s realizando seus ofícios em mercados e feiras populares, com o tempo, as condições básicas da construção da vida popular no território foram sendo desestruturadas. Os processos de despossessão empreendidos foram muito além das ameaças de remoção. O fechamento de mercados e feiras populares, escolas públicas e postos de saúde, embora não representem a perda direta da

moradia, orbitam em torno da negação do direito à vida, produzindo impactos profundos no cotidiano da vida da(o)s morador(e)s do centro.

Sandra nos conta, durante um de nossos encontros no Centro Histórico, como parte das atividades da Perícia Popular, no primeiro semestre de 2023, que nesse contexto de múltiplos processos de despossessão e violação de direitos básicos, os impactos da retirada de transportes públicos, sobretudo com a diminuição das linhas de ônibus e com o fechamento de terminais, foram muito graves. Essas linhas de transporte garantiam o deslocamento diário de comerciantes e ambulantes na região da Baixa dos Sapateiros e da Barroquinha, um dos principais trabalhos da população negra do Centro Antigo, impactando diretamente em suas formas de geração de renda:

Nós vimos também o transporte, **no que se tirou de transporte daqui do Centro Histórico, acabou com todo um comércio que existia na Praça da Sé, na Baixa dos Sapateiros, na Barroquinha e adjacências.** Porque aqui o movimento era justamente porque tínhamos um terminal de ônibus aqui embaixo na praça dos veteranos, ou outro terminal de ônibus aqui em cima no viaduto da Sé (...) E todos esses terminais, o Governo foi destruindo, acabando. E aí veio o metrô, e quando vem o metrô, piorou tudo, porque tirou todas as linhas e se concentrou tudo em Estação Pirajá e Acesso Norte, e **aí acabou a vida dos comerciantes, dos camelôs, no Centro Histórico, eu não sei como é que esse povo está reagindo sobrevivendo, vivendo.** Nós éramos uma população basicamente formada por comerciantes individuais, ambulantes, então não tem mais como antes essa forma de ganhar dinheiro, de colocar isopor, de vender as coisas. A baixa dos sapateiros era um comércio intenso, pessoas de todos os interiores próximos vinham fazer suas compras aqui e acabou. (Sandra Regina Souza dos Santos, grifo nosso).

Moscoso reforça a importância desse ofício, presente no território desde o século XVI, bem como de outros, como trancistas e artistas de rua, que também foram profundamente impactados por esse processo de embranquecimento do território, em que se viu reduzido substancialmente a presença de ambulantes, artistas e trancistas negra(o)s após a implementação do Programa de Recuperação:

Os moradores, a população do centro, a maioria trabalha na informalidade, **são ambulantes, são os verdadeiros ganhadores do século XVI**. Os negros ganhadores já existiam desde aquela época e esse ofício, ainda circula. Antigamente as calçadas do Pelourinho tinham telas coloridas de seus artistas expondo suas obras. **A gente tinha muitas mulheres trançando cabelos em praça pública, ofício que só é realizado em outro lugar do mundo que são nos países do continente africano (...) então assim, hoje você não tem mais (...) é o processo de embranquecimento desse território.** (Fernanda Moscoso, grifo nosso).



Fotografia 10: ofício de trançistas negras em praça pública no Centro Histórico de Salvador.

Fonte: projeto “Mãos que Trançam Histórias” por Natane Ramos (2021).⁸

O Programa de Recuperação do Centro Histórico, ao desconsiderar as vidas e os ofícios daquela(e)s que historicamente construíram e mantiveram de pé o centro de Salvador, e se voltar exclusivamente para o patrimônio arquitetônico edificado, produziu um processo de invisibilização e marginalização do verdadeiro patrimônio da cidade: as pessoas, seus modos de vida, de trabalho e cultura.

Quando o Governo entrou pra restaurar o patrimônio arquitetônico, não veio restaurar as nossas vidas, que é um patrimônio imaterial. O Governo veio só restaurar as paredes de concreto. E que nem restaurou todas, viu? Porque olha aí a

⁸Disponível em:

<https://aratuon.com.br/cultura/2021-12-01/fotografias-exaltam-trancas-ancestralidade-e-economia-criativa-em-salvador-confira-as-imagens/>. Acesso em 15 dez. 2023.

questão da 7ª etapa [do PRCHS] até hoje não conseguiu concluir. Nós temos muitos casarões em ruínas. (Sandra Regina Souza dos Santos, grifo nosso).

Sandra denuncia, ainda, como se deram os processos de remoções, em que as famílias despejadas, além de perderem tudo o que tinham, receberam indenizações irrisórias, levando parte delas a viverem em situação de rua, em uma época onde epidemias, como de tuberculose e HIV, ainda era uma realidade:

O Governo tirou as pessoas daqui, deu indenizações irrisórias (...) **O Governo, pela CONDER, parava o caminhão na porta das casas, com a polícia, colocavam todas as coisas das pessoas, levavam pra um depósito sei lá onde, e tudo se perdia, as pessoas não conseguiam nem recuperar isso aí.** Eu, Sandra Regina, vi muita gente ir pras ruas. Foi uma proliferação muito grande de HIV e de tuberculose. E esse povo todo já morreu, cara. Esse povo todo já morreu. Perdeu suas vidas, ficaram desiludidas. (Sandra Regina Souza dos Santos, grifo nosso).

E nesse processo de luta contra as ameaças de expulsão, Sandra denuncia que até hoje não recebeu a indenização que sua mãe, que construiu toda uma vida no Centro Histórico com suas duas filhas, deveria ter recebido devido ao fechamento de seu ponto comercial local que, por muitos anos, sustentou toda a família:

A minha mãe, ela não chegou a receber a indenização. Faltando 3 semanas para sair a indenização (...) ela deu um derrame, um AVC e morreu. Mas porque, ela tava já deprimida há muito tempo (...) **Eu lutei feito louca, peguei todos os papéis assinados pelos médicos no Hospital do Estado, mostrei que minha mãe tava no CTI [Centro de Terapia Intensivo], precisando de cuidados e precisando daquele dinheiro dela pra ajudar no tratamento dela. E eu nunca recebi o dinheiro da minha mãe.** Quando o dinheiro saiu, ela ainda estava viva, e mesmo assim, o Governo nunca pagou esse dinheiro. (Sandra Regina Souza dos Santos, grifo nosso).

Sandra afirma, emocionada, que é em amor e respeito à sua mãe, que ela também não desistiu de lutar pela sua permanência e de sua família no Centro Histórico: “mãe, se a senhora fez isso aqui pra mim, pra me dar uma garantia, um suporte, então é aqui onde eu e meus filhos, netos e bisnetos vamos resistir e viver” (trechos da conversa Elas Fazem Cidade, 2022).

No documentário “Ocupar e Resistir: o coração do Centro Histórico” (2023)⁹, que reúne relatos sobre as vivências e lutas por moradia, trabalho, cultura, educação e permanência da população negra no centro, a partir das memórias e narrativas de vida da(o)s moradora(e)s, Sandra conta sobre as dificuldades que foi criar sua família, enquanto mãe solo, sem a presença do pai de seus filhos, e como isso só foi possível graças a essa rede de apoio em comunidade do centro:

Eu criei meus filhos com muita dificuldade. **Eu não tinha pai do meu lado para ajudar a criar meus filhos... Mas eu tive muita ajuda também.** Tive ajuda de prostitutas, que cada um adotava um filho meu... eu tive ajuda da polícia, tinha alguns polícias que me ajudavam também com meus filhos, né, que me conhecem desde pequena, sabiam da minha luta com minha mãe. **Nós éramos uma comunidade onde todo mundo ajudava todo mundo.** (Sandra Regina Souza dos Santos, grifo nosso)

Nesse sentido, essas mulheres, quando são ameaçadas de remoção, não têm somente suas casas atacadas, mas também as estratégias de reprodução da vida, as redes de apoio, laços de solidariedade e o cuidado coletivo que foram construídas por elas, ao desenvolverem alternativas de vida em suas comunidades intrinsecamente relacionadas ao território que habitam (MONTEIRO, 2019; RAUL, 2015). São mulheres que têm suas vidas e corpos conectados aos territórios onde vivem, de forma que o direito ao território, e à cidade, representa a defesa de suas próprias vidas e existências (MONTEIRO; MEDEIROS; NASCIUTTI, 2017).

⁹ Ocupar e Resistir: o coração do Centro Histórico. Produzido por: Perícia Popular no Centro Antigo. Salvador, Bahia. https://www.instagram.com/ocupar_e_resistir_filme/. Acesso em 15 dez. 2023.

O conceito corpo-território, epistemologia latino-americana e caribenha construída pelas mulheres de povos originários (CABNAL, 2010; GARTOR, 2021), refere-se justamente a essa indissociabilidade entre o corpo individual e o corpo coletivo, entre o corpo humano e o corpo territorial, da paisagem, da natureza - uma relação política e epistêmica do corpo enquanto território e não como propriedade individual (GAGO, 2020; HAESBAERT, 2020). A luta pela defesa do território é, também, inseparável da luta pela defesa dos corpos das mulheres (FONTES, 2021; CHAVES, 2021). As múltiplas formas de violação de direitos nos territórios são especialmente sentidas pelas mulheres que fazem desses espaços morada, principalmente as mulheres negras, que sentem de forma singular as lutas territoriais, por serem a extensão de seus corpos e modos de vida (LIMA; PRAÇA, 2018).

Bittencourt (2011), em sua Dissertação de Mestrado, analisa justamente como a participação política territorial das mulheres na Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico (AMACH), está diretamente conectado com as relações familiares e os laços na comunidade e, ao mesmo tempo, como os trabalhos de cuidado dos filhos, da casa, além da atuação na Associação, também representam sobrecargas para as mulheres, como conta Sandra nesta fala, de 2004, trazida por Bittencourt (2011):

Em 31 de Junho de 2002 surge a AMACH. A nossa intenção era unir forças para irmos ao embate contra o Governo (...). **Nossa organização é composta de um pequeno grupo, nós mulheres negras que com nossos netos e filhos enfrentamos o governo. No começo da luta éramos eu e a Pró-Cida na frente, sem dinheiro pra transporte, sem participação de outros moradores, com nossas famílias, esperando em casa e nós colocando a cara na rua pra brigar por nossos direitos.** (Sandra Regina Souza dos Santos, grifo nosso).

Em uma de nossas conversas durante os encontros da Perícia Popular no Centro Histórico, Sandra compartilhou conosco um momento muito difícil, sobre o dia em que a Companhia de Desenvolvimento Urbano

do Estado da Bahia (CONDER) derrubou o prédio onde ela tinha seu bar, sua principal fonte de sustento, e onde anteriormente vivia seu filho:

A CONDER derrubou a parede do meio que era a coluna principal do prédio onde meu filho morava e eu também tinha o meu bar. Quando eu fui perguntar o que estavam fazendo, me disseram *'eu sou engenheiro e sei o que eu estou fazendo'*. **Eu disse *'eu sou engenheira, arquiteta, eu sou tudo da vida, do mundo, porque eu sei como se manter uma casa em pé'***. Cinco dias depois, o prédio desabou. A minha sorte é que meu filho tinha saído do prédio (...). Nesse dia eu perdi tudo, perdi meu bar, toda a comida, toda a bebida, o refrigerador, tudo que tinha no bar, e até hoje o governo não me ressarciu nem 1 real. Eu nunca recebi nada. (Sandra Regina Souza dos Santos, grifo nosso).

Esse relato tão forte de Sandra, que traz tantos significados consigo, comprova como os saberes, fazeres, atuações e existências das populações que vivem no Centro Histórico são completamente desconsiderados e invisibilizados pelos executores e fazedores das políticas e projetos urbanos hegemônicos. As intervenções causaram graves violações de direitos e impactos profundos nos modos de vida da população negra do Centro Antigo. Segundo dados da Secretaria de Planejamento da Bahia, publicados em 2008, no relatório "Centro Antigo de Salvador: uma região em debate", 57% dessa população era composta por mulheres, sendo 45% dos domicílios chefiados por elas, uma média superior à da cidade como um todo, que correspondia à aproximadamente 35% dos domicílios. Sandra afirma que muitas das famílias que foram removidas do bairro não tinham nenhuma condição de reconstruírem suas vidas em outro local, e acabaram morrendo de fome e tristeza.

Muitas das mulheres que foram removidas, grande parte mães solo, que já eram as responsáveis por cuidar e manter crianças e idosos, foram ainda mais sobrecarregadas pelo aumento dos trabalhos de cuidado e, além de perderem suas moradias, perderam também suas únicas fontes de renda, pois em muitos casos, como

o de Sandra, tiveram seus pontos de comércio local fechados (FIGUEIREDO; ESTÉVEZ, 2020). Parte delas foram obrigadas a migrar para regiões muito distantes de onde viviam, levando à desestruturação de suas redes comunitárias de apoio, que eram essenciais para a manutenção da vida. A dissociação entre os locais de moradia e de trabalho das moradoras, devido à mudança de localização, também gerou a necessidade de despender um longo período de tempo nos deslocamentos diários, além do aumento das despesas com transporte (FIGUEIREDO; ESTÉVEZ, 2020), dificultando e, em muitos casos, impossibilitando, o acesso à equipamentos públicos, como creches, escolas e postos de saúde, que utilizavam originalmente.

Com a precarização das condições de vida em suas múltiplas dimensões, as mulheres tiveram sua emancipação e autonomia cerceadas. O agravamento da dependência econômica feminina, como consequência das intervenções no território e dos ataques aos seus modos de vida, operam como mais um instrumento da violência racial e de gênero (GAGO, 2020). A dependência financeira em relação aos maridos ou ex-maridos, pais e outros familiares, por exemplo, colocam as mulheres em posições ainda mais vulneráveis à agressões físicas ou verbais, uma vez que a conjuntura socioeconômica na qual se veem dependentes é um fator bastante agravante na exposição das mulheres à violência (QUEIROZ et al., 2021).

Nesse sentido, as mulheres que foram removidas de seus territórios e comunidades, tiveram seus modos de vida, identidades e subjetividades violados. Os impactos físicos e psicológicos foram extremamente violentos. Foi preciso muita luta coletiva para que as 1000 famílias, que ainda residem na região, conseguissem permanecer até a 7^o etapa do programa, iniciada nos anos 2000 e ainda inconclusa (BARROS; PUGLIESE, 2005). Sandra conta, que foi graças às articulações políticas das lideranças comunitárias da AMACH, que a Associação foi pioneira no Brasil por conseguir garantir, para parte dessas famílias, o direito à moradia em sítios históricos, através de disputas e negociações realizadas com a CONDER, que resultou em um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). Este documento estabelece as responsabilidades do Estado em atender às necessidades dos moradores, como a melhoria da condição das casas, fornecimento de serviços sociais, comerciais e de infraestrutura - além de utilizar instrumentos, como a Perícia Popular, existente desde 2016,

em parceria com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (FAU-UFBA), para responsabilizar e cobrar o Governo de seus compromissos com a comunidade.



Fotografias 11 e 12: caminhada de aprendizagem com a AMACH em ocupações do MSTB no Pelourinho/Santo Antônio Além do Carmo.
Fonte: fotografias da autora (2022).

Apesar de significativas conquistas, fruto dessa intensa articulação da AMACH, a luta pela defesa e permanência digna no território está muito longe de acabar. Muitas das casas foram entregues em péssimas condições, com mofo e infiltrações, que a médio prazo, acarretam em problemas graves de saúde, além do fato de que as famílias que conseguiram resistir às remoções e permanecerem no Centro Histórico, até hoje não receberam a titulação de suas propriedades, comprometendo o direito de outras gerações de filhos, netos e bisnetos, de permanecerem nos imóveis:

As casas que nos entregaram... nós fomos roubados, nossos quintais. O governo não construiu nossas casas do tamanho íntegro que era (...) e existem problemas em quase todas as casas. Nós temos problemas de paredes com mofo. Desde que eu peguei era assim, eu falei pra eles, e eles nunca

deram jeito, e foram as paredes que eles fizeram (...) e **nós temos a posse, mas nós queremos a nossa propriedade. Viemos de gerações de família. Eu já estou aqui criando os meus bisnetos. Me criei, criei meus filhos e meus netos e agora meus bisnetos** (...). Mas nos deram apenas a posse. Se morreremos agora, a CONDER passa a ser dono do que é nosso, e não deixará nossa família ficar. E mesmo estando vivos, o Governo ainda pode nos expulsar. (Sandra Regina Souza dos Santos, grifo nosso).

Foi preciso muita luta, e auxílio na tramitação das documentações, para conseguiram conquistar a fundação da Cozinha Comunitária da AMACH, em julho de 2015, na Rua da Oração, no Pelourinho. A cozinha, proposta como alternativa de trabalho e como um espaço coletivo de convivência, fortalecimento da autonomia e economia solidária, pensada e criada para alimentar famílias de baixa renda do Centro Histórico que se encontram em insegurança alimentar, até hoje não recebeu o subsídio que o Governo garantiu que teria. Já a creche comunitária, uma demanda antiga e de extrema importância para as mães que vivem no centro, sobretudo as mães solo, segue sendo um sonho:

Até hoje nós não conseguimos a nossa creche. Até hoje não saiu. Um neto meu, que tá com 19 anos, eu venho brigando por essa creche e ele tava na barriga da mãe. Robert está com quase 20 anos e a creche ainda não saiu. **Muitas coisas nos foram negadas. Foi feita a cozinha, a cozinha comunitária nós conquistamos, mas falta todo um subsídio.** A cozinha foi criada para alimentar quem realmente precisa, quem está com fome, famílias de baixa renda que precisam se alimentar, **mas a gente não tem de onde tirar, e o Governo ficou de subsidiar, e nunca fez isso.** (Sandra Regina Souza dos Santos, grifo nosso).

Sandra conta como a cozinha sempre esteve em sua vida, por conta de sua mãe, que desde antes de se mudar para o Centro Histórico, quando ainda morava na Mata Escura do Retiro, já vendia comida para sustentar

a família. Cozinhar, para Sandra, além de uma importante fonte de renda e ferramenta para conquista da autonomia em sua trajetória e na de sua mãe, também é um meio de união e acolhimento:

A cozinha sempre esteve na minha vida. Minha mãe sempre viveu de comida, desde a Mata Escura do Retiro, minha mãe vendia comida. Então, quando ela chegou aqui, ela continuou (...) Com a minha mãe, tudo era um trabalho. Você bota o isopor pra vender cerveja e guaraná. Minha mãe colocava a mim a minha irmã desde pequena para vendermos as bandejas de churrasco nas festas de largo, de peixe frito, amendoim cozido. Eu sempre lidei com essa questão de vender comida (...) Porque a nossa cultura, do povo brasileiro, sempre esteve arraigada em torno de mesa, em torno de comilança, em torno das conversas em torno da comida. **A comida é uma coisa que sempre trouxe aconchego, sempre trouxe conversa, sempre trouxe vínculos, amizades e correntes.** Então, como eu sempre estive envolvida com comida, porque minha mãe sempre fez isso, **nós vimos que as famílias precisavam muito, com essa história da restauração, a gente viu essa necessidade que muita gente tinha de comer, e aí a gente pensou em fazer a cozinha comunitária.** (Sandra Regina Souza dos Santos, grifo nosso).

Com a falta de subsídio do Governo para manter ativa a Cozinha Comunitária, a AMACH chegou a mobilizar campanhas de arrecadação de recursos para a reativação do espaço, além de articular ações como a entrega de cestas básicas, e parcerias com o Movimento Nacional da População em Situação de Rua, através do coletivo de mulheres As Marias, o qual Sandra forma parte até hoje, na luta pela segurança alimentar no Centro Histórico.

Eu tenho compromisso com os meu vizinhos, com meus netos, com meus bisnetos, eu tenho esse compromisso, de tentar ajuda de alguma forma (...) **Eu sou a mater, eu sou a mãe, eu sou a maior autoridade dessa família,** então eu tenho a obrigação de prover o bem da minha família, seja espiritual ou físico, **então eu me**

vejo na obrigação de poder alimentar minha família, porque eles estão aí a partir de mim, a partir de eu ter dado a luz, eles foram sendo gerados e nascendo.

(Sandra Regina Souza dos Santos, grifo nosso).

E essa luta, como nos conta Sandra, é fundamentalmente coletiva e familiar, pois é assim que grande parte da(o)s moradora(e)s do Centro Histórico se veem. Apesar de todos os conflitos que possam existir dentro e fora da comunidade, são famílias que só conseguiram permanecerem no centro por se apoiarem umas nas outras. E essa conexão com o território não é de agora, é ancestral e espiritual:

Minha família sempre esteve aqui, desde sempre. **Mesmo sendo família de sangue ou família afetiva. Minha família sempre esteve aqui.** Esse prédio aqui, onde eu briguei tanto pra não sair, porque minha mãe me trouxe pra aqui menina, na realidade ele é mais dos meus filhos do que meu, o pai dos meus filhos nasceu aqui nessa casa aqui nestes prédio. **Nossa alma, nosso espírito, nosso espiritual, sempre esteve aqui presente, não é algo de agora, é algo de sempre, de outras vidas, estarmos aqui.** Não posso dizer a dimensão da importância dessa casa, que esse Centro Histórico, tem pra mim (...) Uma vez eu ouvi, na mesa da mediúncia que eu participava, no Centro Espírita onde eu fazia trabalhos mediúnicos, e aí um dia o preto velho me disse *'você não veio pra aqui agora, nem por acaso, você veio pra aqui porque lá atrás, você prometeu que ia voltar pra ajudar seu povo aqui, porque você sofreu também aqui no passado junto com o seu povo, e você disse que ia voltar'* (...) (Sandra Regina Souza dos Santos, grifo nosso).



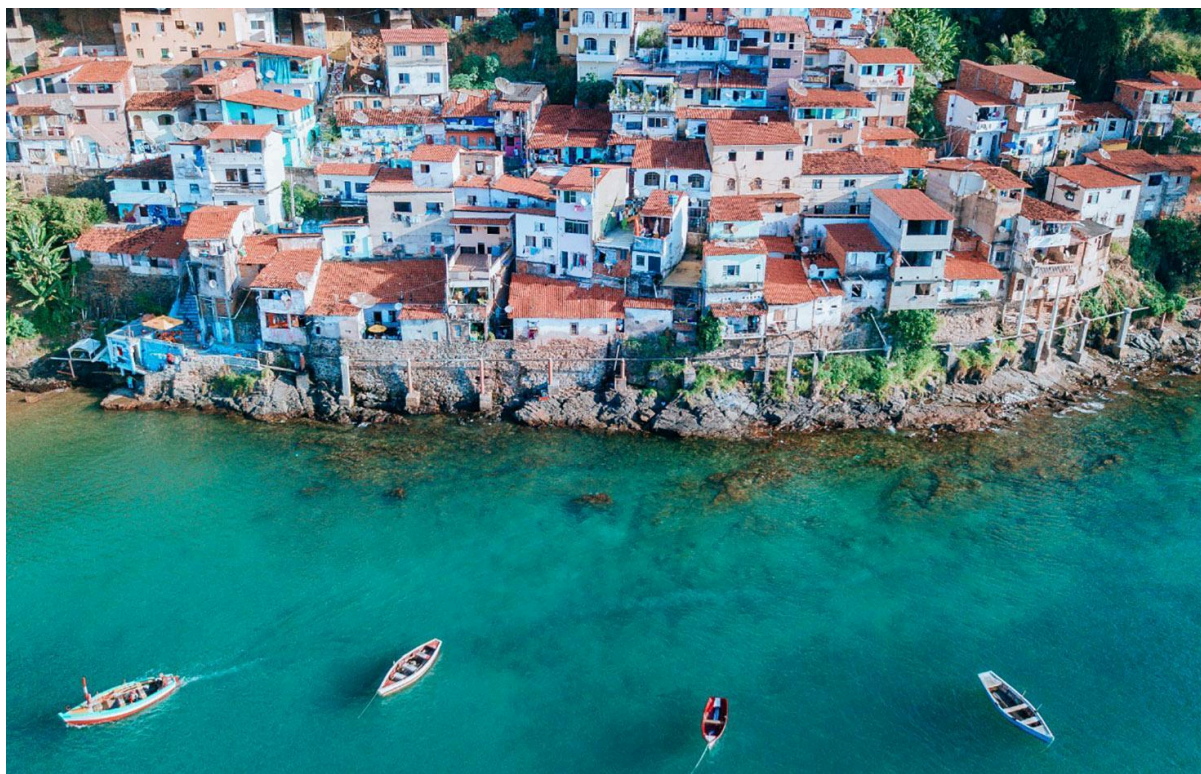
Fotografia 13: Sandra Regina, moradora do Centro Histórico e liderança da AMACH.
Fonte: fotografia de Penélope Carolina (2023).

Sandra afirma que é justamente por acreditar em um futuro melhor que ela ainda luta, sempre em ação, em movimento, participando ativamente do Movimento em População em Situação de Rua, na linha de frente da construção da luta da AMACH, batendo nas portas do Ministério Público, batendo nas portas das universidades, em suas palavras, “batendo em todas as portas, porque espero um futuro melhor, e é por isso que eu ainda luto” (Sandra Regina, 2023).

2.2. Gamboa de Baixo: uma comunidade tradicional pesqueira no centro de Salvador

Dentro da agenda de “recuperação” e “revitalização” do centro de Salvador, seja por meio de remoções, apagamentos da memória e fragmentação dos territórios de sociabilidade negra, o Programa de Recuperação do Centro Histórico se apresenta apenas como uma das iniciativas empreendidas. Diversos programas e projetos, como analisa Marinho (2022), realizados tanto pelo Governo do Estado, como pela Prefeitura, “se entrelaçam e se retroalimentam”, expandindo a fronteira da reestruturação urbana, através de um arranjo institucional que envolve diferentes atores do Poder Público, a articulação das instâncias Estadual e Municipal, e a consolidação de parcerias público-privadas (MARINHO, 2022).

O Estado passa a incidir para além do Centro Histórico para alcançar todo o Centro Antigo (SANTOS, 2017), considerando, entre outros interesses de mercado, os atrativos econômicos que a proximidade e a vista da Baía de Todos os Santos apresenta. Dentro desse contexto de ampliação das áreas de intervenção urbana implementadas pela Prefeitura e pelo Governo do Estado no Centro Antigo de Salvador, a Gamboa de Baixo, segundo território de incidência deste trabalho, localizada à beira da Baía de Todos os Santos (fotografia 16), tem sido uma das principais comunidades alvo de iniciativas de reestruturação urbana, sendo atravessada por projetos que ameaçam a permanência do(a)s moradore(a)s, de suas tradições e modos de vida tradicional pesqueiro (CAMINHA et al., 2018), como veremos em detalhe adiante.



Fotografia 14: comunidade tradicional pesqueira Gamboa de Baixo.
Fonte: fotografia de Wendy Andrade (2021).

Comunidade tradicional secular de pescadoras e pescadores, “cambôa” é uma palavra que tem origem indígena, cujo significado remete à “arte de pescar” e a uma tecnologia artesanal ancestral de coleta de peixes (PERRY, 2022). Para as moradoras e moradores da comunidade, viver e pescar na Gamboa de Baixo representa parte central de sua memória coletiva e de sua identidade enquanto comunidade negra tradicional. Na Gamboa de Baixo, o corpo-território é das águas, é o corpo-peixe, em que a relação com o mar é vital, tanto no sentido material, como no sentido político e espiritual, com uma forte conexão com cosmologias africanas (PERRY, 2022), onde o ser humano e a natureza são um só. As histórias de vida e de luta na Gamboa pelo direito ao território no Centro Antigo de Salvador, estão diretamente ligadas à preservação dos modos de vida e recursos culturais e ancestrais que a relação com o mar proporciona, com conexões transatlânticas que carregam saberes, históricos, tecnologias e tradições conectados pelas águas.



Fotografias 15 e 16: caminhada de aprendizagem na Gamboa de Baixo.

Fonte: fotografias da autora (2022).

Sendo a Gamboa de Baixo uma comunidade fundamentalmente negra e tradicional, vivendo em um território à beira da Baía de Todos os Santos, onde os interesses do mercado imobiliário crescem exponencialmente a cada dia, o planejamento urbano, e os projetos de intervenção que incidem nesse território, enquanto ferramentas de um Estado racista, passam a operar buscando apagar os modos não-brancos de habitar, viver e fazer-cidade. Dessa forma, muitas das intervenções urbanas se tornam dimensões espaciais de um projeto de embranquecimento das cidades e que, no caso de Salvador, onde a maioria da população é negra, para materializar a branquitude, a segregação urbana planejada se torna umas das principais diretrizes do desenvolvimento urbano (PERRY, 2022).

2.2.1. A construção da Avenida Contorno e a separação da Gamboa em duas

É nesse contexto que o Governo da Bahia, a partir da década de 50, passa implementar uma permanente estratégia de remoção da comunidade da Gamboa, inicialmente com a construção da Avenida

Contorno, em 1952, que cruzou o território da Gamboa de Baixo e a separou dos bairros vizinhos - conhecidos atualmente como Gamboa de Cima, onde se concentra parte da elite branca soteropolitana - promovendo uma espécie de “apartheid” urbano (VIDA e EVANGELISTA, 2000).



Fotografia 17: Avenida Contorno na cidade de Salvador.
Fonte: Bahia Jornal (2022).

Construída para conectar a zona comercial da Cidade Baixa com os bairros predominantemente de elite branca, do Canela e Campo Grande na Cidade Alta, a Avenida Contorno se tornou umas das principais vias de Salvador. Durante a construção dessa imensa obra que, literalmente, atravessou a comunidade de pecadora(e)s da Gamboa e a tornou visualmente invisível por quem passa pelo local, os jornais da época defendiam que a nova avenida era uma das vias mais bonitas de Salvador, com vista privilegiada para o mar, representando a dimensão mais moderna de “progresso e prosperidade” para a cidade (PERRY, 2022).

Progresso e prosperidade para quem? Embora a comunidade da Gamboa exista há centenas de anos nesse território, pois documentos de 1722 do Forte de São Paulo da Gamboa¹⁰ já citavam a comunidade de pescadores nessa região (PONTE JORNALISMO, 2022), o Governo, em nenhum momento, levou em consideração a existência da comunidade, nem durante o planejamento do projeto e muito menos durante sua construção.

A separação da Gamboa em duas partes, a de cima, que permanece plenamente visível, e a de baixo, fisicamente ocultada pela construção da Avenida Contorno, além de escancarar um processo em que arquitetos, engenheiros, construtores e burocratas do Estado, determinam qual modelo de cidade deve, ou não, ser visível e invisível, e assim, quais lugares e pessoas são desejáveis ou indesejáveis para esse novo modelo urbano que buscam construir, a divisão também a segregação e hierarquização sociorracial entre os dois bairros (PERRY, 2022).

“Em que tipo de cidade vivemos, que prepara arquitetos e engenheiros para **demolir as casas e expulsar as populações locais para implementar seus projetos de desenvolvimento urbano?” (Ana Cristina da Silva Caminha, 2022).**

Ana Cristina da Silva Caminha, pescadora, neta, filha e irmã de pescadoras, liderança comunitária, presidenta da Associação Amigos de Gegê dos Moradores da Gamboa de Baixo e integrante da Articulação do Centro Antigo de Salvador, contou, em um de nossos encontros realizados no primeiro semestre de 2022, em seu bar, na Gamboa (fotografias 20 e 21), como a construção da Avenida Contorno impactou a vida cotidiana na comunidade. A Gamboa de Baixo passou por diversas dificuldades estruturais, desde a falta de saneamento básico, de água encanada, luz elétrica, até a restrição de acesso e fluxo entre a comunidade e outros bairros da cidade, acarretando no isolamento e abandono da região por parte do Poder Público.

¹⁰ Na Gamboa de Baixo encontra-se o Forte de São Paulo, construído em 1722, e declarado patrimônio nacional em 1937. Embora a Marinha tenha abandonado o Forte e o seu entorno no séc. XIX, em meados dos anos 90, quando moradores já haviam passado a viver no local, a Marinha reivindicou a propriedade, com a justificativa de imediata revitalização da área (PERRY, 2022).



Fotografias 18 e 19: encontro no bar da Ana Caminha na Gamboa de Baixo.

Fonte: fotografias da autora (2022).

No documentário “Pescadoras em Rede: as Mulheres da Gamboa de Baixo”, realizado pelo Coletivo Trama, em 2022, como um “registro das mulheres pesqueiras da comunidade, com o intuito de contribuir para o reconhecimento desta prática ancestral, intrínseca à vida deste território” (TRAMA, 2022), Ana Caminha denuncia os impactos da divisão da Gamboa em duas:

A construção da Avenida Contorno, na década de 50, deixou a Gamboa a margem, e a partir desse momento nossa história de degradação e de marginalização começa, porque cortam a Gamboa da cidade, separam a Gamboa do 2 Julho, do Campo Grande, das comunidades reconhecidas como bairro, como parte da cidade de Salvador. **E a Gamboa some do mapa, e quando some do mapa, a nossa história de comunidade tradicional pesqueira é apagada também por isso.** (Ana Cristina da Silva Caminha, grifo nosso).

2.2.2. A construção da Bahia Marina e os impactos no ecossistema pesqueiro

A construção da Avenida Contorno marcou apenas o início de um ciclo de projetos de revitalização urbana que viriam a ser implementados posteriormente na região, em um contexto de intensa disputa territorial, que se estende até hoje, a partir da ação de especulação imobiliária por parte do mercado, e dos projetos de revitalização urbana por parte do Estado, que têm como alvo a comunidade da Gamboa de Baixo, devido a sua localização à beira-mar (CAMINHA e PERRY, 2009).

No documentário, as mulheres pescadoras da comunidade denunciam os impactos da construção da Empresa Bahia Marina, no final da década de 90, um megaprojeto voltado para o turismo náutico de alto poder aquisitivo em Salvador (OLIVEIRA, 2020) e que, como veremos adiante, causou profundos impactos não apenas para a comunidade da Gamboa de Baixo, como também para a Ladeira da Preguiça, terceiro território de incidência deste trabalho.



Fotografia 20: Bahia Marina na Baía de Todos os Santos no Centro Antigo de Salvador.

Fonte: Bahia Jornal (2018).

A Bahia Marina, que se consolidou como um dos primeiros projetos de grande porte a ser construído no contexto de revitalização da região (OLIVEIRA, 2020), ocupou uma ampla faixa de terreno contíguo à Gamboa de Baixo e impactou todo o ecossistema marinho do entorno da construção, comprometendo gravemente a diversidade de espécies existentes na região, como denunciam as moradoras e pescadoras Marianne Magalhães, Maria José e Vanessa Brito, no documentário “Pescadoras em Rede”:

Desde os 15 anos eu vivo da pesca. A minha sobrevivência é essa aí, a pesca

(...) Antigamente eu me lembro quando era criança, descia eu, **minha mãe, minhas primas, descia tudo aqui na praia, catava muitos peixinhos**, peixes nas coxas, peixe grande, polvo... naquela época era bom demais, não tem mais. Você procura não tem mais polvo, não tem mais peixe... não tem mais, acabou tudo.” (Marianne Magalhães, pescadora e moradora da Gamboa de Baixo, grifo nosso).

“Nasci e me criei aqui na Gamboa... vivo da pesca, tenho outras atividades, mas a principal é a pesca (...) mas ficou difícil, porque **eles usam muitos produtos que acabam matando os mariscos, né.**” (Maria José, pescadora e moradora da Gamboa de Baixo, grifo nosso).

“Tem lugares que **as construções deles matou muitas espécies**, tomou muito espaço de onde a gente mergulhava, na costa do mar.” (Vanessa Brito, pescadora e moradora da Gamboa de Baixo, grifo nosso).

Denise Veloso, pescadora e mergulhadora, também moradora da comunidade da Gamboa, tendo a pesca como seu principal sustento, relata no documentário que, além do desaparecimento de espécies, a construção da Bahia Marina restringiu também a circulação das pescadoras e pescadores naquela região do mar no entorno do projeto.

Outro problema também muito grave que tem afetado a comunidade, tem sido causado pela rede de esgoto do projeto, despejado na beira da praia, onde estão os barcos de pesca, e onde as crianças brincam e tomam banho de mar. Relatos denunciam também os efeitos dos produtos químicos utilizados pela Bahia Marina para manutenção das lanchas, como ácido e cloro, que contaminam as águas.

Nesse sentido, assim como vimos acontecer anteriormente no Centro Histórico, é possível perceber também na Gamboa de Baixo, como os processos de despossessão foram empreendidos de múltiplas formas, em diferentes âmbitos da vida, e não apenas através de remoções. Retira-se o alimento, retira-se o sustento, contamina-se às águas, além da produção de violências raciais e de gênero cotidianas, que buscam dificultar e impedir a reprodução da vida no território.

2.2.3. Ser mulher, ser negra, ser pescadora e ser liderança da Gamboa de Baixo

Em um contexto onde violências raciais e de gênero são cotidianamente produzidas pelo Estado e pela sociedade, Ana Caminha denuncia, durante sua fala no documentário “Pescadoras em Rede”, as tentativas de deslegitimação que as pescadoras precisam confrontar, enquanto mulheres negras, para que seus ofícios e atuações sejam de fato reconhecidos:

A mulher ela não é reconhecida enquanto pescadora mesmo. Normalmente querem chamar a mulher de marisqueira, e a gente entende como marisqueira aquelas mulheres que estão nos mangues, na beira da praia, catando marisco. E as mulheres que pescam, elas fazem o mesmo que o homem faz. Ela joga linha, ela mergulha, ela puxa poita, ela faz todo o trabalho que um homem faz, e ela vai pro mar no mesmo horário que o homem vai (...) **ela faz tudo igualzinho um homem, e ela não é reconhecida enquanto pescadora.** (Ana Cristina da Silva Caminha, grifo nosso).

Em agosto de 2023, estive no lançamento, em Salvador, no Centro de Estudos Afro-Orientais, no Centro Antigo, do livro “Daqui eu não saio, daqui ninguém me tira: a luta das mulheres negras pelo direito à terra no Brasil”, publicado em 2022 pela antropóloga feminista e ativista jamaicana, Keisha-Khan Y. Perry, fruto de décadas de colaboração ao lado das moradoras e ativistas da Gamboa de Baixo. No evento, a autora comentou sobre como essas dificuldades descritas acima por Ana Caminha também se estendiam aos espaços institucionais de decisão sobre as políticas urbanas da cidade. A construção da “cidade moderna branca” se dá, justamente, através dessas violências e invisibilizações pautadas na dimensão racista da supremacia da branquitude (PERRY, 2023).



Fotografias 21 e 22: lançamento “Daqui eu não saio, daqui ninguém me tira: a luta das mulheres negras pelo direito à terra no Brasil”. Fonte: fotografias da autora (2023).

No livro, Keisha-Khan trás o relato da moradora e ativista Dora Iraci (em memória), sobre os desafios políticos que enfrentavam nesses espaços por serem mulheres:

Nós costumávamos chegar na agência de desenvolvimento urbano, e eles diriam *‘Olha aí, vocês têm pescadores? Onde eles estão? Eu só estou vendo mulheres. Não*

há pescadores aqui? Nós éramos um grupo de mulheres, somente mulheres, era assim. Eles alegaram que ninguém morava lá, que somente bandidos moravam lá, entende? E nós dizíamos que não, aqui é uma colônia de pescadores e que somente pescadores moram aqui (...) Sabe, é difícil, não é, dizer que uma mulher também é pescadora. (Dona Iraci, grifo nosso).

O fato das lideranças da comunidade serem femininas e não masculinas, muitas vezes, fez o Governo deslegitimar suas reivindicações enquanto comunidade pesqueira tradicional, uma vez que supunham que apenas homens poderiam ser pescadores e lideranças da comunidade (PERRY, 2022). Mas, foram as lideranças femininas negras da Gamboa que, com a criação da Associação de Mulheres, consolidaram um espaço de reivindicação, mobilização, cuidado, e discussão sobre racismo e o sexismo em Salvador, conquistando, em 1992, a fundação da Associação Amigos de Gegê dos Moradores da Gamboa de Baixo. A Associação se consolidou como um importante instrumento, tanto de interlocução com as forças políticas de Salvador, como de organização de mutirões para construção de novas casas, para a instalação e regularização do saneamento básico e da iluminação pública na Gamboa (CAMINHA; PERRY, 2009).

Keisha-Khan afirma, em seu livro, que sua grande sala de aula foi a Gamboa de Baixo. A pedagogia feminista negra, construída no cotidiano na Associação, como também afirma Ana Caminha, é a pedagogia da Gamboa de Baixo, de confabular e fazer, na prática da ação, a vida e a luta coletiva da comunidade (CAMINHA; PERRY, 2023).

Dona Lenilda, uma das primeiras lideranças da comunidade, conta que uma das principais razões que a levou a participar do movimento, foi a busca por uma vida digna para seus filhos (CAMINHA; PERRY, 2009). Ana Caminha reforça também que, antes da criação do movimento de mulheres, a comunidade não tinha espaço de fala, e segundo ela, a luta na Gamboa ensinou que lutar por moradia é lutar pelos direitos das mulheres (CAMINHA et al., 2020):

É importante que a Gamboa seja vista e aceita como ela é: comunidade pesqueira, comunidade negra, uma comunidade de mulheres negras que leva as lutas sociais, que leva a organização de sua casa e que mantém a sua família independente de qualquer dificuldade encontrada. Eu acho que a diferença é que Gamboa é mulher, menina, a Gamboa é feminina. Quem começa essa luta são onze mulheres (...) que fundam a associação, que vêm travando uma grande luta na cidade. E essas mulheres que ensinaram aos homens machistas a respeitarem (...) As mulheres que estão colocando o nome da Gamboa para fora da Gamboa. São as mulheres que estão fazendo a pesca ser reconhecida. Somos mulheres lutando, somos mulheres organizadas.

(Ana Cristina da Silva Caminha, grifo nosso).



Fotografia 23: a comunidade da Gamboa de Baixo é feminina e negra.

Fonte: fotografias de Wendy Andrade (2021).

Nas conversas registradas por Keisha-Khan em seu livro, Ana Caminha conta como o ativismo das mulheres da Gamboa de Baixo conseguiu mudar tanto a forma como a comunidade era vista pelo Governo, como as próprias relações internas de gênero dentro da comunidade, onde as mulheres conquistaram maior autonomia, empoderamento e liberdade, justamente pelo ativismo construído em rede pelas lideranças femininas nas lutas territoriais:

Eu acho que, na verdade, na maioria das vezes, **as mulheres fizeram a diferença: elas provocaram a mudança e fizeram o governo mudar o jeito de fazer as coisas**, nós conseguimos mudanças em termos de políticas públicas. (...) E **veja, antes, as mulheres eram as mais reprimidas e oprimidas. Nós não podíamos fazer nada. Não podíamos falar nada (...)** A questão da liberdade das mulheres na Gamboa mudou muito. **As pessoas estão mais confortáveis em dizer o que pensam.** Lembro de Ivana, por exemplo. Antes de Ivana começar a participar dos encontros, dos protestos de rua; a encontrar várias pessoas, mais de 50 ou 70 pessoas; a falar, a dizer o que ela pensa que devemos fazer para nos defender, antes disso, Ivana estava sempre em casa. Eu nunca a via. Mas hoje, quem é Ivana! Ela é divorciada agora. Ela saiu de casa. Ela chega em casa de manhã cedo. É isso que chamamos de liberdade? Sim, isso é liberdade porque antes ela nunca faria isso. **O marido dela nunca permitiria, nem a sociedade, nem a comunidade. E foi através desse processo político que Ivana, Rita, eu e Lia aprendemos que nós podíamos fazer qualquer coisa, que nós tínhamos o direito de fazer certas coisas. O que nos ensinou isso? Foi a luta contra a expulsão da Gamboa. Foi a luta em torno da questão racial, de nossa autoestima enquanto negras. Foi a luta em torno da questão de ser mulher, a questão de gênero.** (Ana Caminha, grifo nosso).

O movimento de mulheres na Gamboa de Baixo contribuiu inclusive para a construção de entendimentos mais livres sobre as próprias sexualidades das mulheres, que passaram a se sentir mais

confortáveis, seguras e acolhidas, dentro dessa rede feminina, para compartilhar questões relacionadas às suas relações familiares conjugais, e também sobre às suas próprias orientações sexuais:

Por exemplo, a questão da sexualidade, a descoberta da sexualidade. **Agora, nós temos coragem de falar sobre sexo nos encontros. Antes, nós não tocaríamos no assunto. Nós não tínhamos coragem de falar sobre várias coisas. A associação de bairro e a luta nos ensinaram muito, não se trata apenas de bloquear as ruas e dizer que nós queremos casas, emprego, educação, direitos das mulheres. Nós queremos ocupar o espaço enquanto mulheres, e para fazer isso, nós temos que sentar em uma roda somente de mulheres para discutir a nossa dor.** Então, nós perguntamos: 'como é a relação com seu marido? É boa ou ruim?' (...) Temos que discutir esses vários tipos de coisas. Temos que falar sobre algo que antes nós sequer sabíamos que existia, prazer sexual. Foi assim para mim, para a Rita e para várias mulheres na Gamboa. **Em termos de liberdade que nós não tínhamos. Apenas o fato de que hoje, qualquer uma de nós pode falar com muita facilidade sobre sexo mostra como nos libertamos, como a organização de mulheres na Gamboa nos deu o direito de sermos livres.** (Ana Caminha, grifo nosso).

O direito de se descobrir, de se entender e de viver enquanto LGBTQIA+ na Gamboa de Baixo, também foi uma das conquistas e resultados da mobilização construída no cotidiano por essa rede de mulheres:

Essa liberdade tornou as mulheres mais corajosas em termos de autoestima. **Nosso processo foi tão importante que as mulheres puderam descobrir todos os aspectos a respeito de nós mesmas. Até a questão da orientação sexual, que nós não sabíamos antes: nós não sabíamos se aqui havia lésbicas ou não, porque nós não víamos lésbicas por aqui. Era sutil, escondido, e trazia desconforto para as pessoas. Elas estavam com medo. Havia muito**

preconceito. Hoje, somente na associação de bairro, posso dizer que há três pessoas que a comunidade sabe que são homossexuais. Mas as pessoas respeitam esses homens e mulheres como líderes comunitários. **Veja, esse processo de mobilização fez a diferença.** (Ana Caminha, grifo nosso).

E a conquista de um maior empoderamento e liberdade, por e para as mulheres, refletiu também no alcance de uma maior autonomia e independência financeira feminina, através do direito de exercerem seus ofícios nas casas, nas ruas e nas águas do mar:

Antes, nós desceríamos para a Gamboa, nós iríamos para casa e, moralmente, os homens estariam trabalhando. A maioria deles no mar, claro, uma vez que a Gamboa é uma comunidade de pescadores. Alguns trabalhavam nas ruas, as mulheres trabalhavam em casa. Hoje, você pode ver dez homens em casa e mulheres trabalhando na rua. **As mulheres aprenderam que uma maneira de assegurar sua própria independência em relação aos homens era através da independência financeira. Porque vários homens não permitiam que as mulheres trabalhassem, elas precisavam de permissão. Hoje, as mulheres são mais livres, elas são mais bonitas. As mulheres estão mais guerreiras.** (Ana Caminha, grifo nosso).

Nesse sentido, apesar de todas as deslegitimações que enfrentam, tanto dentro da própria comunidade, como nos espaços institucionais de decisão política, como foi relatado por Dona Iraci (em memória), as lideranças femininas negras da Gamboa de Baixo, através da construção de uma rede de apoio e atuação feminina, encontraram força na afirmação política de suas identidades de raça e de gênero (PERRY, 2022). Elas são as principais agentes de transformação em sua comunidade, desempenhando um papel fundamental na formação política da(o)s moradora(e)s, na construção de um senso coletivo, na reprodução de redes de apoio, de cuidado, de laços de solidariedade, e na conquista de direitos e serviços essenciais, que

sustentam a comunidade, desafiando e pressionando o Estado a atuar da forma como deveriam. A Gamboa de Baixo é hoje, graças às atuações e articulações dessa rede de mulheres, referência na luta pelo Direito à Cidade em Salvador.

No processo de enfrentamento das ameaças de expulsão, essa rede de lideranças femininas negras da Gamboa de Baixo construíram uma proposta, em articulação com professora(e)s e estudantes da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (FAU-UFBA) e, munidas com conhecimento técnico e as experiências e sabedorias da comunidade, conseguiram desafiar e forçar o Estado a promoverem obras de melhorias nas casas, impactando também na percepção que o Governo tinha sobre a participação das mulheres nos debates políticos sobre a cidade em Salvador. A comunidade passou a integrar, nos anos 2000, um programa nacional de habitação (PERRY, 2022), mas que também foi profundamente marcado por muitas reivindicações, devido à má qualidade das intervenções realizadas.

Após décadas de disputa, a comunidade conseguiu conquistar também, em 2008, o reconhecimento do seu território enquanto Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) e, em 2016, especificamente enquanto ZEIS 5, de Comunidades Tradicionais vinculadas à pesca (CAMINHA et al., 2018). Apesar do reconhecimento municipal, a comunidade segue lutando pela regularização fundiária, pela garantia jurídico-legal de sua permanência no território.

Ana Caminha afirma que as pressões governamentais, através de projetos de intervenção e revitalização da orla da Gamboa, e também policiais, uma vez que a violência e a repressão policial desempenham um papel central nessas práticas de despossessão urbana¹¹, seguem ameaçando os modos de vida da comunidade pesqueira, e que se não fosse a luta que as mulheres vêm construindo há décadas, com

¹¹ É fundamental ressaltar que as invasões policiais arbitrárias, as buscas ilegais, a violência física e o terror psicológico realizado por um forte aparato policial militarizado, estão, também, associados às políticas de intervenção urbana em áreas cobiçadas pelo mercado e pelo Estado como a Gamboa de Baixo. Como afirma Perry (2022), “policar bairros negros representa não somente uma política de confinamento, mas também uma política de exclusão associada à renovação urbana”.

apoio da população negra, a comunidade não estaria mais lá. Para ela, Direito à Cidade é o direito de poder seguir vivendo na Gamboa de Baixo, de ser reconhecida enquanto comunidade pesqueira e de ter acesso aos serviços que todo cidadão deveria ter:

Lá é o meu mundo, e se tirarem os moradores da Gamboa, e se me tirarem da Gamboa, eu morrerei, porque eu sou um peixe, que precisa do mar. Então **eu preciso da Gamboa pra ser quem eu sou, pra ser Ana Caminha, filha da Adalgiza, neta de Ritalina da Silva, com muito orgulho. Sou uma mulher preta, lutando por moradia e por identidade na cidade de Salvador (...)** então **direito à Cidade pra mim é ter o direito de poder morar na Gamboa.** É ter o direito de poder ir e vir, de ser respeitada e ter aqui na Gamboa os serviços básicos de coleta de lixo, saneamento básico, educação, os direitos que uma comunidade, que um cidadão deve ter. (...) **Eu falo do direito de ter a vida de pescadora respeitada, de ser reconhecido que somos uma comunidade pesqueira.** (Ana Cristina da Silva Caminha, grifo nosso).



Fotografia 24: mulheres pescadoras da comunidade da Gamboa de Baixo.

Fonte: documentário “Pescadoras em Rede” (2022).

Na contramão da garantia desses direitos, são inúmeros os instrumentos e mecanismos, utilizados pelo Estado e pela iniciativa privada, para remover comunidades consideradas entraves para a imagem de progresso urbano que buscam vender, baseando-se em discursos e práticas que deslegitimam os modos de ser e habitar a cidade dessas comunidades (SILVA, 2019). Em muitos casos, para o Estado e para a iniciativa privada, esses territórios representam apenas um potencial de exploração para atrair redes de investidores que possam explorá-los economicamente.

Dentro desse contexto de exploração econômica do centro de Salvador, está o Projeto Revitalizar (cartografia 06), implementado a partir de 2017, por meio do Projeto de Lei Nº 302/16, de autoria do Executivo Municipal, na figura do ex-prefeito ACM Neto, e atualmente em andamento através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SMDU) da Prefeitura de Salvador, que consiste em um programa de incentivo à restauração e recuperação de imóveis do centro, aliado ao estímulo à implantação de novas atividades, através de benefícios fiscais¹², como redução de 50% do IPTU futuro, perdão de dívidas, redução do ISS - imposto sobre serviços de qualquer natureza - e isenção de ITIV - imposto sobre a transmissão inter vivos de bens imóveis -, a proprietários de imóveis que não cumprem a função social da propriedade, na intenção de tornar a região ainda mais atrativa para turistas, destinando os imóveis à serviços hoteleiros e gastronômicos, sem contemplar, por exemplo, destinação para moradias populares, desconsiderando a(o)s moradora(e)s do Centro Antigo, e atendendo aos interesses da especulação imobiliária e hoteleira¹³.

¹²SEDUR - Secretaria de Desenvolvimento Urbano de Salvador - Projeto Revitalizar. Disponível em: <https://sedur.salvador.ba.gov.br/revitalizar>. Acesso em 18 ago. 2023.

¹³ Projeto Revitalizar: tentativa de Gentrificação ou Revitalização? Disponível em: <https://correionago.com.br/projeto-revitalizar-tentativa-de-gentrificacao-ou-revitalizacao/>. Acesso em 18 ago. 2023.



Cartografia 06: poligonal do Projeto Revitalizar em Salvador.

Fonte: elaboração da autora com base nos dados da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano de Salvador (2023).

Segundo a Prefeitura de Salvador, a justificativa para a criação do Projeto Revitalizar é de que o Centro Antigo estaria precisando de estímulos para “trazer vida” novamente para os bairros dessa região (SILVA 2019). Mas, como questiona Leonardo Silva (2019), em sua Dissertação de Mestrado “Revitalização Urbana: uma questão de raça”, quais vidas são essas que, historicamente, constroem, ocupam e cuidam desses territórios, mas são descartáveis e passíveis de despejo, por serem incompatíveis com esse conceito de “trazer vida” que tais políticas hegemônicas buscam vender? O Projeto Revitalizar desconsidera, por exemplo, as inúmeras ocupações de moradia que existem atualmente no Centro Antigo, contribuindo para esse ciclo perverso de reintegração de posse e despejos.

Como afirma a coordenadora do Movimento Sem Teto da Bahia (MSTB), Maura Cristina, em matéria publicada por Almirante (2017), “revitalizar é trazer vida ao que não está vivo, mas o Centro Antigo tem vida e tem gente que mora no local há mais de 60 anos”. Nesse sentido, declarar que territórios construídos, ocupados e dotados de vida negra, necessitam intervenção do Poder Público para resgatar uma suposta vitalidade, tem

como operador político a questão da raça (SILVA, 2019). O racismo é, portanto, um operador estratégico do planejamento urbano, que orienta as formas de intervenção do Estado, baseadas na valorização e defesa da vida da branquitude de alto poder aquisitivo, e na produção da morte, direta ou indireta, dos modos de vida de territórios negros. Assim, são fabricadas justificativas para viabilizar tais projetos de revitalização e legitimar as intervenções que levam ao despejo dessas populações.

Silva (2017) aponta que, além da utilização de narrativas que deslegitimam a existência e os modos de vida dessas comunidades, discursos em prol de uma suposta segurança e proteção também tem sido uma estratégia política muito frequente para justificar as remoções. Programas como o Prevenção de Desastres, na cidade de Salvador, também têm sido utilizados nesse sentido e a serviço da especulação imobiliária. A partir do abandono proposital de edifícios tombados, objetivando futuras desapropriações ou reintegrações de posse de casarões ocupados há décadas, são emitidas declarações de “risco” completamente arbitrárias, sobre imóveis que estariam supostamente “condenados” a desabarem. Essas declarações são apresentadas sem a presença de laudos técnicos que comprovem a necessidade iminente de remoção das famílias, ou a impossibilidade de recuperação dos edifícios, terminando por coagir, culpabilizar e criminalizar a(o)s moradora(e)s que vivem nessas regiões. Como veremos no próximo item deste capítulo, esses processos têm ocorrido sistematicamente na comunidade da Ladeira da Preguiça, terceiro território de estudo e incidência deste trabalho.

2.3. A Comunidade da Ladeira da Preguiça

A comunidade da Ladeira da Preguiça, localizada no Centro Antigo, na segunda ladeira mais antiga de Salvador, que faz a ligação entre a cidade baixa e a cidade alta, vive esse intenso processo de especulação e ameaça de expulsão. A comunidade, por também estar próxima da Baía de Todos os Santos, está cercada de hotéis, condomínios residenciais de luxo, e da Bahia Marina, cuja construção e ampliação também causou impactos profundos na vida da comunidade.



Fotografia 25: comunidade da Ladeira da Preguiça no Centro Antigo de Salvador.

Fonte: redação iBahia (2022).

Eliane Silva, moradora há mais de três décadas da Ladeira da Preguiça, ativista e integrante da Articulação do Centro Antigo de Salvador e do Centro Cultural Que Ladeira É Essa? - onde promovem ações que visam valorizar e incentivar a cultura e identidade da comunidade da Preguiça, potencializando tanto a defesa coletiva frente aos processos urbanos de expulsão da população, como a valorização de práticas, saberes e modos de vida da comunidade - nos conta, durante nossa caminhada no território de aprendizagem (fotografias 29 e 30) que realizamos na disciplina de Estudos Sociais e Ambientais, no segundo semestre de 2022, como

foi sua chegada até a Ladeira da Preguiça, qual a origem da formação da comunidade, e a relação que ela construiu com o território:



Fotografia 26: Eliane Silva, moradora da comunidade da Preguiça e integrante da Articulação do Centro Antigo.

Fonte: documentário "Ocupar e Resistir: o coração do Centro Histórico" (2023).

Eu nasci em uma cidade chamada Itiruçu. Aos 12 anos meus pais se mudaram para Jaguaquara, onde morei dos 12 aos 15 anos (...) Eu fiz a escolha de sair de casa, eu vim pra Salvador com 15 anos, pra trabalhar de doméstica, e em Salvador estou até hoje. Trabalhei de doméstica até os 18 anos. Conheci o pai dos meus filhos, a gente foi morar junto. Tive meu primeiro filho com 20 anos, o Daniel. **Vimos para a Preguiça, onde nasceu meu segundo filho, porque a família do meu ex-marido, que é finado já, tava na 5° ou 6° geração aqui na Ladeira da Preguiça, já vinha da bisavó dele, o avós, os pais, ele, e logo depois nossos filhos. Por isso a gente se mudou pra Ladeira da Preguiça, onde a gente foi muito bem recebida, na década de 90.** E aí a minha relação com a Ladeira da Preguiça começou nessa época. **Pense que era uma coisa linda, porque todos esses**

casarões velhos que vocês vê hoje, essas ruínas, tudo morava gente, era uma comunidade que sempre foi muito unida, era não, ainda é, com o pouco que tem, muito unida. (Eliane Silva, grifo nosso).



Fotografias 27 e 28: caminhada de aprendizagem na Ladeira da Preguiça.
Fonte: fotografias da autora (2022).

Nas memórias de Eliane sobre sua chegada na Ladeira da Preguiça, vemos como a sua relação com o território é construída a partir da existência de uma rede familiar de muitas gerações, que há décadas já estavam presentes no território. Ela relembra como eram os casarões naquela época, todos ocupados por famílias, conectadas por um sentimento de união comunitária presente até os dias de hoje na Preguiça. Eliane nos conta como se deu a origem e a formação da comunidade:

A Ladeira da Preguiça é uma das terceiras ladeiras que liga a cidade baixa com a cidade alta. Era um movimento que sustentava a cidade alta na década de 30. Então, a Ladeira da Preguiça tem esse nome porque os escravos subiam apanhando a ladeira que era de barro, e a elite branca chamavam eles de *'sobe preguiça, desce preguiça'*,

porque eles escorregavam com o peso na cabeça, caía. **Por isso o nome Ladeira da Preguiça, vem dessa história dos nossos antepassados. E depois que essa elite resolveu subir pra Barra, ficaram os descendentes de escravos nas casinhas de fundo na Ladeira da Preguiça. Essa população cresceu, fomos ocupando o território, porque não havia proprietários, ninguém nunca soube deles (...)** Somos três famílias que se fundem e lá criaram várias gerações. A minha geração tá na quinta já, nascida e criada na Ladeira da Preguiça, onde cresceram meus filhos e meu netos (Eliane Silva, grifo nosso).

A comunidade da Ladeira da Preguiça foi formada, assim, a partir da ocupação da população negra, descendente de escravizados, em um contexto em que as elites se deslocam para outros bairros de Salvador, como a Barra, abandonando os casarões da Preguiça. Por muitos anos, foram essas famílias negras que ocuparam, cuidaram e deram vida para a Ladeira da Preguiça, onde desenvolveram seus ofícios, onde criaram seus filhos, netos e bisnetos, em uma relação ancestral com o território, marcada pelas redes de apoio e laços de solidariedade comunitária.

2.3.1. A relação ancestral com o território e as redes de apoio comunitário da Ladeira

No documentário “Ocupar e Resistir: o coração do Centro Histórico”, Eliane compartilha a importância que os laços ancestrais e as redes de apoio construídas em comunidade na Preguiça, tiveram para o desenvolvimento de sua vida, para a sua formação política, e para a criação de seus filhos:

A Ladeira da Preguiça foi onde eu conheci muitas pessoas antigas aqui do centro de Salvador (...) **onde eu aprendi a se defender do Poder público, a criar meus filhos, com muita dificuldade porque o pai deles era alcoólatra, faleceu cedo, e eu fiquei com quatro filhos e um sobrinho doente. E com isso, eu criei eles, sozinha**

nessa rua, tendo que trabalhar, contando com o apoio da comunidade, e que até hoje isso existe, você sai pra trabalhar, passar 8h fora de casa, e essa comunidade cuida dos seus filhos, e até hoje ainda tem essa relação. **Todo mundo toma conta de todo mundo. Todo mundo é mãe um pouco de todo mundo.** Hoje os meus filhos são formados, dois deles em faculdade, outros em curso técnico, trabalham, graças a deus, e por esse motivo, por essa cultura de família, porque eu sempre digo que a preguiça são 3 famílias, que acaba que todo mundo é parente de alguém. (Eliane Silva, grifo nosso).

Em um contexto em que as mulheres se veem como as únicas responsáveis pelos trabalhos de cuidado e de criação dos filhos, as redes de apoio comunitário, tecidas nos territórios a partir de uma articulação e mobilização fundamentalmente feminina, são determinantes para tornar possível a construção de suas vidas e de seus filhos, como nos afirma Eliane. Sem essa cultura familiar da Preguiça, onde “todo mundo é mãe um pouco de todo mundo”, ela não teria tido a oportunidade de trabalhar, e seus filhos de estudarem e se formarem.

Eliane enfatiza, em sua fala no documentário, como essa relação, tanto entre a(o)s moradora(e)s da comunidade, como com o território onde pisam, é profundamente conectada à ancestralidade de seus antepassados na Preguiça. E essa conexão se vê refletida também no cuidado e conservação que a(o)s moradora(e)s têm com cada casarão ocupado por suas famílias. Mesmo com recursos financeiros muito limitados, a comunidade e, sobretudo, as mulheres, acabam fazendo o papel que o Estado deveria fazer, de proteção do patrimônio histórico. Se não fosse pela atuação das moradoras, esses casarões já não estariam mais de pé:

Nós que moramos sabemos a história da comunidade, porque vem dos nossos antecedentes, dos nossos antepassados, vem da nossa relação com toda essa cultura (...) **Nós, mulheres, principalmente, que mais ocupa esses casarões, a gente deixa de comprar uma comida, a gente deixa de comprar uma roupa pro filho,**

a gente deixa de levar o filho pra passear, pra comprar cimento, pra comprar areia, pra comprar tinta, pra manter essas casa de pé (...) A gente que ocupa **é que mantém esse patrimônio (...)** porque quando a gente entra numa casa hoje que tá sem telhado, a gente vai colocar telhado, porque uma casa que não tem telhado vai desabar, isso é óbvio. Então é a gente que mantém o telhado, é a gente que mantém as paredes, a pintura. **Quem pinta as casas são as próprias mulheres, com suas próprias mãos. A casa que eles querem nos expulsar, que querem expulsar as mulheres, é elas que mantém a casa, elas mantêm os filhos com seu trabalho, ela mantém a educação, e elas mantêm o patrimônio de pé, que era obrigação do governo.** (Eliane Silva, grifo nosso).

Quem dá vida e sustenta os imóveis do centro são a(o)s própria(o)s moradora(e)s, e esse é o maior patrimônio histórico do Centro Antigo de Salvador, o patrimônio vivo do centro, as pessoas, seus saberes, ofícios, histórias de vida e atuações.

A partir dos relatos de Eliane no documentário, vemos também como essa relação de profunda conexão com o território não se dá apenas entre moradora(e)s de um mesmo bairro, ou apenas com o território onde vivem, mas também de forma interconectada com diferentes bairros do centro, a partir de vínculos afetivos, de trabalho e das relações cotidianas de reprodução da vida em comunidade no Centro Antigo de Salvador:

Eu trabalhei 20 anos no Pelourinho (...) o pré natal do meu primeiro filho foi feito dentro do posto de saúde de lá, **a primeira pediatra deles todas foram lá,** ginecologista, todo tipo de médico (...). **Eu moro na Ladeira da Preguiça, mas hoje eu trabalho no Santo Antônio Além do Carmo,** do lado do Pelourinho, e eu continuo indo e vindo pra casa a pé do meu trabalho, **eu vou pro meu trabalho a pé e volto a pé, e isso foi muito bom pra ajudar na educação dos meus filhos.** Hoje meus filhos são o que são, eles dizem, porque tive minha mãe por perto. Eles dizem, se não fosse ela, as droga tinha me levado. Então estar perto deles, **ir pra**

escola a pé, pro trabalho a pé, isso foi muito bom, tanto pra, minha família como pra muitas famílias aqui do centro. Mas, a cada ano que passa, os poderes públicos inventam uma lei nova pra retirada da população do centro de Salvador (...) O centro de Salvador na década de 90 era muito populado, você encontrava desde uma padaria, a farmácia, lanchonete, boates, abertas até de noite (...) Mas hoje o centro de Salvador hoje é completamente abandonado a noite, não tem uma alma viva às 19h. (Eliane Silva, grifo nosso).

Nesse sentido, as intervenções realizadas em um território do centro afetam, profundamente, não apenas a(o)s moradora(e)s desse local, como também a(o)s demais no entorno. Em um de nossos encontros no Centro Cultural Que Ladeira É Essa? (fotografias 31 e 32), na Ladeira da Preguiça, no primeiro semestre de 2022, Eliane afirma que, por essa razão, e pelo fato da questão racial atravessar e impactar toda as populações negras do centro, a mobilização de luta das comunidades é, essencialmente, coletiva, e em rede:

Logo depois que veio a reforma do Pelourinho, vem com essa coisa de querer tirar toda essa população do centro de Salvador, e isso me fez me agregar a outros grupos, que hoje se gere em torno da Articulação do Centro de Salvador, para lutar pelo Direito à Moradia nesse Centro Antigo. (...) **Lutamos pela permanência da população não apenas da Preguiça como de todo o Centro Antigo de Salvador, porque a diferença aqui é as comunidades, mas o problema é coletivo para todos.** Moradia, direito à cidade, trabalho, educação, saúde e segurança. **E a questão racial (...) o racismo tá presente todos os dias aqui (...) aqui no centro histórico onde o povo negro construiu e manteve.** (Eliane Silva, grifo nosso).



Fotografias 29 e 30: encontro com a AMACH e Articulação do Centro Antigo no Centro Cultural Que Ladeira É Essa?

Fonte: fotografias da autora (2022).

Assim, como colocado pela fala de Eliane e comentado anteriormente neste trabalho, vários dos projetos e empreendimentos que são implementados no Centro Antigo, reverberam afetando diferentes territórios, e geram impactos coletivos e problemáticas em comum, ainda que com as especificidades das realidades e modos de vida de cada comunidade. A construção da Bahia Marina, por exemplo, nos anos 2000, além de afetar todo o ecossistema marinho e, portanto, o modo de vida pesqueiro da Gamboa de Baixo, impactou também, sobretudo a partir do seu projeto de ampliação, a vida na Praia da Preguiça, um local constituído de relações sociais, culturais, afetivas e econômicas de extrema importância para a comunidade.

2.3.2. Praia da Preguiça: lazer, cultura, ofício e resistência coletiva

Um dossiê realizado em novembro de 2018, de forma colaborativa pela(o)s moradora(e)s do entorno da Praia da Preguiça, com apoio de parceiros da Universidade e de Organizações do Terceiro Setor de Salvador,

levantou uma série de impactos causados pela construção e posterior ampliação da Bahia Marina (cartografia 07). A(o)s trabalhadora(e)s ambulantes da Praia da Preguiça, por exemplo, sendo 89% moradora(e)s da Ladeira da Preguiça e 77% negra(o)s, segundo questionário aplicado durante a elaboração do dossiê, tiveram suas rendas drasticamente diminuídas devido a redução da faixa de areia, e a consequente diminuição do público frequentador da praia, causada pela obra do empreendimento.



Cartografia 07: Bahia Marina e Praia da Preguiça.

Fonte: elaboração da autora (2023).

Segundo o questionário, mais de 50% da(o)s trabalhadora(e)s ambulantes da Praia da Preguiça, possuem quatro ou mais familiares dos quais dependiam integral ou parcialmente da renda obtida na venda de bebidas e alimentos, como salgados, churrasco e doces, além de trajes de banho, entre outros, atividade que já exerciam, em sua maioria, há mais de 10 anos nessa região.

A diminuição da faixa de areia da praia também afetou as atividades esportivas que as comunidades realizavam no local, como os campeonatos de futebol, as travessias de natação e as corridas de catraia. Tanto a

comunidade da Ladeira da Preguiça, como da Gamboa de Baixo e do Solar do Unhão, desenvolviam coletivamente importantes campeonatos comunitários, que envolvia moradores de outros bairros, como Barris e Sodré daquela região, e Periperi, do Subúrbio Ferroviário de Salvador. Nesse sentido, os campeonatos tinham um papel essencial de aproximar ainda mais as comunidades, como uma oportunidade de encontro, convivência e união entre moradora(e)s de diferentes territórios. Moradores contam, no dossiê, que depois da construção da Bahia Marina, e a conseqüente redução da faixa de areia da praia, houve um enfraquecimento dos vínculos, principalmente dos mais novos, que passaram a não ter mais essa oportunidade de diversão e interação da forma como se fazia antigamente.



Fotografia 31: manifestação na Praia da Preguiça contra a privatização do espaço público.

Fonte: Movimento Nosso Bairro É 2 de Julho (2013).

O direito ao livre uso e acesso à Praia da Preguiça segue ameaçada pelas lanchas, motos aquáticas, embarcações de grande porte e, sobretudo, pelas práticas de exploração econômica por parte dos proprietários náuticos da região, que já demonstraram interesse em privatizar a praia.

Ainda, de acordo com os relatos da(o)s moradora(e)s da Ladeira da Preguiça, as festividades culturais relacionadas ao carnaval, como o histórico e tradicional Banho de Mar à Fantasia, uma manifestação cultural de grande importância para o fortalecimento da comunidade, realizada na Praia da Preguiça, desde 1930, também foi impactada pela construção da Bahia Marina. A festa ficou mais de 30 anos sem acontecer, entre 1980 e 2013, quando finalmente foi retomada.

Além do teor lúdico da festa, o Banho de Mar à Fantasia possui uma grande proporção social e de forte empoderamento para os moradores do local, que aproveitam a ocasião para realizar protestos em forma de folia, principalmente, alertar para o processo de esvaziamento da Ladeira da Preguiça por conta do descaso de governantes e contra a especulação imobiliária, que pode fazer com que se perca a cultura e identidade local. (Coletivo Entidades Negras, 2018).

No pré carnaval de 2023, participei dessa grande festa e manifestação cultural e política que é o Banho de Mar à Fantasia na Ladeira da Preguiça. Após dois anos sem poder acontecer, entre 2021 e 2022, por conta da pandemia de COVID-19 no Brasil, o retorno do evento foi marcado pelo descaso da Prefeitura de Salvador, que negou apoio e estrutura para a comunidade realizar a tradicional festa.

Sem patrocínio, a Preguiça, por meio do Centro Cultural Que Ladeira É Essa?, organizou uma arrecadação online, se negando a cancelar o evento, uma vez que o Banho de Mar à Fantasia, ao contar com mais de 40 mil pessoas ocupando as ruas da Preguiça, é palco de manifestação, participação política, brilho e alegria, onde relações afetivas e culturais são construídas a partir da coletividade na comunidade. Nas palavras das lideranças do Centro Cultural, em Nota Informativa publicada nas redes sociais, “estamos habituados a lutar por engenharias de sobrevivência (...) e mesmo diante desse enorme desafio, permaneceremos(...)”¹⁴. Na Nota, as lideranças reforçam, ainda, que o evento faz girar a economia local em 1,5 milhão na região do Centro Antigo

¹⁴ Trecho retirado da Nota Informativa, publicada na página do instagram do Centro Cultural Que Ladeira É Essa?, no dia 8 de fevereiro de 2022. O texto completo pode ser conferido em: https://www.instagram.com/p/CoaoPivJ3rl/?img_index=1.

de Salvador, impactando diretamente a renda de mais de 1.000 famílias, além do cadastramento de ambulantes locais, artistas, artesãos, produtores, agentes de comunicação, segurança e limpeza, impactando assim, toda uma cadeia produtiva durante a realização do evento.



Fotografias 32 e 33: Banho de Mar à Fantasia na Ladeira da Preguiça.

Fonte: fotografias da autora (2023).

Ao passo que a Prefeitura não apoia as manifestações culturais da Preguiça, ameaça os ofícios tradicionais da comunidade, e não respeita suas áreas de encontro e lazer popular, a Ladeira da Preguiça a(o)s moradore(a)s vêm sofrendo investidas, tanto do Poder Público, como do mercado imobiliário, em um contexto de retomada dos interesses das elites pelos terrenos e edifícios da região, devido a localização com vista para a Baía de Todos os Santos, dando origem, nas últimas décadas, a um processo profundamente grave de grilagem urbana de terras e venda de casarões na comunidade, em uma evidente tentativa de alterar o perfil da população que vive nessa região, como veremos adiante.

2.3.3. A grilagem urbana de terras e casarões na Preguiça

De 2013 pra cá, começamos a descobrir que praticamente todas essas casas foram vendidas mesmo com toda a população ocupando (...) isso é uma questão muito grave na Preguiça, a grilagem de terras. A Preguiça vem há muitos anos lutando por moradia, e agora a gente vem brigando pra permanecer nesse território (Eliane Silva, grifo nosso).

Nesse contexto de retomada dos interesses por parte das elites, do mercado imobiliário e do Estado pelas terras e casarões da Ladeira da Preguiça, tendo em vista o potencial econômico que apresentam devido a localização com vista para a Baía de Todos os Santos, Eliane denuncia, durante roda de conversa realizada no primeiro semestre de 2023, durante a Perícia Popular, o processo de grilagem urbana de terras e venda de casarões que a comunidade passou a enfrentar nos últimos anos. Mesmo com a população ocupando, morando e cuidando há décadas desses casarões, a(o)s moradora(e)s passaram a descobrir que muitas das casas onde vivem, foram vendidas:

Hoje em dia nós somos um número bem menor, porque no dia 13 de novembro de 2013, a prefeitura tirou 50 famílias, às 5h da manhã, fazendo uma limpeza étnica, exatamente por causa da questão da grilagem de terras.

A maioria das casas foram vendidas pra três grupos, e de lá pra cá a gente vem lutando pra se manter (...). Os novos empreendimentos só vem pra nos tirar também. Então o que que a gente faz pra permanecer nesse território, é bem complicado, é briga por documentação, por posse de terra, latifundiário com requerimentos de posse... (Eliane Silva, grifo nosso).

Segundo o estudo desenvolvido pela Antropóloga Urpi Montoya Uriarte (2022) “Os Tempos da Ladeira da Preguiça: etnografia de longa duração de uma micro localidade do Centro Histórico de Salvador”, das 300

famílias que moravam na região, em torno de 250 foram obrigadas a sair, devido à pressão dos novos proprietários que buscam transformar tanto o tipo de moradia existente, como o perfil da(o)s morador(a)es da região (URIARTE, 2022).

Suzany Varela, psicóloga, ativista e integrante do Centro Cultural Que Ladeira É Essa?, também moradora da comunidade há mais de 20 anos, afirma que a Preguiça sofre com essa especulação imobiliária justamente porque a população que reside lá não é a que o turismo busca, para a qual a vista do mar está reservada dentro da cidade. Ela conta, ainda, que a maioria das famílias que conseguiram permanecer no território são chefiadas e mantidas por mulheres que trabalham por conta própria e, historicamente, é o trabalho dessas mulheres que impulsiona a economia da comunidade, enquanto trançistas, costureiras, lavadeiras e cozinheiras no comércio de acarajé (trechos da entrevista Elas Fazem Cidade, 2022).

Recentemente, a comunidade da Preguiça foi atravessada por uma nova investida da Prefeitura de Salvador, em parceria com empresas do mercado imobiliário. No dia 11 de agosto de 2023, fomos surpreendida(o)s por uma notícia no Portal Salvador¹⁵, de que a Prefeitura iria realizar um leilão, entre os dias 14 e 22 de agosto, de 13 terrenos, por meio da Secretaria Municipal da Fazenda (SEFAZ), incluindo um terreno da comunidade onde vivem mais de 10 famílias da Preguiça, algumas desde a década de 90. Sem qualquer intento de contato ou diálogo com a(o)s moradora(e)s do imóvel, a Prefeitura, novamente, em uma ação completamente arbitrária, ignorou a vida e a existência de quem, há décadas, constrói diariamente esse território.

Como sempre, acontecem as reformas, a modificação do centro de Salvador a população que aqui nunca sabe o que vai acontecer, a não ser quando cai nas redes sociais, no jornal, porque **tanto a Prefeitura, como o Governo do Estado nunca**

¹⁵Prefeitura de Salvador realiza leilão de 13 terrenos públicos. Disponível em: <https://www.portalsalvadorfm.com.br/noticias/119485,prefeitura-de-salvador-realiza-leilao-de-13-terrenos-publicos>. Acesso em 11 ago. 2023.

senta com a população pra uma negociação, uma mesa de conversa, porque a gente faz parte do contexto do Centro Antigo, então no mínimo eles teriam que ter essa contrapartida de conversar. Mas não, sempre somos os últimos a saber o que tá rolando, já vem despejo, vem com a polícia, com violência e a gente aqui lutando. (Eliane Silva, grifo nosso).

Além do terreno da Preguiça, o leilão previa leiloar áreas verdes e praças, que estão há anos abandonadas pela Prefeitura, ignorando todas as potencialidades de uso público dessas áreas, que poderiam ser transformadas em escolas, creches e parques.

Rapidamente, o Serviço de Apoio Jurídico (SAJU), da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia (UFBA), foi acionado, e uma Ação de Usucapião começou a ser construída, na qual colaborei, principalmente, a partir da realização de um levantamento e registro com a(o)s moradora(e)s do imóvel, de toda a documentação comprobatória da vida que foi construída durante décadas nesse terreno que seria leilado. Para além dos arquivos oficiais, entre comprovantes de residência, plantas da área, contas de água e luz, buscamos também fotografias de álbuns de família, tanto do imóvel, como do tradicional carnaval realizado na Preguiça, como forma de fortalecer a ação judicial e a defesa da permanência das famílias.

Em paralelo a construção da Ação de Usucapião, realizamos uma mobilização em frente a Secretaria Municipal da Fazenda, no Centro Histórico, no dia 22 de agosto, data em que o terreno seria leilado. Entre cartazes, apitos e megafones, as famílias moradoras do imóvel ameaçado contaram com o apoio de outras famílias e lideranças, e a comunidade da Preguiça esteve presente em peso neste ato:

“Aqui na Preguiça a gente diz assim: reforma sim, expulsão não, minha santa, porque **daqui não saio, daqui ninguém me tira.**” (Eliane Silva, grifo nosso).



Fotografias 34 e 35: mobilização na Secretaria Municipal da Fazenda de Salvador.

Fonte: fotografias da autora (2023).

A mobilização resultou na conquista da suspensão definitiva do leilão na Preguiça. Por “determinação superior”, conforme publicação no Portal da SEFAZ, o leilão sequer chegou a ser realizado. Alguns minutos após iniciarmos o ato em frente a secretaria, fomos informada(o)s pela segurança da SEFAZ que o leilão havia sido suspenso, conquistando uma importante vitória para as mais de 10 famílias ameaçadas de remoção na comunidade da Preguiça.

Enfrentamentos como esse só se tornam possíveis a partir da ação coletiva, sobretudo tendo em vista as disputas que precisam ser travadas contra uma máquina pública histórica de violação de direitos de comunidades negras. Nesse sentido, trago de forma mais detalhada, no próximo capítulo, como se deu, durante o desenvolvimento deste trabalho, a construção de práticas coletivas de incidência política e territorial no Centro Antigo, a partir das colaborações dos movimentos e coletividades com estudantes, professora(e)s e assessora(e)s jurídicos e sociais.

3. Prática Coletivas de Incidência Política e Territorial

3.1. A Perícia Popular no Centro Histórico e Centro Antigo de Salvador

A Perícia Popular no Centro Histórico e Centro Antigo de Salvador, é um espaço de colaborações urbanas, partilha de saberes e práticas coletivas de incidência política e territorial, realizadas inicialmente a partir de quatro edições, entre 2016 e 2018, em parceria com a Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico (AMACH) e com a Articulação do Centro Antigo, e retomada no primeiro semestre de 2023, em sua quinta edição, com a continuidade e ampliação dos trabalhos e atuações.



Fotografias 36 e 37: Perícia Popular no Centro Antigo de Salvador.

Fonte: fotografias da autora (2023).

Desenvolvida como uma disciplina de Extensão Universitária, no âmbito da Ação Curricular em Comunidade e em Sociedade (ACCS) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), a Perícia Popular envolve atividades multifacetadas e inter cruzadas entre ensino, pesquisa, extensão, assessoria popular, ativismos sociais e artes multilinguagens, e conta com a presença de moradora(e)s e lideranças dos movimentos -

nossa(o)s mestra(e)s dos territórios - e estudantes, professora(e)s e pesquisadora(e)s da UFBA, além de outra(o)s profissionais colaboradora(e)s. Construída como um instrumento de ação pública, a Perícia Popular parte da criação de saberes coletivos, tendo como referência os conhecimentos adquiridos não apenas dentro da Universidade mas, principalmente, dos saberes, experiências e vivências cotidianas da(o)s moradora(e)s dos territórios. As atuações da Perícia são voltadas para a construção de práticas engajadas que disputam as formas hegemônicas do fazer-cidade, buscando contribuir para os enfrentamentos e fortalecimento da defesa dos direitos humanos das comunidades negras do Centro Antigo de Salvador.

Em suas primeiras quatro edições, entre 2016 e 2018, a Perícia Popular esteve focalizada na avaliação das condições de vida da(o)s moradora(e)s impactada(o)s pelo descumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) - por parte do Estado da Bahia e da Companhia de Desenvolvimento Urbano (CONDER) - que havia sido conquistado através de disputas e negociações pela AMACH, em 2005, por intermédio do Ministério Público, no contexto da 7ª Etapa do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador (PRCHS). Este TAC, como comentado anteriormente, foi uma conquista de extrema importância para a comunidade, pois assegurou a permanência de 108 famílias moradoras do Centro Histórico, alterando a proposta original da 7ª Etapa do PRCHS, a partir das mobilizações e reivindicações da AMACH, que passou a estar inserida no Programa de Habitação de Interesse Social (PHIS), com a viabilização de recursos para a recuperação de imóveis e sua destinação para moradias e pontos comerciais.

No entanto, após mais de uma década da assinatura do TAC, foi constatado que o termo não havia sido implementado integralmente, com inúmeras cláusulas desrespeitadas ou implementadas de forma precária. Moradora(e)s apontaram problemas graves, que comprometiam a efetividade dos direitos conquistados. Das moradias que foram entregues, diversas apresentavam sérios problemas estruturais, com a presença de infiltrações e umidade, deficiência de esgotamento sanitário, falta de ventilação, falta de adequação das ligações domiciliares às redes de abastecimento de água, além dos tamanhos das unidades habitacionais serem inferior às dos imóveis habitados pelas famílias anteriormente. Parte das famílias contempladas pelo TAC, ainda

não haviam sequer tido acesso às unidades. Algumas delas, que deveriam ficar apenas provisoriamente em casas de passagem, foram obrigadas, por não terem outra opção, a permanecerem permanentemente nesses imóveis precários. Pontos comerciais, que foram realocados durante as obras da 7ª etapa do PRCHS, não foram devolvidos como definia o TAC, e seus donos receberam apenas indenizações irrisórias, que não condizem com as necessidades de quem tinha como única fonte de renda esses pontos comerciais. Além disso, equipamentos coletivos, como a creche comunitária, não foram implementados como o previsto. Até mesmo o Comitê Gestor do TAC foi desativado por parte do Governo.

Nesse contexto, a Perícia Popular é desenvolvida enquanto ferramenta de ação coletiva e instrumento de defesa de direitos, a partir da elaboração de levantamentos, análises, laudos, pareceres e dossiês, e identificação de demandas da(o)s moradora(e)s do centro de Salvador. Ao longo das primeiras quatro edições, entre 2016 e 2018, foram desenvolvidas documentações com análises detalhadas sobre os impactos do não cumprimento do TAC, além de apontamentos para adequações técnicas e sociais de planos, projetos, reformas e manutenção das unidades habitacionais, bem como a produção de registros, memórias e investigações com possíveis caminhos de enfrentamento das problemáticas e respostas para as demandas colocadas. Também foram mobilizados nesse período campanhas, eventos e encontros políticos, desde rodas de conversa e oficinas, até Audiências Populares, para a construção e reativação de espaços de diálogo e negociação entre a AMACH e os agentes institucionais, com incidência da Perícia Popular, buscando articular ações que respondam às demandas da(o)s moradora(e)s.



Fotografia 38: oficina de trabalho da Perícia Popular no Centro Antigo de Salvador.

Fonte: fotografia de Katarine Maria (2023).

Em 2023, enquanto Mestranda do PPGAU/UFBA, tive a oportunidade de participar como colaboradora da quinta edição da Perícia Popular, realizada durante o primeiro semestre do ano, em parceria com a AMACH e a Articulação do Centro Antigo. Nesta edição mais recente, com a continuidade da participação da Articulação do Centro, iniciada em 2018, é ativada uma rede mais ampla de incidências, colaborações e territórios, a partir dos movimentos e comunidades que compõem a Articulação do Centro Antigo: a Associação Amigos de Gegê dos Moradores da Gamboa de Baixo; a comunidade da Ladeira da Preguiça; o Movimento dos Sem Teto da Bahia; os Artífices da Ladeira da Conceição da Praia; o Coletivo Vila Coração de Maria e o Movimento Nosso Bairro é 2 de Julho.

Nesta nova edição, enfocou-se em práticas coletivas de restituição e justiça patrimonial, urbana e fundiária, e suas conexões com o Direito à Cidade no Centro Antigo de Salvador. Foram realizados ciclos de oficinas, rodas de conversa e salas de colaboração com assessora(e)s e agentes institucionais, caminhadas de aprendizagem pelos territórios, enquanto lugares-movimento de encontros políticos e afetivos, além de grupos

de trabalho coletivo. Através dessas atividades, foram mobilizados saberes, metodologias e técnicas, gerando subsídios para produções mobilizadas de incidência política, territorial e jurídica em situações de conflitos e ameaças de direitos. Além de produções no campo da comunicação e artes visuais, para o compartilhamento, registro e valorização das histórias, memórias, práticas, saberes e fazeres protagonizados pela(o)s moradora(e)s e suas ancestrais em seus territórios e comunidades, potencializando os seus agenciamentos de vida comum.



Fotografias 39 e 40: Perícia Popular no Centro Antigo de Salvador.

Fonte: fotografias da autora (2023).

Como colaboradora e monitora dos grupos de trabalho formados pela(o)s estudantes durante a quinta edição da Perícia, pude participar diretamente da construção do Acervo e Memória da Perícia Popular¹⁶, bem como de uma plataforma digital¹⁷, que segue em desenvolvimento, reunindo toda a documentação que foi

¹⁶ O acesso ao Acervo, via Google Drive, está voltado para a rede de pesquisadora/es, colaboradora/es, ativistas, moradora/es e lideranças do Centro Antigo, e pode ser solicitado via e-mail: accs.ppch@gmail.com.

¹⁷ Site, em construção, da Perícia Popular no Centro Antigo de Salvador: <https://accsppch.wixsite.com/faufba>.

possível resgatar das edições anteriores da Perícia, além de trabalhos, pesquisas e colaborações realizadas por parceira(o)s da Universidade, como da Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia (RAU+E) e do Grupo de Pesquisa Lugar Comum, da UFBA; de Assessorias Populares, como o IDEAS, o SAJU e o Coletivo Trama; e Organizações do Terceiro Setor, como o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) e a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE). Esse esforço coletivo se deu com intuito de facilitar o acesso e a utilização das produções que já foram desenvolvidas no Centro Antigo de Salvador, entendendo que o acervo reúne documentos e publicações multilinguagens extremamente importantes, enquanto ferramentas para embasar e guiar ações de incidência política e defesa dos direitos das comunidades do centro.

Durante o semestre, também foi produzido, por um segundo grupo de trabalho coletivo da Perícia, o Documentário “Ocupar e Resistir: o coração do Centro Histórico”¹⁸, que reuniu relatos e discussões realizadas durante o semestre, algumas delas transcritas neste trabalho, sobre as vivências e lutas por moradia, trabalho, cultura, educação e permanência da população negra no centro, a partir das memórias e narrativas de vida da(o)s moradora(e)s.

¹⁸Página do Instagram de divulgação do documentário “Ocupar e Resistir: o coração do Centro Histórico” https://www.instagram.com/ocupar_e_resistir_filme/. Acesso em 15 dez. 2023.



Fotografias 41 e 42: exibição do documentário “Ocupar e Resistir: o coração do Centro Histórico”.

Fonte: fotografias da autora (2023).

Por fim, um terceiro grupo de trabalho da Perícia, desdobrou algumas frentes de atuação de incidência política e jurídica, em que também pude colaborar, sobretudo no acompanhamento e intervenção em eventos institucionais sobre as políticas públicas que estão sendo desenhadas para o Centro Antigo, que como veremos mais adiante, teve um importante papel no âmbito do ciclo de debates “Pensar a Cidade”, organizado pela Prefeitura de Salvador, em cooperação com a UNESCO. Bem como na colaboração com o Núcleo de Assessoria Jurídica Popular (NAJUP) do Serviço de Apoio Jurídico da UFBA¹⁹, em processos de usucapião de ocupações da Ladeira da Preguiça.

¹⁹Página do Instagram do Serviço de Apoio Jurídico da Bahia: <https://www.instagram.com/sajubahia/>. Acesso em 15 dez. 2023.



Fotografia 43: oficina de trabalho da Perícia Popular no Centro Antigo de Salvador.

Fonte: fotografia de Katarine Maria (2023).

A partir das atuações da quinta edição da Perícia Popular, formamos, em parceria com a AMACH e com a Articulação do Centro Antigo, um grupo de trabalho continuado que, desde julho de 2023, vem construindo múltiplas iniciativas, a partir de diferentes estratégias e frentes de atuação, para contribuir com o fortalecimento das lutas dos movimentos, na defesa de direitos constantemente ameaçados, e da permanência das comunidades negras no Centro Antigo de Salvador. A minha participação na formação desse grupo, com a ampliação das atuações engajadas após o encerramento do semestre acadêmico, foi essencial para a consolidação de um espaço contínuo de colaborações e construções coletivas com os movimentos do centro.

Como primeira atuação do grupo de trabalho, apoiamos os movimentos do centro no desenvolvimento de intervenções políticas no ciclo de debates “Pensar a Cidade”, e que como veremos no capítulo seguinte, teve como principal mote a reivindicação do direito de, quem constrói a cidade no dia a dia, poder incidir diretamente nas decisões e intervenções nos territórios onde vive, mora e trabalha.

3.2. “Pensar a Cidade” sem a presença de quem constrói a cidade?

O ciclo de debates “Pensar a Cidade”²⁰, promovido pela Prefeitura Municipal de Salvador, através da Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF) e da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SECULT), em parceria com a UNESCO - no contexto da Cooperação Técnica Internacional entre a FMLF e a Representação da UNESCO no Brasil, intitulada “Instrumentos e estratégias para o desenvolvimento sustentável do Centro Antigo de Salvador”-, foi realizado nos dias 04, 11, 18 e 25 de julho de 2023.

Divulgações institucionais do evento afirmavam que o ciclo visava incorporar discussões e recursos para o desenvolvimento dos territórios do Centro Histórico e região, através da iniciativa de criação do “Distrito Cultural do Centro Histórico”, lançado no final de abril de 2023 pela Secretaria Municipal de de Cultura e Turismo (SECULT), englobando as regiões desde o Pelourinho, o Santo Antônio Além do Carmo e o Comércio, até a Barroquinha e a Gamboa, e com o objetivo de, segundo a Prefeitura, “valorizar a área histórica de Salvador”²¹.

No entanto, a Prefeitura, além de não ter divulgado amplamente o evento, não contactou, em nenhum momento, a(o)s moradora(e)s e os movimentos e organizações do Centro Histórico e Centro Antigo de Salvador para formarem parte das mesas de discussão. “Pensar a Cidade” sem a presença de quem constrói a cidade no dia a dia? “Pensar a Cidade” sem a presença de quem vive, mora e trabalha no território? Esta ausência revela, novamente, algo gravíssimo e que se repete na estrutura racista do planejamento e política urbana de Salvador. As existências e demandas da(o)s moradora(e)s, em sua maioria negra(o)s, do Centro Antigo, foram, mais uma

²⁰Link da divulgação oficial do evento. Disponível em:

<https://fmlf.salvador.ba.gov.br/prefeitura-de-salvador-e-unesco-promovem-debates-sobre-centro-historico-e-o-bairro-do-comercio-de-salvador/>. Acesso em 10 ago. 2023.

²¹ Salvador terá Distrito Cultural do Centro Histórico e Comércio. Disponível em:

<https://www.correio24horas.com.br/salvador/salvador-tera-distrito-cultural-do-centro-historico-e-comercio-0423>.

Acesso em 10 ago. 2023.

vez, desconsiderados e invisibilizados pelos executores e fazedores das políticas e projetos urbanos hegemônicos, ao planejarem o ciclo de debates.

É nesse contexto que, o grupo de trabalho continuado da Perícia Popular, formado por estudantes do PPGAU/UFBA e integrantes do Núcleo de Assessoria Jurídica Popular (NAJUP) do Serviço de Apoio Jurídico da UFBA, apoiamos as lideranças da AMACH e da Articulação do Centro Antigo na ocupação e intervenção nesse ciclo de debates no Centro Cultural da Câmara de Salvador.



Fotografia 44: ciclo de debates “Pensar a Cidade” realizado no Centro Cultural da Câmara de Salvador.

Fotografia 45: fala de Maura Cristina, moradora do centro e liderança da Articulação/MSTB.

Fonte: fotografias da autora (2023).

Em todas as mesas promovidas pela Prefeitura, voltada para as temáticas “Reabilitação Urbana”, “Habitação em Áreas Centrais”, “Vulnerabilidade em Áreas Centrais” e “Cidade e Cultura”²², não havia nenhum(a) morador(a) ou representante dos movimentos do Centro Antigo. A maioria da(o)s convidados eram

²² Transmissão na íntegra dos encontros do Ciclo de Debates “Pensar a Cidade” realizados na Câmara de Cultura de Salvador: <https://www.youtube.com/watch?v=PnAbn7Wmywg> (2023).

branco(a)s, e muitos não eram de Salvador, trazendo experiências alheias às realidades da cidade Estiveram presentes representantes do Rio de Janeiro, como o Advogado e Subsecretário de Desenvolvimento Econômico, Thiago Dias; de São Paulo, como a Advogada e Professora da FGV, Mariana Chiesa; e até de Portugal, na figura do Arquiteto e Vereador do Partido Socialista da cidade de Porto, Pedro Baganha, além de representantes da Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF), na figura da Presidente Tânia Scofield e da Diretora de Planejamento Beatriz Cerqueira Lima; do IPHAN, na figura do Diretor Hermano Queiroz; da UNESCO, pela Coordenadora Adjunta Isabel de Paula e o Embaixador do Turismo Carlinhos Brown; e o Secretário Municipal de Cultura de Salvador, Pedro Tourinho. Até mesmo no quarto encontro, realizado no dia 25 de julho, Dia da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha, o evento não convidou nenhuma mulher negra como representante e integrante da mesa para a discussão.

Diante desse cenário absurdo, durante os quatro encontros do evento, moradora(e)s do centro, a AMACH, a Articulação do Centro Antigo, entre outros movimentos e coletividades, se fizeram presentes, ocupando o Centro Cultural da Câmara de Salvador corporeamente e, também, através de falas e notas escritas em colaboração com CEAS e com o SAJU²³, intervenções artísticas de Dandara Rohrs, além da entrega, para a(o)s integrantes das mesas, do Documento do Tribunal Internacional de Despejos²⁴, com os levantamentos de direitos violados e recomendações para os entes federativos.

Como parte das intervenções, foi apontado reiteradamente nos encontros a ausência de moradora(e)s e movimentos sociais nas mesas de discussão e, portanto, foi questionado pelas lideranças do Centro Antigo a legitimidade do que estava sendo discutido durante o “Pensar a Cidade”. Segundo a Prefeitura, o Distrito Cultural do Centro funcionará como uma “zona administrativa de cultura, turismo, assistência social, zeladoria e ordenamento público”. Uma das primeiras ações do projeto foi a implementação de uma Prefeitura-Bairro no Pelourinho, e o investimento no que a Prefeitura denomina de “zeladoria e ordenamento público”, através de

²³ Nota na íntegra na seção ‘Anexos’ da Dissertação.

²⁴ Documento completo em: <https://www.cdes.org.br/wp-content/uploads/2020/04/publicacao-TID1.pdf>.

iniciativas como a transferência da diretoria-geral da Guarda Civil Municipal (GCM) para o Centro Histórico, com o aumento de mais de 100 agentes policiais na região, além de 10 unidades de módulos e de viaturas da Guarda, que atuam junto ao Grupamento de Apoio ao Turista (GAT), além de um calendário de anual de eventos para movimentar o turismo na região, e o investimento nos equipamentos culturais geridos pela Prefeitura, como a Casa do Carnaval e a Cidade da Música - equipamentos estes que sequer são abertos para a população residente, pois cobram ingresso para a entrada.

Será que estas são realmente as prioridades e necessidades de quem vive e trabalha no centro? A iniciativa divulgada pela Prefeitura parece estar muito mais preocupada com o(a)s turistas que visitam sazonalmente a região, do que com a permanência digna de quem vive e constrói esse território diariamente há tantas décadas, como denunciam Ana Caminha e Maura Cristina em suas falas durante o evento:

Se a gente não trazer propostas, proposta que valide a nossa permanência, a permanência do povo negro, mulheres e homens negros no Centro de Salvador, a gente não fica. Então, é por isso que a Articulação do Centro vem pra todas as audiências possíveis e quer falar, porque se a gente não falar, vocês não nos ouvem. **Nós como Articulação temos propostas. É uma perda muito grande ‘Pensar Salvador’ e não nos incluir para pensar a cidade.** (Fala de Ana Caminha durante o ciclo de debates “Pensar a Cidade”, 2023).

Nenhuma decisão é legítima se nós não participamos de todos os processos. Nada sobre nós sem nós. **Exigimos estar nas mesas dos debates e nos espaços de tomada de decisão,** como também na construção do documento final que será escrito a partir do dia 26 de julho. **Pasmem, movimento social não está participando! Nem desta mesa, e nem foi convidado para a oficina final de escrita do documento.**

(Fala de Maura Cristina durante o ciclo de debates “Pensar a Cidade”, 2023).

Como apontado por Maura, além dos quatro encontros de debates, o evento propôs a realização de uma oficina de trabalho, no dia 26 de julho, para a construção de um documento final com as proposições e encaminhamentos futuros para o centro de Salvador. No entanto, quando divulgada no evento, a oficina não previa a presença de representantes dos movimentos. Durante todo o evento, as lideranças pressionaram a(o)s organizadore(a)s pelo direito básico constitucional de participação popular nos processos decisórios institucionais, reivindicando a existência de um projeto político antirracista para o centro, dado o histórico de ausência de participação social efetiva nas políticas e projetos empreendidos no Centro Antigo de Salvador. A mobilização, como veremos mais adiante, surtiu um efeito muito importante, garantindo a presença das lideranças da Articulação do Centro e da AMACH na oficina e na construção do documento.



Fotografia 46: Fernanda Moscoso (MSTB), Ana Caminha (Gamboa de Baixo), Maura Cristina (MSTB), Eliane Silva (Ladeira da Preguiça) e Sandra Regina (AMACH) durante o evento “Pensar a Cidade”.

Fonte: fotografia de Penélope Carolina (2023).

Durante os debates, conduzidos em grande parte por agentes institucionais que não eram de Salvador, com a apresentação de experiências de reestruturação urbana empreendidas nos centros das cidades do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Oporto, alheias à realidade local da cidade e do centro de Salvador, as intervenções e falas das lideranças da AMACH e da Articulação do Centro tomaram o espaço e ecoaram pelo Centro de Cultura da Câmara, com o objetivo de evidenciar quais são as verdadeiras demandas históricas das comunidades do centro e, portanto, quais deveriam ser as prioridades para guiar as ações do Poder Público:

As crianças daqui estão à deriva, é muito difícil escola primária aqui no Centro Histórico. As nossas escolas foram sendo destruídas, jogadas fora, a exemplo do prédio, o sítio aonde funciona hoje o IPHAN, ali era a escola São Salvador, que muitos aqui nem nunca ouviram falar, e foi destruída pra se fazer o IPHAN (...). Nós somos GENTE. Nós precisamos de ter garantia para nossos jovens, precisamos de escolas, precisamos de emprego (...). (Fala de Sandra Regina durante o ciclo de debates “Pensar a Cidade”, 2023).

Sandra da Regina, enquanto representante da AMACH, trouxe em sua fala a questão da ausência de escolas públicas no Centro Histórico, tendo em vista o processo de fechamento em massa, empreendido a partir da implementação do Programa de Recuperação do Centro, de equipamentos públicos, como mencionado anteriormente no segundo capítulo, sem a reativação ou a construção de novas escolas públicas, impactando diretamente no acesso à educação por crianças e jovens, sobretudo negra(o)s e pobres do centro, e, conseqüentemente, impactando também no acesso ao mercado de trabalho.

Maura Cristina, por sua vez, representando o Movimento Sem Teto da Bahia e a Articulação do Centro, problematizou as falas do evento em relação à temática da habitação, uma vez que, durante as apresentações, algumas falas indicaram, de forma bastante abstrata, que futuramente seriam realizados projetos de reforma dos casarões do centro, para implementação de programas habitacionais, mas sem mencionar para quem essas

moradias seriam destinadas:

Muito se ouviu, nesta mesa, se falar de habitação. A pergunta que nós fazemos, é: **habitação para quem? Porque o Centro Antigo é habitado todo por pessoas que nasceram, que estudaram, que casaram e que moram nessa cidade e nesse território.** Portanto, sem nós não dá pra se falar de projeto e de habitação, inclusive nesta mesa de pensar a cidade”. (Fala de Maura Cristina durante o ciclo de debates “Pensar a Cidade”, 2023).

Diante de um contexto da inexistência de políticas estruturais efetivas que garantam a segurança e o acesso digno à moradia pelas comunidades negras do centro, além de outras inúmeras demandas básicas, como infraestrutura educacional pública eficiente para a(o)s jovens, mencionada por Sandra, Fernanda Moscoso apontou durante o evento, que a ausência de políticas estruturais também está relacionada com o fato de que o Estado, recorrentemente, olha para a população pobre do centro apenas pelo viés da assistência social. As medidas de assistência, em sua maioria, temporárias e insuficientes, não se atentam à questões centrais para a reprodução da vida, como o fomento à geração de emprego e renda, para autonomia das comunidades, além de iniciativas que olhem atentamente para as questões raciais e de gênero que as mulheres negras e pobres enfrentam diariamente nos territórios:

Quando se fala das famílias nesse território, só se leva pra política de assistência social, né. Como se a única política que fosse dar conta e resolver nossas demandas. Trabalhar o indivíduo, trabalhar o sujeito, trabalhar o cidadão, **precisa-se criar uma rede de proteção social, pra que se garanta a emancipação social desses indivíduos. Não depende só da política de assistência, tem que ter a política de promoção pras mulheres, tem que ter a política de enfrentamento ao racismo, tem que ter a política de geração de trabalho e renda,**

menos política de segurança pública e mais educação, mais unidade de saúde, creches. (Fala de Fernanda Moscoso durante o ciclo de debates “Pensar a Cidade”, 2023).

Durante o ciclo de encontros, foi entregue para a(o)s representantes da mesa, também como forma de manifestação, a nota “O Patrimônio somos NÓS, a gente!”²⁵, assinada pela AMACH e Articulação do Centro Antigo, cujos trechos foram lidos por Fernanda Moscoso durante o evento, além da leitura coletiva de um jogonal pela AMACH, pela Articulação do Centro Antigo e por colaboradora(e)s do GT continuado da Perícia Popular:

A gente hoje vem trazer como um ato de manifestação, um documento que a gente queria ler para vocês (...). **A Articulação do Centro Antigo de Salvador ressalta, por meio deste documento, nossa denúncia e as nossas propostas para a cidade, enfatizando hoje e sempre, que a construção de soluções para o Centro Antigo, só será legítima com a escuta radical do povo negro, que vive e trabalha nesse território.** Porque o patrimônio somos nós e somos nós que construímos a cultura dessa cidade viva. Diante do contexto e da iminência do processo de revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador - PDDU, nós pressionamos, mais uma vez, em defesa da participação popular (...) Queremos e disputamos um PDDU que não olhe para o capital privado, mas sim olhe para uma gente, sobretudo, as quais não são vistas e são impedidas de estar nos espaços de incidência política. (Fala de Fernanda Moscoso durante o ciclo de debates “Pensar a Cidade”, 2023).

A vulnerabilização no Centro Antigo de Salvador é produto da ausência histórica de políticas públicas, do descaso com a Reforma Urbana, e do racismo! **A vulnerabilização no Centro Antigo de Salvador é produto**

²⁵ Nota na íntegra na seção ‘Anexos’ da Dissertação.

de gestões que nos tratam como problema e não como sujeitos de direito, que escutam mais o dinheiro do que sua gente! A vulnerabilização no Centro Antigo de Salvador só será superada com a garantia de direitos: habitação, saúde, educação e emprego! A vulnerabilização no Centro Antigo de Salvador só será superada com um projeto político participativo antirracista, feminista e popular! Até lá iremos resistir e lutar, **até lá iremos reafirmar a cultura preta, a memória dos nossos ancestrais, de nossos territórios. A vida como potência e meio de construção de uma cidade justa!** (Jogral lido coletivamente pela AMACH, Articulação do Centro Antigo e colaboradora(e)s do GT continuado da Perícia Popular, 2023).

As ações de intervenção e pressão realizadas pelas mulheres, lideranças da AMACH e pela Articulação do Centro, surtiram um efeito importante. Foi conquistado o direito, anteriormente negado pela Prefeitura, das lideranças dos movimentos estarem presentes na oficina de trabalho, realizada no dia 26 de julho, para a construção do documento final, com as proposições e encaminhamentos futuros para o Centro Antigo.



Fotografias 47 e 48: oficina de trabalho do evento “Pensar a Cidade”.

Fonte: fotografias da Fundação Mário Leal Ferreira (2023).

Na oficina, a(o)s participantes foram divididos em grupos para discutirem ações, projetos e alternativas voltadas aos três eixos temáticos propostos pelo ciclo de encontros: moradia e habitabilidade; dimensão social, trabalho e renda; e cultura. A partir dessas discussões, foi produzido um relatório final²⁶, encaminhado às Secretarias e Órgãos responsáveis, com diretrizes para as políticas a serem implementadas no centro. Dentre os principais encaminhamentos de cada eixo temático, presentes no documento final, estão:

- Moradia e Habitabilidade
 - Realização de cadastro socioeconômico dos moradores e manutenção da população originária no local, com a conclusão dos projetos habitacionais já existentes;
 - Garantia de moradia popular a preços acessíveis para a comunidade local e a todos aqueles que não possuem, garantindo a sua regularização jurídica e a diversidade de

²⁶ Relatório na íntegra na seção ‘Anexos’ da Dissertação.

segmentos sociais;

- Desenvolvimento de um programa de auto reforma mediante financiamento e capacitação, com educação patrimonial visando o preparo dos moradores para cuidar de seu patrimônio;
 - Espaços na moradia que possam atender as diferentes demandas dos usuários ao longo do tempo (flexibilidade) e que dialogue com os modos de vidas das famílias (multifuncionalidade);
 - Atração de equipamentos para além de restaurantes, pousadas e hotéis, para o funcionamento de um bairro: padarias, açougue, quitanda, farmácia, lazer, escola, creche, serviços, segurança pública, mercado, horta comunitária;
 - Estabelecer para os transportes verticais (planos inclinados) horários compatíveis com o cotidiano da população: horários de idas e vindas do trabalho, da escola etc;
 - Aplicar a Lei 8.553/2014, que dispõe sobre a arrecadação e encampação de imóveis abandonados no CAS a fim de promover uso habitacional para a população local;
- Dimensão Social, Trabalho e Renda
 - Implementação de políticas de redução de danos, ressocialização e garantia de direitos para pessoas vulnerabilizadas (pessoas em situação de rua, dependentes químicos etc);
 - Política municipal efetiva de segurança alimentar e nutricional;
 - Investimento em educação, particularmente em educação antirracista;
 - Capacitação de mão de obra local, especialmente em cursos profissionalizantes, técnicos e formações tecnológicas, não se restringindo apenas a profissões de serventia;
 - Implementação postos de saúde de atendimento, creche para a população local e escolas públicas;

- Reabertura do Liceu de Artes e Ofícios para formação de jovens (carpinteiros, serralheiros, marceneiros etc.) que possam atuar na reforma dos casarões com remuneração adequada no Centro Histórico de Salvador;
 - Reconhecimento e regulamentação das atividades de trancistas, pintores corporais e outras não regulamentadas existentes no Centro Histórico;
 - Incentivo e divulgação das atividades de afroempreendedores;
 - Incentivos para que a iniciativa privada capacite e contrate a população local, mediante parceria com instituições de capacitação profissional.
- **Cultura**
 - Promoção de Políticas públicas articuladas voltadas para valorização da diversidade e da cultura local;
 - Edital para artistas negros, LGBTQIA+, mulheres, pessoas com deficiência para ocuparem espaços institucionais e privados;
 - Promover Políticas de fomento para financiamento para estruturação de artistas locais, espaços culturais comunitários e associações;
 - Criação de polos culturais como por exemplo: o Mercado de Santa Bárbara, Cines Pax e Jandaia, Praça do Reggae, Terça da Benção, etc;
 - Criação de Escolas Públicas de Música e Artes;
 - Potencialização da cultura local e preservação da memória das manifestações culturais em todas as suas linguagens (dança, música, gastronomia, teatro, festas cívicas e religiosas, entre outras);
 - Garantia aos moradores locais de entrada gratuita nos Museus e Centros Culturais.

Embora tenha sido construído um documento final relevante, com importantes diretrizes de atuação dentro de cada temática tratada, é essencial lembrar que, o direito fundamental, de moradora(e)s e lideranças

dos movimentos fazerem parte dessa construção e estarem presentes na escrita desse documento, havia sido negado e, só foi garantido, graças a mobilização realizada durante o ciclo de encontros do evento. E, ainda assim, a participação se deu de forma bastante restrita, uma vez que a coletividade de movimentos e territórios que conformam o centro é muito mais ampla, e apenas alguns representantes puderam participar.

Diante de um contexto de profundo desrespeito ao direito à participação popular, bem como a falta de encaminhamentos concretos, em termos de cronograma e etapas de implementação do que foi proposto na oficina, além da dificuldade em estabelecer uma comunicação direta com a(o)s agentes institucionais, a Articulação do Centro e a AMACH propuseram a realização de uma Audiência Pública Popular, construída por uma coletividade de movimentos, moradora(e)s, pesquisadora(e)s e assessora(e)s envolvida(o)s com os territórios do centro, buscando consolidar um espaço real de participação cidadã, muito diferente do que foi realizado durante o “Pensar a Cidade”, e para cobrar respostas, políticas e projetos para o Centro Antigo, que levem verdadeiramente em consideração a população que vive, mora e trabalha nesse território.

3.3. Audiência Pública Popular: Viver, Morar, Trabalhar no Centro Histórico e Antigo de Salvador

A Audiência Pública Popular “Viver, Morar, Trabalhar no Centro Histórico e Centro Antigo de Salvador”, realizada no dia 19 de outubro de 2023, no Centro Estudos dos Povos Afro-Índio-Americanos (CEPAIA/UNEB), representou, nas palavras de Maura Cristina, liderança da Articulação do Centro e do Movimento Sem Teto da Bahia, “um momento histórico na trajetória de luta pelo Direito à Cidade e à Moradia dos movimentos e coletividades do centro”, diante da proporção que alcançou, e da grande participação popular nesse espaço de prática cidadã coletiva.



Fotografia 49: Audiência Pública Popular “Viver, Morar, Trabalhar no Centro Histórico e Centro Antigo de Salvador”.

Fonte: fotografia de Matheus Tanajura (2023).

Organizada pela Articulação do Centro Antigo, em parceria com o Mandato do Vereador Sílvio Humberto (PSB-BA), e convocada por uma ampla frente formada por movimentos e comunidades do Centro Histórico e Centro Antigo, como resposta ao ciclo de debates “Pensar a Cidade”, a Audiência Pública reuniu mais de 300 pessoas, entre moradora(e)s e trabalhadora(e)s do centro, lideranças sociais, colaboradora(e)s,

assessores populares e pesquisadora(e)s, visando discutir e encaminhar propostas, com entes do Poder Público, sobre demandas históricas em relação à permanência digna da população negra nos territórios do centro de Salvador: “o povo preto do Centro Antigo quer saber, qual é o projeto político de habitação que nos contempla?”.

Para a produção da Audiência Pública, nós do grupo de trabalho continuado, formado após a finalização da Perícia Popular, construímos ao longo dos meses de agosto, setembro e outubro, uma frente de atuação para o desenvolvimento de materiais informativos e gráficos, e para ações de divulgação e engajamento, tanto em atividades de rua nos territórios, com a colagem de lambes e entrega de cartilhas e panfletos, como em ações digitais, com ciclo de postagens e vídeos nas redes sociais da Articulação do Centro²⁷, com o apoio das organizações CEAS - Centro de Estudos e Ação Social, CESE Direitos Humanos, e IBDU - Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico.



Fotografias 50 e 51: ciclo de postagens para divulgação da Audiência Pública nas redes da Articulação do Centro Antigo.

Fonte: Instagram da Articulação do Centro Antigo (2023).

²⁷ Página do Instagram da Articulação do Centro Antigo com as publicações. Disponível em: https://www.instagram.com/p/Cx_rm0LJ-Hi/. Acesso em 15 dez. 2023.



Fotografias 52 e 53: ações de lambe-lambe para divulgação da Audiência Pública pelas ruas do Centro Histórico de Salvador.
 Fonte: fotografias da autora (2023).



Fotografia 54: ações de lambe-lambe para divulgação da Audiência Pública pelas ruas do Centro Histórico de Salvador.
 Fonte: fotografia de Matheus Tanajura (2023).

Em parceria com o Mandato do Vereador Sílvio Humberto (PSB), conseguimos garantir a representação de atores institucionais tanto do Município, como do Estado e da União na Audiência Pública. Uma conquista bastante significativa na visão das lideranças da Articulação do Centro, dado o histórico da(o)s representantes dessas três esferas de se eximirem de suas responsabilidades, ao lançarem uns para os outros as demandas da população quando cobrados. Nesse sentido, a Audiência foi um momento importante para colocar a(o)s atores institucionais de frente um(a) para o(a)s outro(a)s, estimulando uma comunicação direta entre as três esferas e a sociedade civil.

Estiveram presentes representantes da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER), na figura do Coordenador de Projetos Gilbert Souza Santos; da Fundação Mário Leal Ferreira, instituição vinculada a Prefeitura de Salvador, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, na figura da Presidente, Tânia Scofield; do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), na figura do Arquiteto Urbanista e Assessor Técnico, João Gustavo; da Secretaria de Patrimônio da União, na figura da Chefe de Divisão de Habitação e Regularização Fundiária, Franciele Cavalcanti; bem como a Defensoria Pública da Bahia, representada pela Defensora Bethânia Ferreira, e o Ministério Público da Bahia, representado pela Promotora de Justiça Hortênsia Pinheiro. Dos órgãos convocados, não compareceram apenas o Instituto de Patrimônio, Artes e Cultura (IPAC) e a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SECULT), sob a justificativa de que já possuíam compromissos institucionais agendados anteriormente à data da Audiência Pública.

Como metodologia para a realização da Audiência, visando garantir que o espaço fosse não apenas de discussão, mas sobretudo de encaminhamentos concretos para as demandas das comunidades, foram elaborados previamente questões pelas lideranças dos movimentos e territórios do centro²⁸, para que os órgãos presentes convocados pudessem respondê-las. Dessa forma, foram realizadas duas mesas, a primeira, formada pela(o)s representantes dos movimentos, para a leitura das perguntas e apontamentos elaborados por cada um dela(e)s, e uma segunda mesa, com os atores institucionais.

²⁸ Documento na íntegra na seção 'Anexos' da Dissertação.

Compuseram a primeira mesa: Ana Caminha, da comunidade da Gamboa de Baixo; Eliane Silva, da comunidade da Ladeira da Preguiça; Sandra Regina e Pró-Cida, da AMACH; Marimar, do Movimento Sem Teto da Bahia (MSTB); Roberval, da comunidade do Tororó; Ivonete Bispo, da Federação das Associações de Bairros de Salvador (FABS); William Santos, do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB); e como representante da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (FAU/UFBA), a professora Gabriela Leandro.

O Vereador Silvio Humberto (PSB-BA), como moderador da mesa, ao lado de Maura Cristina, da Articulação do Centro e do MSTB, iniciou a Audiência saudando o público recorde no CEPAIA e destacando a importância desse encontro para que as instituições dessem respostas aos movimentos e comunidades do centro. Silvio reforçou a importância da participação popular ativa e destacou a relevância da busca por novas saídas e horizontes, uma vez que a provocação para a realização da Audiência Pública foi uma parceria construída pelos movimentos junto à Câmara de Vereadores(a)s.



Fotografia 55: Audiência Pública Popular “Viver, Morar, Trabalhar no Centro Histórico e Centro Antigo de Salvador”.

Fonte: fotografia de Matheus Tanajura (2023).

Maura Cristina, em uma breve fala inicial de abertura²⁹, agradeceu a presença de todos os movimentos, e destacou a importância do diálogo com a(o)s moradora(e)s que moram, trabalham e vivem no Centro Histórico e Centro Antigo de Salvador, para a legitimidade dos processos e elaboração dos planos e projetos voltados para o território: “nada sobre nós sem nós”. Saudou, ainda, o espaço de escuta e participação popular da Audiência Pública, e reafirmou o quão fundamental é que a Câmara Municipal de Vereadores(a)s, enquanto representantes da população, vocalizem as urgências coletivas, sendo de extrema relevância a construção da Audiência a partir do apoio do mandato do Vereador Silvio Humberto (PSB-BA).

Antes da leitura do documento, por Suzany Varela, moradora da comunidade da Ladeira da Preguiça, com as perguntas para os órgãos presentes, a professora Gabriela Leandro abriu a mesa com uma importante

²⁹ Os registros das falas durante a Audiência Pública são fruto de uma relatoria coletiva que realizamos no grupo de trabalho continuado.

fala acerca da dívida histórica que a cidade de Salvador tem com a população negra. Gaia relembra que, desde 1550, a abertura da primeira rua da cidade, a Ladeira da Conceição, foi construída pela população negra. Nesses 473 anos, apesar das tentativas e práticas de aniquilação, foi o povo negro que organizou estratégias de vida e sobrevivência, e salvaguardou o que ainda temos de história material do Centro Antigo de Salvador, enquanto as elites se deslocaram para outras regiões nobres da cidade. Nesse sentido, Gaia afirma que pensar justiça social e garantia de direitos é ter a compreensão de que, para muito além do patrimônio arquitetônico, quem efetivamente construiu e ocupou o centro de Salvador foi o povo preto. É urgente pensarmos em outros termos as respostas que temos dado, enquanto projeto de cidade, que respeite e considere o trabalho e o empenho mobilizado pela população negra, que foi quem estruturou essa cidade. Gaia reforça, ainda que, não é o turismo sazonal que mantém a cidade de Salvador. O turismo não dá conta das demandas cotidianas para que a cidade tenha vida. São as cozinheiras, as trancistas, os artífices, as professoras, a(o)s advogada(os) populares, as donas de casa, a(o)s militantes, a(o)s assessora(e)s populares, enfim, a população negra, múltipla e diversa, que constrói a vida cotidiana, as redes de sociabilidade, as atividades econômicas locais e que, historicamente, manteve e mantém esses territórios de pé, conectados pela esperança de que essa cidade ainda acolha os desejos de futuro da população negra.

Os questionamentos elaborados pelas lideranças dos movimentos enfocaram-se nas temáticas relacionadas à moradia, trabalho, infraestrutura urbana e acesso à equipamentos públicos no centro para a população negra que historicamente vive na região. Tendo em vista os territórios de incidência deste trabalho, trarei aqui as questões elaboradas pela AMACH, representada por Sandra Regina na Audiência, pela comunidade Ladeira da Preguiça, representada por Eliane Silva, e pela comunidade da Gamboa de Baixo, representada por Ana Caminha.

Sandra, liderança da AMACH, iniciou sua fala questionando o modelo de Contrato de Concessão de Direito Real de Uso, proposto pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER), para

os imóveis entregues na 7ª Etapa do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador (PRCHS), que previa um prazo de 10 anos, renovável por igual período, mas a renovação nunca foi feita:

Como não há obstáculo nem no Decreto-Lei 271/1967, nem na Lei 11.481/2007 e nem no Código Civil, o que impede a CONDER e o Governo da Bahia (e outros entes públicos) de firmar contratos de duração mais longa para evitar deixar as famílias sem cobertura legal para sua posse sobre os imóveis?” (Fala de Sandra Regina durante Audiência Pública “Viver, Morar Trabalhar no Centro Histórico e Centro Antigo de Salvador”, 2023).

Nesse contexto, em diálogo direto com o Coordenador de Projetos da CONDER - o Arquiteto e Urbanista Gilbert Santos - Sandra questiona a legitimidade dos novos projetos que serão propostas para o centro de Salvador, sem antes regularizar a situação das famílias ocupantes e sem-teto do Centro Histórico, considerando que toda a vida e a história dessas famílias estão estruturadas nesse território. Sandra relembra, ainda, dos pontos de comércio das famílias, que foram retirados pelo Governo e nunca foram devolvidos, mesmo sendo, em muitos casos, a única e principal fonte de renda das famílias.

Gilbert, em resposta às questões formuladas pela AMACH, apontou que a CONDER está atualmente retomando o escritório social para tratar dessas demandas no centro de Salvador. A respeito do prazo para concessão de uso, destacou que os 10 anos concedidos era uma realidade da época, mas que, segundo ele, atualmente haverá revisão. Em relação aos pontos comerciais que foram fechados, Gilbert apontou que a CONDER está formando uma nova equipe para discutir a pauta em conjunto com a(o)s moradora(e)s, e que o novo escritório social do Centro Histórico e Centro Antigo permitirá uma maior abertura de diálogo e encaminhamentos. Embora a CONDER esteja formando um novo escritório, as demandas da(o)s moradora(e)s são históricas e já foram reivindicadas anteriormente, e sempre que Gilbert era questionado e parecia não ter as respostas para as perguntas, repetia em sua fala que a CONDER vivia um “novo momento” para construir esses diálogos com a comunidade.

Sandra, em continuidade de sua fala enquanto representante da AMACH, questionou também, diretamente à Fundação Mário Leal Ferreira, instituição vinculada a Prefeitura de Salvador, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, a contradição entre os discursos e as políticas implementadas pela Prefeitura, no que tange a garantia de equipamentos públicos essenciais no centro, como escolas, creches e unidades de saúde:

Em entrevistas na televisão e jornais, a Prefeitura sempre diz que está melhorando a qualidade de vida da população da cidade com creches, escolas e unidades de saúde. Mas porque as crianças não tem aqui no bairro uma escola boa e confortável? Qual o interesse da Prefeitura em não dar qualidade de vida às pessoas que moram aqui? (Fala de Sandra Regina durante Audiência Pública “Viver, Morar Trabalhar no Centro Histórico e Centro Antigo de Salvador”, 2023).

Sandra questiona, ainda, o fato de a Prefeitura ter desenvolvido inúmeros programas de benefícios e incentivos voltados aos empresários que queiram trazer seus negócios para o centro de Salvador, mas não disponibiliza nenhum investimento para o pequeno comerciante local que já vive e trabalha no centro. Por fim, indagou sobre quais projetos habitacionais estão sendo desenvolvidos para as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) do Centro Antigo de Salvador.

Tânia Scofield, Arquiteta e Urbanista, presidenta da Fundação Mário Leal Ferreira, não respondeu grande parte das perguntas trazidas pela AMACH. Tânia apenas salientou que em relação aos projetos habitacionais, o Centro Histórico e Centro Antigo já foi entendido como prioridade para a Prefeitura, uma vez que, em 2017, o território já havia sido colocado como eixo específico do programa de habitação de interesse social, a partir da comunidade do Pilar. Segundo Tânia, foram identificados 33 imóveis em ruínas, ociosos e desocupados no Pilar, onde poderiam iniciar um programa de habitação. No entanto, por não serem do Município, realizaram, em 2018, um primeiro estudo preliminar para o Instituto do Patrimônio Histórico e

Artístico Nacional (IPHAN), por serem imóveis que se encontram em um sítio tombado, mas houve dificuldades para a adequação dos imóveis por conta das restrições do IPHAN. Tânia afirmou que, atualmente, houve uma pré-aprovação do projeto pelo IPHAN, e que nesses 33 imóveis identificados, em fase de cadastramento, será possível planejar 300 unidades habitacionais, com prioridade para a população que vive no Centro Histórico, sobretudo do Pilar e na encosta. Por fim, destacou a importância de receber financiamento da União para a plena execução e êxito dos projetos, e que, para o ano que vem, em 2024, já seria implementado o programa de habitação social no Pilar.

Em relação às escolas do Centro Histórico, Tânia afirmou que existe um projeto para que o imóvel da Ladeira da Praça abrigue uma Escola Municipal completa e que, em termos de lazer, na Rua 28 de Setembro, será criado o Espaço da Criança, um equipamento público dentro do Centro Histórico.

Seguindo a fala das lideranças, Eliane Silva, da Ladeira da Preguiça, também direcionou os questionamentos da comunidade para a CONDER e para a Fundação Mário Leal Ferreira. Eliane iniciou sua fala questionando se existe, e qual seria, a previsão para a elaboração de um projeto popular de regularização fundiária para a(o)s moradora(e)s da Preguiça, e quais ações estão sendo desenhadas para qualificar a infraestrutura urbana da região, desde a cobertura de esgotamento sanitário e saneamento da comunidade, até a revitalização da iluminação pública e a manutenção das casas, de forma a garantir permanência com dignidade das famílias no território. Eliane, questionou, ainda, se existe alguma previsão para a implementação de uma área de lazer e encontro para a comunidade da Preguiça.

No entanto, tanto Gibert, da CONDER, como Tânia, da FMLF, não deram respostas concretas para os questionamentos da comunidade da Ladeira da Preguiça. Tânia sequer mencionou a Preguiça em sua resposta, utilizando seu tempo de fala para responder outras perguntas de outros territórios do centro, e Gilbert apenas comentou sobre a formação de um “novo setor de patrimônio dentro da CONDER que buscará uma melhor forma de regularização fundiária”.

Por fim, Ana Caminha, liderança da comunidade tradicional pesqueira da Gamboa de Baixo, direcionou os questionamentos para o IPHAN e para a FMLF. Ana iniciou sua fala indagando sobre quando será aberto um espaço para que a comunidade da Gamboa possa, de fato, participar das deliberações e decisões sobre o Plano de Regularização Fundiária da Gamboa, que é uma das etapas, ainda não realizadas, do processo de regulamentação da ZEIS. Ainda, questionou quais alterações foram feitas no projeto de reforma da orla da Gamboa, antes de ter sido assegurada a participação da comunidade nas deliberações e decisões que resultaram nessas mudanças. E se, nesse plano feito sem a efetiva participação da comunidade da Gamboa, foram planejados equipamentos de uso coletivo e fortalecimento da cultura local da comunidade pesqueira, sem criar impactos negativos na paisagem local, e com iniciativas que também estimulem o desenvolvimento econômico da comunidade e, principalmente, garanta a permanência das famílias no seu local de origem.

Em resposta, Tânia, da FMLF, afirma que o Plano de Regularização Fundiária da Gamboa, por ter sido construído durante a pandemia, teve uma “participação na medida do possível, de forma virtual, através da criação do comitê de regularização de ZEIS”. Destaca, ainda, que não foram realizadas mudanças no projeto de reforma do cais da orla, mas que a própria comunidade tem pedindo que o projeto receba algumas alterações para estimular o desenvolvimento econômico dos pontos de comércio da(o)s moradora(e)s que possuem bares na Gamboa.

Por sua vez, João Gustavo, Arquiteto e Urbanista do IPHAN, afirmou em sua fala que a nova gestão de Hermano Queiroz, Diretor do IPHAN, tem construído, segundo ele, “uma forma de atuação mais sensível e próxima das comunidades”, e que embora o órgão não atue na questão da propriedade e posse dos imóveis, o IPHAN tem o papel de cuidar não apenas do patrimônio edificado, mas também do patrimônio vivo. João reafirma, nesse sentido, que “já existe vida no Centro Histórico, e que a própria Audiência revela e isso”, e que “o povo preto deve e pode morar no Centro Histórico de Salvador”. O representante comentou, ainda, sobre a possibilidade do IPHAN contribuir com projetos públicos de incentivo e manutenção popular da conservação

dos bens edificados tombados, em parceria com as famílias moradoras dos imóveis, com lojas de materiais de construção e programas de assessoria técnica.



Fotografia 56: Audiência Pública Popular “Viver, Morar, Trabalhar no Centro Histórico e Centro Antigo de Salvador”.

Fonte: fotografia de Matheus Tanajura (2023).

Na finalização da segunda mesa, a Defensora Pública, Bethânia Ferreira, fez uma fala no sentido de chamar a atenção para a ausência de representantes do Instituto de Patrimônio, Artes e Cultura (IPAC) na Audiência Pública, enquanto órgão Estadual que coordena o parque imobiliário do Centro Histórico de Salvador. Bethânia afirmou que é urgente que a administração do IPAC altere o modo como enxerga a(o)s moradora(e)s do Centro Antigo de Salvador, diante da postura recorrente de expulsão da população negra, sem nenhum projeto em larga escala de habitação social e regularização fundiária que garanta direitos ao povo negro do Centro Histórico e Centro Antigo.

Nesse mesmo sentido, Daniel Marostegan, professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, também integrante da mesa final, afirmou que, embora o Município possua poucos imóveis em sua posse no Centro, como foi afirmado anteriormente pela FMLF, a Prefeitura possui o poder de pensar a Política Pública, voltada, inclusive, para a taxação dos proprietários. Daniel destaca, ainda, que é urgente que a “cara nova” da CONDER apareça. E afirma que a permanência do povo preto e pobre no Centro Histórico e Centro Antigo de Salvador tem relação, também, com o reconhecimento da memória da cidade e da história que foi construída. É graças a presença e atuação do povo preto e pobre no centro, que o centro foi construído e está de pé até hoje.

Após as discussões, Maura encerrou a Audiência Pública propondo, ao lado das demais lideranças do Centro Antigo, a necessidade da criação de um Núcleo Popular de Mediação de Conflitos Territoriais, composto por representantes dos movimentos e assessorias, e pelos órgãos pertencentes ao Município, Estado e União, para tratar de todas essas temáticas que envolvem os territórios do centro, mas que permanecem sem respostas e encaminhamentos concretos. Cada órgão e entidade se comprometeu a nomear um representante para compor o núcleo, a ser construído a partir do dia 27 de novembro de 2023, com a realização de sua primeira reunião ampliada.

O Núcleo Popular de Mediação de Conflitos Territoriais do Centro Antigo foi proposto pela Articulação do Centro com o objetivo de reunir movimentos sociais, instituições e agentes públicos para acompanhar, analisar e articular questões e proposições relativas aos conflitos sociais e fundiários das comunidades do centro. No entanto, a primeira reunião ampliada do núcleo, realizada no final de 2023, foi marcada pela ausência de grande parte dos órgãos e entidades, alguns sob a justificativa de que não receberam o convite oficial com a definição da data, e outros sem nenhuma resposta - o que para as lideranças dos movimentos e comunidades do Centro Antigo, pareceu ser um posicionamento dos representantes dos órgãos de evitar as cobranças que teriam que enfrentar, e se ausentar dos encaminhamentos concretos que deveriam trazer para esse segundo encontro, tendo em vista as demandas das comunidades discutidas no primeiro encontro.

Realizada conforme acordado na Audiência Pública, no CEPAIA, foram convocados para a primeira reunião representantes da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER), da Fundação Mário Leal Ferreira, instituição vinculada a Prefeitura de Salvador, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a Secretaria Estadual de Turismo, a Secretaria de Patrimônio da União, bem como a Defensoria Pública da Bahia e o Ministério Público da Bahia. Além das lideranças dos movimentos, moradora(e)s e trabalhadora(e)s do centro, colaboradores de assessorias populares e da UFBA, dos órgãos convocados, compareceram apenas o IPHAN, representado por João Gustavo, a Defensoria Pública do Estado, representada pela Defensora Bethânia Ferreira, e o Ministério Público, representado pela Promotora de Justiça Hortênsia Pinheiro.



Fotografias 57 e 58: reunião ampliada do Núcleo Popular de Mediação de Conflitos Territoriais do Centro Antigo de Salvador.
Fonte: fotografias de Ana Caminha (2023).

Apesar de terem se comprometido em formar parte do núcleo e trazerem respostas para muitos dos questionamentos que ficaram em abertos durante a Audiência, a ausência de quase todos os Órgãos Públicos na

primeira reunião ampliada, ratifica o descompromisso e a irresponsabilidade dos Governos Municipais e Estaduais frente às demandas e questões tão sensíveis das comunidades do Centro Antigo de Salvador. Como apontou a Defensora Pública, Bethânia Ferreira, em sua fala final no evento, as ausências em si são uma resposta, e isso mostra que o que foi conquistado até hoje, só foi conquistado a partir da atuação, mobilização e pressão das comunidades.

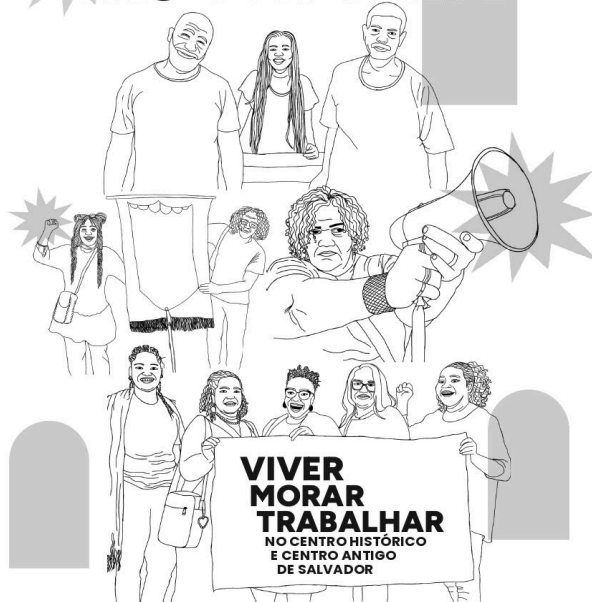


Fotografia 59: reunião ampliada do Núcleo Popular de Mediação de Conflitos Territoriais do Centro Antigo de Salvador.

Fonte: fotografia de Alyssa Volpini (2023).

Frente a esse cenário, a Defensoria e o Ministério Público se comprometeram em contribuir na cobrança para que os órgãos ausentes se pronunciassem e trabalhassem efetivamente no núcleo em 2024. A pressão e a mobilização continuam. Como encaminhamento da reunião, foram propostos pelo núcleo a realização de atos de rua no início de 2024, para maior visibilidade e repercussão das demandas e cobranças, bem como a elaboração de novas panfletagens, sobretudo nos eventos de final de ano e de verão do Centro Antigo, que recebem milhares de pessoas todo ano.

AS LUZES DA CIDADE SÃO SUA GENTE



Com atenção voltada para atender as necessidades do capital privado e virando as costas para sua gente, **moradores/as tradicionais do Centro Antigo/Histórico são, historicamente, impedidos de trabalhar, morar e viver no território que fundamentam seus modos de vida, cultura e saberes.**

O poder público municipal através do Programa Revitalizar (2017) e Renova Centro (2023), além de investimentos milionários do Salvador 360 (2018), garantiu privilégios para os setores privados ligados aos grandes empreendimentos hoteleiros, redes de restaurantes, estacionamentos e outros. Para a população negra local, moradores/as, vendedoras/es ambulantes, transistas, moradores de ocupações, artífices, artesãs/os e artistas locais a política é bem diferente. **QUEREM NOS EXPULSAR!!!**

Para nós não tem incentivo fiscal, não tem política habitacional, não existe segurança, ao contrário, a violência sobre nossos corpos é diária. **Queremos moradia digna no Centro através de programas de habitação de interesse social e de equipamentos de saúde, educação, lazer e oferta de empregos no centro destinadas à população negra local.**

Além disso, o poder público, as secretarias, órgãos, autarquias e instituições se negam a dialogar com a gente. Durante a **audiência pública "Viver, Morar, Trabalhar no Centro Histórico e Antigo de Salvador"**, realizada no dia 19 de outubro, nossos questionamentos não foram respondidos satisfatoriamente e na reunião de mediação de conflitos fundiários (encaminhamento da audiência), realizada no dia 27 de novembro, nenhum representante do poder público do Estado da Bahia e município compareceu para responder às inquietações dos/as moradores/as e construir soluções.

O Centro Histórico e Centro Antigo que as luzes de natal não iluminam é, sobretudo, o território de memória, ancestralidade, cultura e que resiste utilizando os modos de vida e saberes - como arco e flecha, bem como utiliza a cabocla no dois de julho - na batalha por justiça social e racial!

Reivindicamos direitos, dignidade e políticas de bem viver para a gente que trabalha, mora e vive no centro histórico e antigo de salvador! Reivindicamos e fazemos o Centro Antigo Vivo!

**VIVER
MORAR
TRABALHAR**
NO CENTRO HISTÓRICO E
CENTRO ANTIGO DE SALVADOR



SAIBA MAIS EM
@centroantigovivo

Fotografias 60 e 61: panfletos distribuídos pelos movimentos durante os eventos de natal no Centro Antigo no final de 2023.

Fonte: Articulação do Centro Antigo (2024).

4. Costurando os caminhos, refletindo os trajetos

Pensar e refletir sobre as considerações, apontamentos e contribuições que o desenvolvimento deste trabalho traz, implica, antes de tudo, na compreensão de que este momento representa, mais que um encerramento, uma abertura. Embora esta Dissertação, tendo em vista o cronograma de pesquisa do Mestrado, tenha como marco temporal final o ano de 2023, escrevo este parágrafo em janeiro de 2024, algumas horas antes do próximo encontro com as lideranças na sede da Articulação, para o desenvolvimento de um novo projeto de mobilização e incidência política, no contexto da proximidade do período de revisão do Plano Diretor de Salvador (PDDU).

Durante a trajetória de dois anos de desenvolvimento deste trabalho, busquei incidir e colaborar de forma comprometida e engajada, na atualização e no fortalecimento dos agenciamentos e enfrentamentos dos movimentos nas disputas e lutas urbanas que atravessam o Centro Antigo de Salvador. Nesse caminho, os percursos metodológicos, desdobrados processualmente durante a pesquisa, durante os encontros, durante o pensar e fazer junto, deram forma a um trabalho que tem como referências centrais, para além dos aportes teóricos e análises dos projetos de intervenção urbana, as narrativas, vivências e atuações das mulheres, moradoras, trabalhadoras, pescadoras, mães, avós e lideranças do Centro Histórico, da AMACH, do MSTB, da Gamboa de Baixo e da Ladeira da Preguiça, a partir da costura de relatos, memórias, histórias, denúncias e falas de vida e de luta.

Mas, para que seja possível costurar também a finalização deste trabalho, torna-se imprescindível olhar para trás, e revisitar o percurso que foi caminhado ao longo desses dois anos, retomando e refletindo, analiticamente, e de forma entrecruzada nos territórios, as principais questões tecidas ao longo da pesquisa, e alguns de seus significados e compreensões que só foram possíveis de serem delineados após o desenvolvimento dos capítulos anteriores, ao contribuírem para uma visão mais ampla acerca das temáticas,

questões e narrativas mobilizadas até aqui, além de algumas dificuldades e limitações encontradas ao longo do processo.

Ao investigar e analisar os impactos das políticas e projetos urbanos hegemônicos que incidem e atravessam as comunidades negras do Centro Antigo de Salvador, percebemos como os múltiplos processos de despossessão produzidos nos territórios estão em constante transformação e renovação. São processos diretamente conectados com uma histórica negação e violação de direitos humanos, sociais, raciais e ambientais, desde o período colonial escravocrata, mas que se reinventam, a partir da implementação de novas e velhas estratégias de despossessão, enquanto dispositivos “anti-negritude” (FIGUEIREDO, ESTÉVEZ, ROSA, 2020), e que vão muito além da questão socioeconômica, como usualmente é abordado nas literaturas dos estudos urbanos.

A construção planejada da precarização, da marginalização e da invisibilização nos territórios negros e populares, em suas múltiplas dimensões, a partir de políticas e projetos que buscam deslegitimar as práticas de trabalho e os modos de vida dessas comunidades. A implementação de operações limpeza, acompanhadas de reordenamentos morais, que estabelecem padrões de remoção e violência policial, com o genocídio da juventude negra. O abandono proposital de edifícios, para a construção e mobilização da narrativa do risco de desabamento, enquanto instrumento para a criminalização e execução de remoções de famílias em ocupações. O fechamento de escolas públicas, de unidades de saúde e de creches. A retirada de terminais e linhas de transportes públicos, comprometendo a mobilidade urbana. O cerceamento da presença e circulação de ambulantes, artistas e transistas negra(o)s nos espaços públicos. O fechamento de feiras populares, a retirada das fontes de sustento, a contaminação das águas e do alimento. A tentativa de privatização da praia, o turismo predatório, a busca pela transformação do território em um produto a ser vendido para a elite branca estrangeira. A produção de violências ambientais, raciais e de gênero cotidianas. O desmantelamento dos espaços de participação social nas tomadas de decisão referentes às políticas e projetos que incidem nos territórios.

Esses diferentes processos de despossessão que menciono aqui, denunciados nas falas das moradoras e lideranças do Centro Histórico, da Gamboa de Baixo e da Ladeira da Preguiça, evidenciam o quão complexo, amplo e diversificado são os conjuntos de estratégias empreendidas pelo Poder Público para implementar políticas e projetos que, na prática, buscam desestruturar as condições básicas para a construção da vida popular e negra nos territórios, enquanto dinâmicas mais amplas de banimento racial (ROY, 2017). Dinâmicas estas que, como aponta Ananya Roy (2017), em suas pesquisas e estudos sobre o capitalismo racial global e o desenvolvimento pós-colonial, nem sempre se manifestam através de formas concretas, visíveis ou explícitas de exclusão e despejo. Dinâmicas como as mencionadas anteriormente, operam também através de processos mais sutis, que transformam o espaço urbano de forma a torná-lo inóspito para grupos específicos, não normativos, não hegemônicos e não brancos da população, enquanto uma “geografia racializada do controle e da exclusão” (ROY, 2017), limitando o acesso a recursos, equipamentos e infraestruturas básicas para a manutenção da vida.

Esses múltiplos e contínuos processos de despossessão, implementados propositalmente e estrategicamente, acabam, por vezes, implicando em um esgotamento de possibilidade para as comunidades nos territórios (ROY, 2017). Mas, no caso dos territórios e comunidades negras do Centro Antigo de Salvador, vemos que as estratégias, tecnologias, instrumentos e esforços coletivos, liderados sobretudo por mulheres negras, para enfrentar e desafiar as práticas de exclusão racial e espacial, e articular reorganizações e reinvenções da vida nos territórios, são, também, diversos e multifacetados.

Ao olharmos para o Centro Histórico, por exemplo, e para os relatos e atuações compartilhadas por Sandra Regina e Pró-Cida, da AMACH, vemos como foram as redes de mobilização cotidiana, construídas por um grupo de mulheres negras, “batendo nas portas” da universidade, enquanto importante instrumento de negociação e pressão com o Poder Público, “batendo nas portas” do Ministério Público e da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia, que conquistou a garantia do direito de famílias negras ainda

permanecerem no Centro Histórico, em meio a um ciclo tão perverso de despossessão empreendido durante anos na região. “Bater nas portas” e construir alianças com outros atores, se mostra, também, uma tecnologia social e política, sobretudo em um contexto em que, historicamente, as portas foram fechadas.

A potência dessas estratégias de mobilização e de aliança com diferentes agentes nas disputas urbanas e no enfrentamento das práticas de exclusão racial e espacial, são fortalecidas também, como afirma Sandra em suas falas, tanto através de redes de apoio e ação comunitária, a partir da articulação entre diferentes movimentos e coletividades, como o Movimento Nacional da População em Situação de Rua, o Movimento Sem Teto da Bahia e com a própria Articulação do Centro Antigo, como também através da reafirmação das identidades, memórias e conexões ancestrais e espirituais negras do Centro Histórico de Salvador, mobilizando a ancestralidade enquanto um importante legitimador do direito de permanecerem nos territórios.

E para além dessas estratégias de ação e enfrentamento, as tecnologias de realocação e reinvenção da vida, no cotidiano, também se fazem muito presentes. Sandra chega no Centro Histórico, ainda criança, com apenas 7 anos de idade, em um contexto onde sua mãe buscava reconstruir a sua vida e de seus filhos, após perder tudo o que tinha para o ex-marido, que ficou com tudo onde viviam na Mata Escura do Retiro, bairro da região da Prefeitura-Bairro Cabula-Tancredo Neves de Salvador. Ao se mudarem para o Centro Histórico, os saberes e fazeres da mãe, sobretudo conectados às práticas de cozinhar e vender comida para a comunidade, foi o que garantiu que conseguisse reconstruir sua vida e sua autonomia no Centro Histórico. Compreendendo aqui o ato de cozinhar também enquanto fortalecedor de vínculos e laços comunitários, que aproxima as pessoas e potencializa a formação de redes de apoio, de troca e de acolhimento, como afirma Sandra.

Em contextos de sucessivos deslocamentos, realocamentos, desenraizamentos e enraizamentos, como aponta Célia Xakriabá (2020), ativista e liderança indígena, referência na luta das mulheres e comunidades indígenas pelo direito à demarcação de seus territórios e pela justiça socioambiental, quando falamos do

corpo-território e do território-corpo, nos referimos à ampliação do entendimento de território também enquanto memória, saber, alimento, espiritualidade, em constante (re)territorialização, pois as mulheres levam, em seus próprios corpos, as extensões de seus territórios, culturas, identidades, memórias, saberes, fazeres e tecnologias de construção e manutenção da vida. E se o corpo carrega o território, e o corpo está em constante deslocamento e transformação, o território também está. Nesse sentido, Célia Xacriabá desenvolve uma concepção epistemológica que reafirma o corpo-território ancestral enquanto processo em aberto e em constante ressignificação e reinvenção, ativado e reativado pelas memórias, experiências e fazeres do passado, do presente e do futuro, um corpo em contínua (re)territorialização (XAKRIABÁ, 2020).

Maura Cristina, por exemplo, militante e ativista do movimento de mulheres negras, e liderança fundamental, tanto da Articulação do Centro Antigo, como do Movimento Sem Teto da Bahia (MSTB), é de São Paulo, mas é no Centro Histórico de Salvador, onde se enraíza e (re)constrói sua história e trajetória de vida e de luta, a partir de uma identificação, conexão e um pertencimento muito forte com a cidade e com o centro, onde construiu laços profundos e vive e atua há décadas.

Na Ladeira da Preguiça, a chegada de Eliane Silva à comunidade, embora esteja relacionada a ancestralidade de seu marido, cuja família já estava na sexta geração vivendo na Preguiça, ela passou também pela reconstrução de laços cotidianos, ressignificando existências e acionando imaginários para novas possibilidades de vida. Possibilidades, que como ela conta, estiveram ancoradas no acolhimento de sua chegada pela comunidade, onde se sentiu muito bem recebida quando se mudou, na década de 90, mas também ancoradas em sua própria fabulação e construção de pertencimento, um pertencimento que não advém do nascimento no território, mas construído por esse próprio corpo em constante (re)territorialização, a partir de ressignificações e reinvenções da vida.

E na comunidade da Preguiça, tais reinvenções da vida se tornam possíveis, também, a partir das redes de afeto, apoio e cuidado da Ladeira, onde “todo mundo é mãe um pouco de todo mundo”, como nos afirma

Eliane durante suas falas. Tendo em vista um contexto em que diversas famílias são formadas a partir da monoparentalidade feminina, é graças a essas redes de cuidado comunitário, sobretudo de crianças e idosos, que as mulheres mães conseguem trabalhar fora de casa e conquistar sua autonomia financeira. Autonomia esta que tem sustentado toda a comunidade, pois como vimos ao longo das falas, mesmo com recursos financeiros muito limitados, a comunidade e, sobretudo, as mulheres, acabam fazendo o papel que o Estado deveria fazer, de manutenção dos casarões da Preguiça. Se não fosse pela atuação das moradoras, que compram areia, compram cimento, e renovam, com suas próprias mães, os telhados e paredes desses casarões, eles já não estariam mais de pé. Nesse sentido, as redes femininas de cuidado, de trabalho para a conquista da autonomia financeira, e de atuação em coletivo para manutenção dos casarões, são tecnologias centrais para a construção e manutenção da vida na comunidade da Preguiça.

Na Gamboa de Baixo, por sua vez, a relação com o território, enquanto comunidade tradicional secular de pescadoras e pescadores, se dá a partir de conexões ancestrais, conectadas pelas águas, que carregam saberes, tecnologias e tradições onde o “corpo-peixe” (CAMINHA, 2022) se configura, delineando o que Xakriabá (2020) desenvolve de “território como importante elemento que nos alimenta, nos ensina e constitui o nosso ser pessoa no mundo, não sendo possível nos ver apartados dele, pois somos também parte indissociável do território, nosso próprio corpo” (XAKRIABÁ, 2020). As histórias de vida da comunidade estão profundamente entrelaçadas à luta pela preservação dos recursos naturais e do ecossistema marinho, onde ser humano e ser natureza estão intrinsecamente conectados.

As tecnologias para a construção e manutenção da vida na Gamboa de Baixo, em meio a uma negligência histórica do Poder Público em cumprir com seu papel de fornecer serviços básicos, estão diretamente conectadas com estratégias coletivas de luta pela implementação de infraestruturas urbanas, através da mobilização, liderada sobretudo por pescadoras negras da comunidade, de mutirões para a instalação e regularização do saneamento básico, da iluminação pública, da coleta de lixo, e para a construção de novas casas, além de restaurantes e bares, umas das principais fontes de sustento de diversas famílias na

comunidade. Nesse sentido, são as engenharias coletivas de ação que tornam possível a existência da vida em meio e, para além, dos múltiplos processos de despossessão que enfrentam. Como afirmam Keisha-Kan Perry e Ana Caminha (2023), a pedagogia feminista e negra da Gamboa de Baixo é a de confabular e fazer, na prática da ação, no cotidiano, a vida e a luta, em coletivo, na comunidade.

E para além dessas engenharias e confabulações, as redes de cuidado feminino cotidiano da Gamboa de Baixo foram centrais para a conquista de espaços mais acolhedores para as mulheres dentro da comunidade. A partir da atuação em rede das lideranças femininas negras da Associação Amigos de Gegê dos Moradores da Gamboa de Baixo, as mulheres passaram a se sentir mais confortáveis, seguras e apoiadas para compartilharem questões relacionadas às relações conjugais dentro de suas casas, a compartilharem descobrimentos sobre suas orientações sexuais, sobre suas auto estimas. A formação desses espaços de encontro, discussão e apoio feminino contribuíram também para a compreensão da importância de alcançarem suas autonomias financeiras, através do direito de realizarem seus ofícios e de serem reconhecidas pelos trabalhos que exercem nas casas, nas ruas e nas águas, enquanto mulheres trabalhadoras, pescadoras, cuidadoras e empreendedoras, desafiando, como vimos nos relatos das moradoras, invisibilizações e deslegitimações que tanto a sociedade, como o próprio Poder Público, reforçam.

Entre as estratégias e tecnologias sociais e políticas construídas nesses territórios, a aliança com agentes universitários e com grupos de assessoria popular, se mostra, também, um instrumento de luta fundamental dessa frente coletiva de enfrentamento dos processos de exclusão e despossessão, e de reinvenções da vida. A existência de redes de colaboração e atuação co-implicada, a partir da parceria entre diferentes agentes, deram forma a experiências e iniciativas inovadoras de partilha de saberes e de práticas coletivas de incidência política e territorial, como vimos na Perícia Popular no Centro Histórico e Centro Antigo de Salvador. A partir das atuações desenvolvidas na Perícia, ao longo de suas cinco edições, foi possível incidir em importantes processos de reivindicação de direitos junto ao Poder Público, como no caso das famílias do Centro Histórico impactadas pelo descumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) - por parte do

Estado da Bahia e da Companhia de Desenvolvimento Urbano (CONDER) - que havia sido conquistado através de disputas e negociações pela AMACH, em 2005, por intermédio do Ministério Público, no contexto da 7ª Etapa do Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador (PRCHS).

A partir da elaboração de levantamentos, cartografias, laudos, pareceres e dossiês, foram desenvolvidas documentações com análises detalhadas sobre os impactos do não cumprimento do TAC, além de apontamentos para adequações técnicas e sociais de planos, projetos, reformas e manutenção das unidades habitacionais, bem como a produção de registros, memórias e investigações com possíveis caminhos de enfrentamento das problemáticas e respostas para as demandas colocadas. Além da articulação de encontros com agentes institucionais, buscando reativar os espaços de diálogo, negociação e pressão por ações que respondessem às demandas da(o)s moradora(e)s do centro.

Ademais, a Perícia, enquanto espaço de formação e de colaborações urbanas, potencializadoras da co-criação de práticas engajadas de atuação coletiva, também possibilitou a mobilização de campanhas como a de arrecadação de fundos para a reativação da cozinha comunitária da AMACH; de manifestações urbanas e festas de rua, por meio da politização das reivindicações e demandas da(o)s moradora(e)s; de produções gráficas, artísticas e documentais, como projeções de cinema e de arte urbana, além de documentários como “Ocupar e Resistir: o coração do Centro Histórico”, ampliando o alcance das memórias e narrativas de vida da(o)s moradora(e)s; e da criação de dispositivos de arquivos memoriais e acervos multimídia, buscando facilitar o acesso e a utilização das produções desenvolvidas, enquanto importantes instrumentos para ações de incidência política e territorial e de defesa dos direitos das comunidades.

A Perícia Popular também teve um papel muito importante no sentido de potencializar a formação de outros espaços continuados de atuação e colaboração com os movimentos e coletividades do Centro Antigo. A partir da articulação de pesquisadora(e)s, assessora(e)s técnicos e integrantes de coletivos de advocacia popular, foi formado, por exemplo, o grupo de trabalho de assessoria continuada. A partir dele, foi realizado o

acompanhamento e intervenção em eventos institucionais sobre as políticas públicas que estavam sendo desenhadas para o Centro Antigo, além da incidência, junto ao Núcleo de Assessoria Jurídica Popular (NAJUP) do Serviço de Apoio Jurídico da UFBA, em processos de usucapião de ocupações da Ladeira da Preguiça, e intervenções para barrar o leilão de um casarão onde vivem mais de 10 famílias da comunidade da Preguiça. Foram desenvolvidas também ações para apoiar na elaboração de projetos para editais de financiamento, buscando contribuir no fortalecimento das atuações da Articulação do Centro Antigo; além do apoio na organização e mobilização da Audiência Pública Popular “Viver, Morar, Trabalhar no Centro Histórico e Antigo de Salvador”, um importante instrumento de luta e que marcou um momento histórico, diante da proporção que alcançou, e da grande participação popular nesse espaço de prática cidadã coletiva, reunindo mais de 300 pessoas, entre moradora(e)s, trabalhadora(e)s e lideranças sociais do centro.

Nesse sentido, ao longo do desenvolvimento desta pesquisa, vemos como são múltiplas as contribuições que as relações de colaboração, parceria e construções conjuntas, entre atores universitários e movimentos e coletividades nos territórios, pode trazer, principalmente em contextos onde a(o)s pesquisador(a)s são, também, ativistas e assessora(e)s técnicos e populares, além do potencial que a universidade tem, ao se implicar e se envolver nos processos nos territórios, de atuar enquanto interlocutora e de instrumento de negociação e pressão com agentes do poder público, nas permeabilidades do Estado, fortalecendo a atuação dos movimentos nas lutas e disputas urbanas.

Mas, é importante situar também, que esse contexto tão profundo de colaborações e parcerias consolidadas, abordado neste trabalho, além de ser bastante específico do Centro Histórico e Centro Antigo de Salvador, diante das práticas inovadoras de atuação coletiva experimentadas nesses territórios, reflete também as posicionalidades específicas das interlocutoras que aparecem ao longo da pesquisa. São mulheres, lideranças sociais e políticas, que estão, há anos, inseridas nessa rede de atuações construídas em conjunto com a universidade. Dessa forma, como pontuado anteriormente ao longo do trabalho, os contextos em que suas falas e posicionamentos são produzidos estão, também, diretamente imbricados com o contato com a universidade e

com o contato com o poder público. Diferentemente, por exemplo, de outras moradoras que não estão inseridas nessa rede de atuação em parceria com agentes universitários. Assim, as narrativas e posicionamentos das interlocutoras aqui mencionadas não devem ser compreendidos enquanto generalizações que buscam representar as múltiplas posicionalidades e contextos de vida das muitas e diversas mulheres moradoras dos territórios em que este trabalho incide. São histórias, memórias e atuações que refletem suas próprias percepções e trajetórias de vida e de luta nas comunidades.

Trajetórias estas que envolvem escolhas e movimentações que precisam ser feitas para ocupar esses lugares de lideranças sociais. E na medida em que elas estão na linha de frente dos enfrentamentos, articulações, mobilizações e incidências políticas, além de exercerem diariamente os trabalhos que exercem no cotidiano das comunidades, as sobrecargas também pesam sobre os corpos-territórios dessas mulheres. Dessa forma, tais redes de colaboração e atuação coletiva se mostram essenciais, também, enquanto suportes necessários para seguirem, enquanto tecnologias de fortalecimento, nutridas pelo cuidado e pelo afeto.

Nesse sentido, ao longo da pesquisa, ao traçar um panorama entre os processos de despossessão - e as múltiplas formas que assumem, enquanto dispositivos mais amplos anti-negritude, empreendidos a partir da renovação de estratégias e de dinâmicas de despossessão cotidianas -, e entre os instrumentos de luta e tecnologias de construção, reconfiguração e reinvenção da vida nos territórios, co-construídos através da atuação de uma rede de mulheres negras, vemos como são latentes as brechas e caminhos abertos coletivamente apesar e, para além, dos processos de precarização, marginalização e despossessão enfrentados. Processos estes que produzem impactos profundos, que não desconsidero ao longo do trabalho, mas que entendo não serem absolutos e não definirem o mundo de possibilidades e alternativas que foram e seguem sendo construídas no cotidiano do Centro Antigo de Salvador.

Os saberes, fazeres e atuações protagonizados por essa rede de mulheres e suas ancestrais, nas tramas do cotidiano, exercem um papel fundamental nas comunidades e nas disputas urbanas na cidade. E

como defende Xacriabá (2020), é urgente reconhecer essas outras instâncias e formas de agência e produção do conhecimento dos corpos-territórios femininos, considerando as narrativas e narradoras como potência de uma episteme que tem como referência a ciência do território (XACRIABÁ, 2020). Assim, este trabalho evidencia também que, para pensarmos as cidades, é fundamental termos como guia, referência e, sobretudo, como também propositora(e)s, aquelas e aqueles que estão na linha de frente do fazer-cidade, da construção e da reinvenção da vida no território.

Desenvolver este trabalho a partir das afetações dos encontros, da escuta que movimenta e floresce a ação coletiva, com os pés fincados no território, ao lado de uma rede de mulheres tão potentes, referências não apenas para a pesquisa, mas também para mim pessoalmente, acredito ter sido uma das maiores preciosidades dessa trajetória. Preciosidade que, como situado no início desta escrita, no primeiro capítulo, só foi possível graças ao acolhimento da minha chegada em uma rede pré-estabelecida de colaborações e atuações co-implicadas, construída há anos, entre a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal da Bahia, e os movimentos e coletividades do Centro Antigo de Salvador, desde 2016, a partir da atuação, junto a uma rede de agentes, da professora Glória Cecília Figueiredo, orientadora deste trabalho, através do Grupo de Pesquisa Lugar Comum - PPGAU/UFBA, também em parceria com a The Bartlett Development Planning Unit - University College London, e que mais tarde daria origem a Perícia Popular no Centro Histórico e Centro Antigo de Salvador, semente que germinou e fincou raízes, possibilitando e potencializando tantas outras atuações e colaborações coletivas atualmente em andamento no centro.

Assim como relatei sobre os nossos encontros, que sempre saíamos um pouco diferentes de como chegamos, certamente não sou mais a mesma depois desses dois anos. Foram percursos que envolveram, também, dificuldades, limitações e redirecionamentos de rotas. Ao longo dos caminhos de construção desta Dissertação de Mestrado, alguns momentos foram bastante desafiadores, sobretudo considerando que grande parte desta pesquisa foi desenvolvida sem poder contar com a bolsa de pós-graduação, em que fui contemplada por apenas seis meses, diante de um cenário estrutural ainda bastante precário do apoio à pesquisa no Brasil. O

que tornou necessário, durante o longo período sem a bolsa, seguir trabalhando simultaneamente ao desenvolvimento da pesquisa, reduzindo consideravelmente o tempo disponível para conseguir transmitir para o papel uma miríade de processos, questões, experiências e reflexões vivenciadas ao longo dessa trajetória.

Mas, por vezes, a atuação profissional para além do âmbito da universidade, se cruzou também com as atividades desenvolvidas durante a pesquisa acadêmica, tendo em vista os trabalhos que desenvolvi e desenvolvo junto a organizações e institutos do terceiro setor, com mobilização e incidência política e territorial no campo do direito à cidade, da justiça socioambiental, racial e de gênero. Assim, as experiências que adquiri, em complementaridade ao Mestrado, potencializaram outros conhecimentos que também foram importantes no processo, sobretudo nas atividades engajadas de assessoria nos territórios junto aos movimentos e coletividades do Centro Antigo de Salvador. Essas experiências contribuíram também para me entender melhor enquanto profissional que, não necessariamente, seguirá, nesse momento, os caminhos dentro da academia. E talvez, por essa razão, tenha sido em alguns momentos tão mais fluido as atividades e atuações em campo, e um pouco mais custoso, ainda que fundamental, o movimento de retorno para o papel.

A amplitude, complexidade e diversidade dos processos, territórios e comunidades que compõem a história e a vida do Centro Antigo de Salvador, também foram determinantes para o redirecionamento de rotas nos percursos da pesquisa. Os recortes territoriais, de questões e de temáticas realizados foram necessários para tornar possível o desenvolvimento do trabalho dentro do tempo e da realidade de um Mestrado. De forma que esta pesquisa não é capaz, e nem pretende ser, de abarcar toda uma multiplicidade de questões que incidem e atravessam os territórios e comunidades do centro. Este trabalho é apenas mais um fragmento parte de uma colcha em contínua construção.

Assim, algumas expectativas iniciais, propostas no início do desenvolvimento do projeto de pesquisa, como a elaboração de um acervo de memórias, saberes e fazeres das interlocutoras e suas ancestrais nos territórios, se mostrou, além de inviável no cronograma da pesquisa, não necessariamente uma prioridade das

próprias interlocutoras. Ainda que o trabalho tenha contribuído também para o registro das narrativas, histórias e atuações de vida e de luta dessa rede de mulheres negras do centro, durante o processo de pesquisa e diálogo, elas reforçaram a demanda por trabalhos que contribuíssem diretamente no fortalecimento das reivindicações e atuações dos movimentos, a partir de atividades engajadas de assessoria continuada enfocadas em mobilização, comunicação e incidência política.

Ainda, a escolha pelo enfoque interseccional de gênero da pesquisa, partiu, inicialmente, da minha posicionalidade e vivência na cidade enquanto mulher lésbica, ativista e integrante de movimentos de mulheres LGBTQIA+, e considerando, também, que as redes de atuação dos movimentos de lutas urbanas e socioambientais são, predominantemente, femininas, mas, sobretudo, negras. Dessa forma, enquanto uma pesquisadora branca, que não é de Salvador, em uma rede formada majoritariamente por mulheres negras, entendo que existem também limitações nas leituras e análises interseccionais que trago na pesquisa, inerentes às diferentes realidades e posicionalidades experienciadas.

Contudo, para além dos desafios e limitações do processo, e dos redirecionamentos e reorganizações necessários nos percursos de uma pesquisa implicada, foi muito especial, ao longo desses dois anos, poder aprender, contribuir, escutar, confabular e compartilhar saberes, experiências, afetos, reflexões, inquietações, tensionamentos, angústias, revoltas, alegrias, atuações e imaginações de presente e futuro. A pesquisa implicada, e a atuação engajada, diz muito sobre as relações e os laços que vão sendo tecidos durante os percursos do trabalho. Parcerias e colaborações que não se encerram no momento em que finalizamos um ciclo de pesquisa. Que sigamos imaginando, confabulando e co-construindo, nos encontros, nos almoços, nas audiências e nas ruas.

5. Referências Bibliográficas

ALMIRANTE, Juliana. **Revitalização do centro de Salvador prevê desconto em impostos e desapropriação de imóveis; moradores se preocupam**. G1 Bahia, Salvador, 20 maio 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/bahia/noticia/revitalizacao-do-centro-de-salvador-preve-desconto-em-impostos-e-desapropriacao-de-imoveis-moradores-se-preocupam.ghtml>. Acesso em: 06 fev. 2023.

ALVES, V.; BATISTOTI, A. F.; RODRIGUES, Z. P.; FERREIRA, M. S. M.; SILVA, A. da S. M. **Como produzir conhecimento nos encontros entre mulheres? Reflexões sobre experiências teórico-metodológicas com e desde as margens da cidade**. Revista brasileira de estudos urbanos e regionais. Dossiê Território, Gênero e Interseccionalidades. v. 23, E202130, 2021. DOI 10.22296/2317-1529.rbeur.202130

ARTICULAÇÃO DO CENTRO ANTIGO DE SALVADOR. **Ato Cortejo Virtual 2020**. Youtube, 2 de julho de 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=K_kNy5uL9vM&t=126s. Acesso em: 18 mar. 2021.

ARTICULAÇÃO DO CENTRO ANTIGO DE SALVADOR. **Postagens do Instagram**. Disponível em: <https://www.instagram.com/centroantigovivo/>. Acesso em: 18 mar. 2021.

AZEVEDO, Dominique; MELO, Joyce. **Projeto Revitalizar: tentativa de gentrificação ou revitalização?** Correio Nagô, jan. 2017. Disponível em: <https://correionago.com.br/projeto-revitalizar-tentativa-de-gentrificacao-ou-revitalizacao/>. Acesso em 18 ago. 2023.

BARROS, Juliana N.; PUGLIESE, Vanessa S. **Desapropriação das Memórias Indesejáveis: opressão e resistência no Centro Histórico de Salvador**. Revista da Faculdade de Direito UFPR, Curitiba, dez. 2005. ISSN 2236-7284. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/7022>. Acesso em: 24 jun. 2021.

BITTENCOURT, José Maurício Carneiro Daltro. **A Participação Popular nos Projetos Públicos de Intervenção Urbana: o caso da 7ª etapa de Revitalização do Centro Histórico de Salvador**. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2011.

BORGES, A.; BELISÁRIO, G.; PATERNIANI, S. **Habitação precária, gente promíscua: a branquidade heterossexualidade do Estado via política habitacional e o futuro do cortiço-quilombo**. 45º Encontro Anual da Anpocs, 2021.

CABNAL, Lorena. 2010. **Feminismos diversos: El feminismo comunitario**. Barcelona: ACSUR-Las Segovias. Disponível em: <https://porunavidavivible.files.wordpress.com/2012/09/feminismos-comunitario-lorena-cabnal.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2023.

CAMINHA, Ana Cristina da Silva; PERRY, Keisha-Khan Y. **"Daqui não saio, daqui ninguém me tira": poder e política das mulheres negras da Gamboa de Baixo, Salvador**. Revista Gênero, vol 9 n. 1, p. -, 2009. Disponível em: <https://ieg.ufsc.br/storage/articles/October2020/27042011-1236509artigo6perrykkyandcaminhaacs.pdf>. Acesso em 21 jun. 2022.

CAMINHA, Ana Cristina da Silva; STEWART, A. (2020). **Associação Amigos de Gegê dos Moradores da Gamboa de Baixo**. In J. Walker, M. B. Carvalho, & I. Diaconescu (Eds.), *Urban Claims and the Right to the City: Grassroots Perspectives from Salvador da Bahia and London* (pp. 153–159). UCL Press. Disponível em: <http://www.istor.org/stable/j.ctv13xprh7.40>. Acesso em 27 mar. 2023.

CAMINHA, A. C. S.; SAPUCAIA, A. BOAVENTURA, B.; SILVA, D.; SANTOS, F.; SALDANHA, F.; PASSOS, G.; FRAGA, J.; OLIVEIRA, L.; PINHEIRO, L.; ARAÚJO, M.; ROSÁRIO, R. S.; SALES, T. **A Gamboa de Baixo sob a Ótica da Multirreferencialidade**. In: *Práticas Coletivas e o Direito à Cidade em Salvador*. Grupo de Pesquisa Lugar Comum, Salvador, Bahia, 2018. Disponível em: https://www.ucl.ac.uk/bartlett/development/sites/bartlett/files/salvador_report_ufba_port.pdf. Acesso em: 31 mai. 2022.

CAMPOS, Wagner Moreira. **Resistências Populares Urbanas: evidenciando os conflitos decorrentes do Projeto de Gentrificação do Centro Antigo de Salvador**. In: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (Org.). *Seminário Nacional de Política Urbana: Territórios Tradicionais, Culturais, Centros Históricos e Gestão Democrática*. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=THBBSdpCIKg&t=8340s>. Acesso em: 22 jun. 2021.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CENTRO CULTURAL QUE LADEIRA É ESSA?. **Postagens do Instagram**. Disponível em:

<https://www.instagram.com/queladeiraaessa/>. Acesso em: 25 set. 2023.

CHAVES, Kena Azevedo. **Corpo-território, reprodução social e cosmopolítica: reflexões a partir das lutas das mulheres indígenas no Brasil**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona:

Universitat de Barcelona, vol. 25, Núm. 4 (2021), p. 51-71. Disponível em:

<https://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/32707/36399>. Acesso em: 05 jul. 2022.

Corpo, Discurso e Território: **Interseccionalidade e Planejamento Urbano** [Locução de]: Gabriela Leandro Pereira e Mayara de Paula. [S.l.] Março de 2020. Disponível em:

<https://open.spotify.com/episode/6xaUrrPeWXdXUPAKESZh2p>. Acesso em: 16 jan. 2023.

Corpo, Discurso e Território: **Racismo Institucional na revisão do PDDU de Salvador de 2016**. [Locução de]: Gabriela Leandro Pereira e Bethânia Boaventura. [S.l.] Abril de 2020. Disponível em:

<https://open.spotify.com/episode/00Vvk407WD6ob9dIJsY05c8>. Acesso em: 16 jan. 2023.

CORREIA, Alice; COELHO, Carolina; SALLES, Livia. **Cidade Interseccional: o direito à cidade nas perspectivas de gênero e raça**. Disponível em:

<https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/o-direito-cidade-nas-perspectivas-de-genero-e-raca/>. Acesso em: 27 mai. 2021.

CRENSHAW, Kimberle. **Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color**. Stanford Law Review, Vol. 43, No. 6, Jul., 1991. p. 1241-1299.

CRUZ MELO, Jecilda Maria; STEWART. **Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico (AMACH)**. In: Urban Claims and the Right to the City: Grassroots Perspectives from Salvador Da Bahia and London, UCL Press, 2020. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/j.ctv13xprh7.41>. Acesso em: 22 jun. 2022.

CRUZ, C. D. S. da; SANTANA-FILHO, D. M. de . **Racismo e Direito à Cidade: uma análise sobre a cidade de Salvador**. Opará: Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação, [S. l.], v. 8, n. 12, p. e132010, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/opara/article/view/10749>. Acesso em: 13 jul. 2023.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

Elas Fazem Cidade. **As Transformações do Espaço: Cultura, História e Memória**. [Locução de]: Zara Pereira Rodrigues, Vilma Santos e Sandra Regina.[S.I.] Coletivo Trama, Salvador, Bahia, 22 abril 2022. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/2x9xCnlSN77kKZRgHNI8ZW?si=-zEaDQiSFeN9d14IqL6-g&utm>. Acesso em: 15 jul. 2022.

Elas Fazem Cidade. **Com e Para Juventudes**. [Locução de]: Zara Pereira Rodrigues, Irmã Jacira Queiroz e Suzany Varela.[S.I.] Coletivo Trama, Salvador, Bahia, 13 abril 2022. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/1FlnoUHF3MciAr9hj9Gco0?si=pzIBMjcXRSmX8PePm2Ku00&utm>. Acesso em: 15 jul. 2022.

Elas Fazem Cidade. **Saberes das Águas**. [Locução de]: Zara Pereira Rodrigues, Maria do Xindó e Ana Caminha.[S.I.] Coletivo Trama, Salvador, Bahia, 29 abril 2022. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/OrEOf2cyiE89dZ2woB7fs9?si=zx0kpXj3RiKOHEAb0Cb3xw&utm>. Acesso em: 14 jul. 2022.

FERNANDES, Ana; FIGUEIREDO, Glória Cecília dos Santos; PEREIRA, Gabriela Leandro. Weaving commons in Salvador (Bahia, Brazil): Urgency, recognition, convergence. In: Stavros Stavrides; Penny Travlou. (Org.). *Housing as Commons*. 1 ed. London: Bloomsbury Academic, 2022, v. 1, p. 19-41.

FIGUEIREDO, Angela. **Epistemologia Insubmissa Feminista Negra Decolonial**. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 12, n. 29, p. e0102, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180312292020e0102>. Acesso em: 13 jan. 2023.

FIGUEIREDO, Glória; ESTÉVEZ, Brais. **Perícia Popular do Centro Histórico de Salvador: Vida Urbana Negra e Máquina Patrimonial**. In: GLEDHILL, J.; HITA, M. G.; PERELMAN, M. (Org.). *Disputas em torno do Espaço Urbano: processos de [re]produção, construção e apropriação da cidade*. 2. ed. Salvador: EdUFBA, 2020, cap. 7, p. 191-220.

FIGUEIREDO, Glória; ESTÉVEZ, Braiz; ROSA, Thaís Troncon. **The Black City: Modernisation and fugitivities in Salvador, Bahia, Brazil**. *Radical Housing Journal*, v. 2, p. 55–82, dec. 2020.

FONTES, Giovanna Soares. **Corpo-Território: a luta anti-extrativista das mulheres latinoamericanas**. Observatório Feminista de Relações Internacionais, 2021. Disponível em: <https://ofri.com.br/corpo-territorio-a-luta-anti-extrativista-das-mulheres-latino-americanas/>. Acesso em: 4 jul. 2022.

FONTOURA, Natália; et al. **Pesquisas de uso do tempo no Brasil: contribuições para a formulação de políticas de conciliação entre trabalho, família e vida pessoal**. Revista Econômica, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 11-46, junho de 2010.

GAGO, Verónica. **A potência feminista ou o desejo de transformar tudo**. São Paulo, Elefante, 2020.

GARTOR, Miriam. **As mulheres na luta contra o extrativismo na América Latina**. Vermelho, 2014. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2014/02/27/as-mulheres-na-luta-contr-o-extrativismo-na-america-latina/>. Acesso em: 4 jul. 2022.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.

HAESBAERT, R. **Do Corpo-território ao Território-Corpo (Da Terra): contribuições decoloniais**. GEOgraphia, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/43100/24532> . Acesso em: 4 jul. 2022.

HARKOT, Marina Kohler. **A bicicleta e as mulheres: Mobilidade ativa, gênero e desigualdades socioterritoriais em São Paulo**. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Área de concentração: Planejamento Urbano e Regional: São Paulo, 2018.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do Direito à Cidade à Revolução Urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

HELENE, Diana. **Gênero e Direito à Cidade a partir da Luta dos Movimentos de Moradia**. Cadernos Metrópole, São Paulo, v. 21, n. 46, pp. 951-974, set/dez 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/VwmjkbMZB7PYMvxTwZrXf9t/?lang=pt>. Acesso em: 24 jun. 2021.

HITA, Maria Gabriela. **A Casa das Mulheres N'Outro Terreiro: famílias matriarcais em Salvador**. Salvador: EDUFBA, 2014.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

IPEA/ONU. **Retrato das desigualdades de gênero e raça - 1995/2015**. Brasília, 2015. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/retrato/>. Acesso em: 12 set. 2022.

JORNAL CORREIO. **Moradores da Preguiça pedem ajuda para realizar a Festa Banho de Mar à Fantasia**. Salvador, Bahia, 2023. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/salvador/moradores-da-preguica-pedem-ajuda-para-realizar-a-festa-banho-de-mar-a-fantasia--0223>. Acesso em: 25 set. 2023.

MACEDO, R. S.; MACEDO DE SÁ, S. M. **A etnografia crítica como aprendizagem e criação de saberes e a etnopesquisa implicada: entretecimentos**. Currículo sem Fronteiras, online, v. 18, n. 1, p. 324-336, jan./abr., 2018.

MARTINS, Leda Maria. **Afrografias da memória: o reinado do Rosário do Jatobá**. 2.ed. Belo Horizonte: Mazza Edições; São Paulo: Editora Perspectiva, 2021.

MAIA, Suzana Moura. **Espaços de branquitude: segregação racial entre as classes médias em Salvador, Bahia**. Século XXI – Revista De Ciências Sociais, 9(1), 253-282. 2019. <https://doi.org/10.5902/2236672536942>. Acesso em: 18 jul. 2023.

LADEIRA DA PREGUIÇA (Coletivo de Moradores). **Dossiê: impactos da construção da Bahia Marina e sua ampliação**. Salvador, Bahia, 2018.

LAZZARETI, Angelene. **No Entre, À Escuta**. Repertório, Salvador, ano 24, n. 37, p. 60-80, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revteatro/article/view/38727>. Acesso em: 07 ago. 2023.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. Tradução de T. C. Netto. São Paulo: Documentos, 1968.

LIMA, Aline; PRAÇA, Marina. **Construção coletiva de conhecimento desde os corpos-territórios das mulheres**. Instituto PACS: Rio de Janeiro, 2018. Disponível em:

<http://biblioteca.pacs.org.br/publicacao/a-terra-ensina-a-gente-a-se-defender-e-a-vida-insiste-em-viver-construcao-coletiva-de-conhecimento-desde-os-corpos-territorios-das-mulheres/>. Acesso em: 16 abr. 2021.

LINHARES, Juliana; FERREIRA, Marina. **A Branquidade das Intervenções Urbanas e a Vida nas Margens: Salvador, essa bolsa de histórias**. V. 1 n. 13 (2022): Teoria e Práxis Contemporânea. Disponível em: <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/projectare/article/view/5404>. Acesso em: 10 jul. 2023.

LUGAR COMUM. **Pipoco: plataforma de conflitos urbanos**. 2020. Disponível em: <https://www.pipocoufba.com>. Acesso em: 13 jun. 2021.

LUGAR COMUM. **Perícia Popular no Centro Histórico e Centro Antigo de Salvador**. 2023. Disponível em: <https://accspch.wixsite.com/faufba>. Acesso em: 16 jul. 2023.

MACEDO, R. S.; MACEDO DE SÁ, S. M. **A Etnografia Crítica como Aprendizagem e Criação de Saberes e a Etnopesquisa Implicada: Entrecimentos**. Currículo sem Fronteiras, online, v. 18, n. 1, p. 324-336, jan./abr., 2018.

MAESTRO, Irene. **O Papel Histórico das Mulheres nas Lutas Territoriais**. In: KOETZ, V.; MARQUES, H.; CERQUEIRA, J. *Direito à Cidade: uma visão de gênero*. São Paulo. IBDU, 2017. p. 47-55.

MARINHO, Caio Oliveira. **A Revitalização do Centro de Salvador: figurações do seu campo de conflitos**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Carlos, 2022.

MONTEIRO, Poliana G. **A Produção Feminista do Espaço: costurando uma colcha epistêmica para pensar a cidade e as lutas urbanas**. Anais XVIII ENANPUR. São Paulo: ANPUR, 2019. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=1465>. Acesso em: 15 abr. 2021.

MONTEIRO, Poliana G.; MEDEIROS, Mariana; NASCIUTTI, Luiza. **Insurgência Feminina: A ética do cuidado e a luta contra a remoção**. Anais XVII ENANPUR. São Paulo: ANPUR, 2017. Disponível em: http://anpur.org.br/xviiienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%209/ST%209.3/ST%209.3-03.pdf. Acesso em: 30 mai. 2021.

MONTOYA URIARTE, Urpi. **Os Tempos da Ladeira da Preguiça: etnografia de longa duração de uma micro localidade do centro histórico de Salvador**. Revista de Antropologia a USP, v. 65 n. 1: e192795, 2022.

Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/192795/181538>. Acesso em: 07 fev. 2023.

_____, Urpi. 2020. BARRETO, Natália; CARIA, Luisa; NOVAES, Marina; PRUDENTE, Artur. **O Censo da Gente e para a Gente**. Dados socioeconômicos da Comunidade da Preguiça. Disponível em:

<https://www.panoramasurbanos.com.br/censo-preguica> . Acesso em: 07 fev 2023.

MOURAD, Laila N. **O processo de gentrificação do centro antigo de Salvador 2000 a 2010**. 2011. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

MUXI, Zaida. MONTANER, Josep. **Arquitectura y Política: ensayos para mundos alternativos**. Barcelona, España. Editorial Gustavo Gill, 2011.

NASCIMENTO, Beatriz. **“O conceito de quilombo e a resistência cultural negra” [1985]**, In: NASCIMENTO, Beatriz Maria. Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: Possibilidade nos dias de destruição. Coletânea organizada e editada pela UCPA [União dos Coletivos Pan-Africanistas. Editora Filhos da África, 2018.

Ocupar e Resistir: o coração do Centro Histórico. Direção: André Rupp. Produzido por: Perícia Popular no Centro Antigo. Salvador, Bahia. 2023.

OLIVEIRA, Ícaro. **A Nova Política Urbana para o Centro Antigo de Salvador - Bahia**. In: MARCÚS, Juliana; et al. (Org.). La Ciudad Mercancía. Turistificación, renovación urbana y políticas de control del espacio público. 1. ed. Buenos Aires: EPUB, 2017, cap. , p. 63-86.

OLIVEIRA, Lis Santana Marques. **Passado e Presente das Relações da Gamboa de Baixo com seu Entorno e a Luta de seus Moradores pela Sobrevivência no Espaço**. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2020.

PELIZZOLI, Marcelo. **Notas sobre Escuta Transformadora e Empática**. Universidade Federal do Pernambuco (UFPE), Recife. Disponível em:

<https://www.ufpe.br/documents/634748/0/Escuta+Transformadora+e+Pr%C3%A1ticas+Restaurativa.pdf/cd704cb0-8b63-4a84-b6d1-3d3150bfb7e9>. Acesso em: 10 jul. 2023.

Pela Cidade: Cidade, Gênero e Interseccionalidades. [Locução de]: Paula Freire Santoro. [S.l.] LabCidade, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 14 maio 2019. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/4wr9HJjxEhIFAfWCO4A63f>. Acesso em: 27 mai. 2021.

Pela Cidade: Cidade, Gênero e Interseccionalidades. [Locução de]: Gabriela Leandro Pereira. [S.l.] LabCidade, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 14 maio 2019. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/6takQ4ygpRXQ8o98Maxx06>. Acesso em: 27 mai. 2021.

PERAZZO, Priscila F. **Narrativas Oraís de Histórias de Vida.** Dossiê Comunicação & Inovação, PPGCOM/USCS v. 16, n. 30 (121-131) jan-abr 2015. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/2754 . Acesso em 21 set. 2023.

PEREIRA, Gabriela Leandro. **Direito à Cidade e Questões Raciais.** Revista Coletiva, Recife, n. 24, jun. 2019. Disponível em: <https://www.coletiva.org/dossie-direito-a-cidade-n24-artigo-direito-a-cidade-e-questoes-racia>. Acesso em: 14 jan. 2023.

PEREIRA, Gabriela Leandro. **Racialidade e cidade: um encontro imprescindível e urgente.** In: Daniela Abritta Cota; Liziane Peres Mangili; Márcia Saeko Hirata; Maria Clara Santos; Tatiane Marina Pinto de Godoy. (Org.). Realidade urbana brasileira: problemas, desafios e possibilidades para a efetivação do Direito à Cidade. 1ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2021, v. 1, p. 108-118.

PERRY, Keisha-Khan Y. **"Daqui não saio, daqui ninguém me tira": A Luta das Mulheres Negras pelo Direito à Terra no Brasil.** Salvador: EDUFBA, 2022.

Pescadoras em Rede: as Mulheres da Gamboa de Baixo. Direção: Lucas Ribeiro Sousa. Produzido por: Coletivo TRAMA. Salvador, Bahia. Canal Futura - Fundação Roberto Marinho, 2022.

PONTE JORNALISMO. **A Geografia e Resistências da Gamboa.** **Jornal Outras Palavras: Outras Mídias.** Salvador, Bahia, 2022. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/bahia-a-geografia-e-resistencia-da-gamboa/> Acesso em: 11 set. 2023.

PORTAL SALVADOR. **Prefeitura de Salvador realiza leilão de 13 terrenos públicos.** Agosto de 2023.

Disponível em:

<https://www.portalsalvadorfm.com.br/noticias/119485,prefeitura-de-salvador-realiza-leilao-de-13-terrenos-publicos>. Acesso em: 09 out. 2023.

QUEIROZ, Ana Luísa; et al. **Mulheres Atingidas: Territórios Atravessados por Megaprojetos.** Instituto Pacs:

Rio de Janeiro, 2021. Disponível em:

<http://biblioteca.pacs.org.br/publicacao/mulheres-atingidas-territorios-atravesados-por-megaprojetos/>.

Acesso em: 13 abr. 2021.

RAUL, Jessica Mara. **Mulheres negras, movimentos sociais e direito à cidade: uma perspectiva para as políticas públicas.** E-metropolis: Revista eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais, v. 1, pp. 46-53, set. 2015.

Disponível em:

http://emetropolis.net/system/edicoes/arquivo_pdfs/000/000/022/original/emetropolis_n22.pdf?1447896390. Acesso em: 25 jun. 2021.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Dança de sentidos: na busca de alguns gestos.** In: BRITTO, F. D.; JACQUES, P. B. (Org.). *Corporidade: debates, ações e articulações.* Salvador: EDUFBA, 2010, p. 24-41.

ROLNIK, R.; REIS, J.; SANTOS, M. P.; IACOVINI, R. F. G. **Como fazer valer o direito das mulheres à moradia?**

Relatoria Especial da ONU para o Direito à Moradia Adequada, 2011.

ROY, Ananya. **Dis/possessive collectivism: Property and personhood at city's end.** *Geoforum*, 80, p. A1-A11. 2017. Disponível em:

<https://unequalcities.org/wp-content/uploads/sites/17/2019/01/Roy-Ananya-Dispossessive-Collectivism-Geoforum.pdf>. Acesso em 15 jul. 2024.

SANTORO, Paula Freire. **Por uma agenda de pesquisa sobre a cidade, as mulheres e as interseccionalidades.** [S.N.] LabCidade, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 8 março de 2019. Disponível em:

<http://www.labcidade.fau.usp.br/por-uma-agenda-de-pesquisa-sobre-a-cidade-as-mulheres-e-as-interseccionalidades/>. Acesso em: 28 mai. 2021.

_____, Paula Freire; et al. **Despossessão, violências e a potência transformadora: um olhar interseccional sobre as remoções.** In: MOREIRA, F. A.; ROLNIK, R.; SANTORO, P. F. (Org.). Cartografias da Produção, Transitoriedade e Despossessão dos Territórios Populares. Observatório de Remoções: São Paulo, 2020.

SANTOS, Vitor Fonseca. **O silente despejo dos ocupantes populares do centro: estudo sobre a relação da política urbana do Governo Estadual com o Movimento Sem Teto da Bahia entre 2007 e 2014.** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade De Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2017.

SILVA, Juliana Catarine Barbosa. **Muito além da questão ambiental: discursos sobre as gestões dos riscos no contexto das emergências e desastres.** Tese de Doutorado em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

SILVA, Leonardo Santos Aguiar. **Revitalização Urbana: uma questão de raça.** Dissertação de Mestrado em Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2019.

SILVA, Natália Alves. **Feminismo Negro e Produção do Espaço: as ocupações urbanas em uma abordagem interseccional-espacial.** Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2018.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA BAHIA. **Centro Antigo de Salvador: uma região em debate.** Salvador: 2008. Disponível em: http://www.cultura.ba.gov.br/arquivos/File/Miolo_Infocultura_n_02_web.pdf. Acesso em: 21 jun. 2021.

VIDA, Samuel; EVANGELISTA, Roberto. **Apartheid Baiano: desigualdades Raciais/Salvador e Região Metropolitana.** Salvador: Escritório Nacional Zumbi dos Palmares, 2000.

VIEIRA, Cláudia Andrade. COSTA, Ana Alice. **Fronteiras de Gênero no Urbanismo Moderno.** Revista Feminismos UFBA vol. 2, n. 1, abr. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30014>. Acesso em: 27 mai. 2021.

VILLAGRÁN, Paula Soto. **Patriarcado y orden urbano. Nuevas y viejas formas de dominación de género en la ciudad.** In: Revista Venezolana de Estudios de la Mujer, v. 19, n. 42. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2014.

XACRIABÁ, Célia; XACRIABÁ, Edvaldo; XACRIABÁ, Vicente. **Corpo-Território**. In: Exposição Mundos Indígenas (organizadoras) Ana Maria R. Gomes [et al.]. Belo Horizonte: Espaço do Conhecimento UFMG, 2020.

6. Anexos

6.1. Nota da Articulação do Centro Antigo entregue no ciclo de debates “Pensar A Cidade”

O Patrimônios somos nós, a gente!

Apesar de tanto não, tanta dor que nos invade

Somos nós a alegria da cidade

Apesar de tanto não, tanta marginalidade

Somos nós a alegria da cidade

- *Lazzo Matumbi*

Atravessadas/os, ainda, pela experiência de estar nas ruas no 2 de Julho, no início do mês, espaço que não abrimos mão, a **Articulação do Centro Antigo de Salvador** ressalta por meio deste documento, nossas denúncias e nossas propostas para a cidade, a nossa cidade. Enfatizamos, hoje e sempre, que a construção de soluções para a insegurança e miserabilidade histórica do Centro Antigo só serão legítimas com a escuta radical do povo negro que vive e trabalha nesse território. Porque **o Patrimônio somos nós**. CULTURA VIVA!

Temos observado nos últimos anos, a destinação de investimentos milionários por parte do poder público junto à iniciativa privada para implementar projetos urbanísticos de “melhoria” da infraestrutura local, aliados aos programas de incentivos fiscais voltados a atrair o setor turístico imobiliário para a região. Esse processo tem se dado sem que haja uma construção conjunta com a população local, em sua grande maioria negra, no sentido de garantir sua permanência no território, sobretudo junto às famílias e movimentos sociais ligados à luta por moradia digna. Esse processo tem nome e precisa ser ecoado em alto e bom som: **racismo institucional!**

O turista vem ver a diáspora africana, com seu modo de vida culturalmente histórico. O pelourinho é o palco dos ofícios tradicionais do povo preto, seja por meio das baianas de acarajé em seu trajes tradicionais, as/os vendedoras/es ambulantes mercando as fitas do Senhor do Bonfim, as trancistas e os seus penteados pelas ruas dos Pelourinho, as grandes rodas de capoeiras ocupando as praças. No entanto, se faz evidente que a população oriunda do Centro Antigo de Salvador é refém dos baixos investimentos em Políticas Públicas efetivas que enfrentam as questões sociais presentes neste território.

O **Programa Salvador 360**, lançado em 2017, previa o investimento de cerca de R\$200 milhões em melhoria da infraestrutura dos equipamentos públicos, monumentos e casarões antigos do Centro, além da requalificação do sistema viário. No entanto, o programa recebeu críticas da sociedade civil por não contemplar a população local na sua estratégia de revitalização. Igualmente, o **Projeto Revitalizar** (Lei n. 9.215/2017), incentiva a requalificação e reforma de casarões antigos, além de conceder benefícios fiscais, como isenção e redução de impostos para abrigar redes hoteleiras, restaurantes, galerias e lojas de alto padrão de consumo, ao invés de incentivar o cumprimento da função social da propriedade e legitimar a população negra local que habita o território.

Esse contexto, então, intensificou o processo violento de expulsão das/os moradoras/es históricos dessa região, tendo em vista que, ao invés de haver uma potencialização do patrimônio imaterial, conjuntura que estabelece diante da cultura negra ali presente, a desigualdade social passou a ser cada vez mais fomentada neste espaço. Assim, diante da ausência histórica de políticas públicas - voltadas a implementação de programas de habitação de interesse social e de equipamentos de saúde, educação, oferta de empregos e lazer no Centro destinadas à população negra local, vivenciamos o aumento da escassez e da precarização das condições de vida no Centro Antigo de Salvador que geram disputas e acirramentos das relações.

Ademais, ressalta que esses processos se intensificaram durante a pandemia do COVID-19 através da flexibilização de legislações urbanísticas, a ampliação de benefícios fiscais para o setor turístico-imobiliário e o aumento dos despejos. Do mesmo modo, não se pode deixar de destacar que vivenciamos no cenário nacional o aumento da fome, da falta de moradia, na concentração de renda nas mãos de poucos, no índice de desemprego e no preço dos alimentos que agravaram as condições de vida e aumento das desigualdades sociais no país.

Diante o contexto e da iminência do processo de revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador, nos posicionamos, mais uma vez, em defesa da participação popular e da garantia plena ao direito social à moradia. A habitação é uma necessidade humana básica e que precisa ser dia-a-dia satisfeita para a reprodução da própria vida humana. O Poder Público, por sua vez, tem a responsabilidade e dever de garantir moradia para famílias e a população que, historicamente, tiveram retiradas as possibilidades e condições objetivas para tal - visando garantir o direito à igualdade formal e material.

Queremos e disputamos um PDDU que não olhe para o capital privado, mas, sim, olhe para sua gente, sobretudo, as que não são vistas e são impedidas de estar nos espaços de incidência política, sob pena de produção de uma plano que não se encaixe na realidade social e descumpra preceitos constitucionais, essenciais para o desenvolvimento social e cultural de uma cidade.

As nossas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) precisam ser reconhecidas, não enquanto lugares de deficiência, mas, sim, de potência! A regularização e garantia da segurança jurídica e fundiária precisa estar na ordem do dia de maneira interseccional nas mais diversas ações do Poder Público, todos os dias. Afinal, em cada território, em cada ZEIS, existem características intrínsecas e orgânicas que só acontecem da maneira que acontecem por estar onde estão, que por sua vez, influencia na dinâmica de toda a cidade.

Não esqueceremos, denunciemos e exijamos, em todos os espaços que tiver uma de nós, reparação aos moradores da Rua Monsenhor Rubens Mesquita do Tororó, ZEIS 1, que foram expulsos pela Prefeitura de Salvador para viabilizar a construção de um estacionamento do Shopping Nova Lapa no lugar de suas casas e história! Essa luta não acabou!

Além disso, sabemos que as estratégias que vêm sendo discutidas e implementadas para mitigar os problemas da “violência” no Centro Histórico de Salvador, a exemplo do aumento do aparato da guarda municipal, não atuam sobre a causa, mas, sim, sobre os efeitos do problema. Portanto, reforça que medidas desse tipo, servem apenas como meio de potencializar ainda mais os casos de violência, os quais passaram a se instaurar nesse espaço por conta da falta de políticas públicas que vejam essa parte da sociedade como digna de exercer os direitos fundamentais expressos em constituição, além de aumentar a sensação de insegurança nas localidades.

A polícia, para o povo negro, nunca foi sinônimo de segurança, mas sim executora de um processo violento e política de guerra aos nossos territórios negros. Não esqueceremos, denunciemos e exijamos, em todos os espaços que tiver uma de nós, justiça por Alexandre dos Santos, Cleverson Guimarães, Patrick Sapucaia e todos os jovens negros que tombaram!

Apontamos, portanto, a necessidade de que a Prefeitura de Salvador passe a investir verdadeiramente em Políticas Públicas que perpassam a questão social e racial geral desse contexto populacional e territorial, entendendo que as/os moradoras/es históricos desse território são quem o dá vida. Dessa forma, cabe asseverar a necessidade de olhar para o Centro Antigo com o respeito devido, implementando meios de efetivação de saúde, educação, assistência social, infraestrutura, lazer e esportes, assim como concretizar reformas e qualificação dos casarões para moradia popular, trabalho e geração de renda, pois só assim o problema de violência pública será sanado de verdade.

Se o Distrito Cultural do Centro Histórico e Comércio de Salvador visa fazer jus a sua finalidade é necessário que o Poder Público, todos eles, olhe para a sua gente! É a gente que mora que dá vida às ruas e sustentação aos imóveis. A gente é o maior patrimônio do nosso território! Por isso, nenhuma decisão está em harmonia com a práxis, nenhuma decisão é legítima, se nós não participamos de todos os processos. Nada sobre nós sem nós! Exigimos estar nas mesas dos debates e nos espaços de tomada de decisões, como também na construção do documento final, que será escrito a partir do dia 26 de julho, para cumprirmos o nosso papel legal de fiscalização e incidência!

Resgatamos a palavra de Lazzo Matumbi, para lembrar que apesar de tanta dor que invade o território e a gente do Centro Antigo de Salvador, somos nós a alegria da cidade! Garantir os direitos, liberdades e dignidade, portanto, assim como a memória e a nossa participação social nos projetos urbanísticos é o meio urgente para a efetivação de uma cidade justa e democrática.

Contra o projeto de horror orquestrado pelo capital privado, disputamos e ocupamos todos os espaços, como meio de afirmação, organização e publicidade das questões raciais e sociais do nosso território! **Contra a marginalização e estigmatização, apostamos nos nossos modos de fazeres e saberes, a cultura preta, como caminhos de apresentação de horizontes para as meninas e os meninos do nosso território e entorno e disputas de narrativas! Contra o concreto cinza e entulhos, as cores e as memórias dos nossos ancestrais como espada e escudo na luta pela justiça social! Contra a especulação imobiliária, a vida!**

6.2. Documento entregue para os atores institucionais na Audiência Pública Popular “Viver, Morar, Trabalhar no Centro Histórico e Centro Antigo de Salvador”

Salvador/BA, 27 de Outubro de 2023.

Aos Órgãos, Secretarias e Entidades,

Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER);

Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF);

Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC);

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN);

Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano (SEDUR);

Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SECULT);

Superintendência do Patrimônio da União na Bahia (SPU);

Caro(a)s representantes,

Considerando a **Audiência Pública Popular “Viver, Morar, Trabalhar no Centro Histórico e Centro Antigo de Salvador”**, realizada na data de 19 de outubro de 2023, às 14h, no Centro de Estudos dos Povos Afro-Índio-Americanos (CEPAIA/UNEB), organizada pela **Articulação do Centro Antigo** e pelo Vereador Sílvio Humberto, e convocada por uma ampla frente formada por Movimentos e Comunidades do Centro Antigo de Salvador:

Vimos por meio desta propor, conforme os encaminhamentos da Audiência, que seja instituído um **Núcleo Popular de Mediação de Conflitos Fundiários**, composto por órgãos e entidades pertencentes ao Município,

Estado e União, para tratar dos temas que envolvem os territórios do Centro Histórico e Centro Antigo de Salvador.

Por conseguinte, solicitamos que cada órgão e entidade indique o nome da pessoa que irá compor o citado Núcleo até a data de 13 de novembro de 2023.

Conforme acordado na Audiência, anexamos nesta carta as perguntas elaboradas por moradora/es do Centro Antigo, para que, as que ainda não foram respondidas por Vossas Senhorias, sejam respondidas em nossa próxima Audiência Pública Popular, marcada para a data de 27 de novembro de 2023.

Com votos de estima e consideração.

Para a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER):

- Perguntas da Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico (AMACH)
 - O modelo de contrato de concessão de direito real de uso proposto pela CONDER para os imóveis entregues na 7ª Etapa prevê prazo de 10 anos, renovável por igual período, mas a renovação nunca foi feita. Como não há obstáculo nem no Decreto-Lei 271/1967, nem na Lei 11.481/2007 e nem no Código Civil, o que impede a CONDER e o Governo da Bahia (e outros entes públicos) de firmar contratos de duração mais longa para evitar deixar as famílias sem cobertura legal para sua posse sobre os imóveis?
 - Por que não regularizar a situação das famílias ocupantes e sem-teto do Centro Histórico aqui pro próprio Centro, considerando que toda a nossa vida e a nossa história estão estruturadas nesse território?

- Porque o Governo não garante a manutenção na infraestrutura das moradias, mas garante que as edificações do bairro do Comércio se mantenham em boas condições?
- Mesmo sendo um antigo comerciante, proprietário de um bar, conhecido no bairro, o governo tomou meu ponto comercial e informou que não retornará. Qual a legalidade nessa ação do governo? Quando nosso ponto será devolvido?
- Perguntas de antiga/os moradora/es da Vila Nova Esperança - Rocinha:
 - As moradias da comunidade serão destinadas somente aos antigos moradores ou alguns funcionários públicos irão ter acesso, assim como foram em outras comunidades do Centro Antigo de Salvador?
 - O Governo Estadual irá disponibilizar mais cursos profissionalizantes para a comunidade?
- Perguntas da Comunidade da Ladeira da Preguiça:
 - Sobre a questão de quem trabalha na área da Ladeira da Preguiça e na Praia da Preguiça, qual a previsão de nos proporcionar uma área de lazer e de encontro para a comunidade da Ladeira?
 - Sobre a revitalização da iluminação pública, manutenção e cobertura de esgotamento sanitário e saneamento, e sobre a situação de todas as casas da Ladeira da Preguiça, de forma a garantir a nossa permanência, quais ações estão sendo pensadas para serem realizadas?
- Perguntas da Comunidade do Tororó:
 - Por que o povo pobre, preto e da periferia não pode morar no Centro?
- Perguntas de ambulantes do Centro Histórico:

- Os barraqueiros querem saber sobre quando será o retorno para a Praça do Terreiro de Jesus, porque foram retirados por conta da reforma.
 - Os ambulantes do Pelourinho querem saber porque nos eventos que acontecem no Largo do Pelô não podem mais colocar as barracas como antes.
 - Nós da comunidade do Centro gostaríamos de saber porque estamos fora de nossas moradias, considerando que nascemos aqui, trabalhamos aqui. Porque não podemos morar aqui?
- Perguntas adicionais:
 - A Constituição do Estado da Bahia assegura à população de baixa renda direito de uso de propriedade urbana do Estado ocupada pelo prazo mínimo de cinco anos (artigo 169, parágrafo 3º). Por que este instrumento não tem sido usado pela CONDER e pelo IPAC para assegurar a regularização fundiária de ocupações nos prédios vazios de propriedade do Governo da Bahia no Centro Histórico e Centro Antigo?
 - Existem imóveis do Governo da Bahia sob gestão da Bahia Investe no Centro Histórico e Centro Antigo? Em caso positivo, quais são, e quais finalidades foram dadas a eles? Algum deles têm sido utilizados para moradia popular?

Para o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC):

- Perguntas da Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico (AMACH)
 - Quais obstáculos legais, institucionais ou orçamentários impedem o uso do parque imobiliário do Governo da Bahia no Centro Histórico e Centro Antigo para fins de moradia popular, beneficiando a população do próprio território? Por que não são elaborados mais projetos neste sentido?

- Perguntas de antiga/os moradora/es da Vila Nova Esperança - Rocinha:
 - As moradias da comunidade serão destinadas somente aos antigos moradores ou alguns funcionários públicos irão ter acesso, assim como foram em outras comunidades do Centro Antigo de Salvador?
 - O Governo Estadual irá disponibilizar mais cursos profissionalizantes para a comunidade?

- Perguntas da Comunidade do Tororó:
 - Por que o povo pobre, preto e da periferia não pode morar no Centro?

- Perguntas adicionais:
 - A Constituição do Estado da Bahia assegura à população de baixa renda direito de uso de propriedade urbana do Estado ocupada pelo prazo mínimo de cinco anos (artigo 169, parágrafo 3º). Por que este instrumento não tem sido usado pela CONDER e pelo IPAC para assegurar a regularização fundiária de ocupações nos prédios vazios de propriedade do Governo da Bahia no Centro Histórico e Centro Antigo?
 - Existem imóveis do Governo da Bahia sob gestão da Bahia Investe no Centro Histórico e Centro Antigo? Em caso positivo, quais são, e quais finalidades foram dadas a eles? Algum deles tem sido usado para moradia popular?
 - Por que não existem representantes das comunidades e movimentos no GT intersecretarial criado em 21 de setembro de 2023 pelo IPAC para lidar com os imóveis do Estado no Centro?

Para a Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF):

- Perguntas da Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico (AMACH)

- Em entrevistas na televisão e jornais, a prefeitura sempre diz que está melhorando a qualidade de vida da população da cidade com creches, escolas e unidades de saúde. Mas porque as crianças não tem aqui no bairro uma escola boa e confortável? Qual o interesse da prefeitura em não dar qualidade de vida às pessoas que moram aqui?
- A prefeitura divulga vários programas de benefícios e incentivos voltados aos empresários que queiram trazer seus negócios para o Centro, mas porque não há investimento para o pequeno comerciante local que já vive e trabalha no Centro?
- Quais são os Projetos Habitacionais que estão sendo desenvolvidos para as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) do Centro Antigo de Salvador?
- Perguntas de antiga(o)s moradora(e)s da Vila Nova Esperança - Rocinha:
 - As moradias da comunidade serão destinadas somente aos antigos moradores ou alguns funcionários públicos irão ter acesso, assim como foram em outras comunidades do Centro Antigo de Salvador?
- Perguntas da Comunidade da Ladeira da Preguiça:
 - Qual a previsão da elaboração de um projeto popular de regularização fundiária e habitação social para a ladeira e como isso irá garantir efetivamente o nosso direito à moradia?
 - Sobre a questão de quem trabalha na área da Ladeira da Preguiça e na Praia da Preguiça, qual a previsão de nos proporcionar uma área de lazer e de encontro para a comunidade da Ladeira?
 - Sobre a revitalização da iluminação pública, manutenção e cobertura de esgotamento sanitário e saneamento, e sobre a situação de todas as casas da Ladeira da Preguiça, de forma a garantir a nossa permanência, quais ações estão sendo pensadas para serem realizadas?

-
- Perguntas da Comunidade do Tororó:
 - O que será construído no lugar das casas dos moradores da Rua Senhor Rubens Mesquita que foram expulsos?
- Perguntas da Comunidade da Gamboa de Baixo:
 - Quando será aberto o espaço para que a comunidade da Gamboa possa participar das deliberações e decisões sobre o Plano de Regularização Fundiária da Gamboa, que é uma das etapas da regulamentação da ZEIS?
 - Quais alterações foram feitas no projeto de reforma da Orla da Gamboa antes de ter sido assegurada a participação da comunidade nas deliberações e decisões que resultaram nessas mudanças?
 - No plano feito sem participação da comunidade da Gamboa nas deliberações e decisões, quais equipamentos serão de uso coletivo, e quais garantirão o fortalecimento da cultura local?
 - De que forma e quais os prazos dados nos projetos do Forte, da Orla e da Regulamentação da ZEIS, se relacionam para que um complete o outro sem criar impactos negativos na paisagem local, e que também estimulem o desenvolvimento econômico, e que, principalmente, garanta a permanência das famílias no seu local de origem?
- Perguntas adicionais:
 - Existem, no Centro Histórico/Antigo, imóveis arrecadados pela Prefeitura como bens vagos, na forma do Código Civil, da Lei Municipal 8.553/2014 e do Decreto Municipal 25.922/2015? Se existirem, quantos e quais são? Tem sido respeitada sua destinação prioritária para habitação de interesse social?

- Quantos empreendimentos imobiliários foram submetidos à Cota de Solidariedade de 2016 até a presente data? Quantas empresas no cumprimento deste instrumento fizeram depósito no Fundo de Desenvolvimento Urbano, destinado a Habitação de Interesse Social-HIS, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da área do terreno do empreendimento? Qual o montante de recurso depositado? Por que, esse recurso não é destinado para Habitação de Interesse Social no Centro Antigo de Salvador? Esse instrumento urbanístico aprovado no Plano Diretor de 2016 define que os empreendimentos com área construída superior a 20.000 m² (vinte mil metros quadrados) ficam obrigados a destinar 5% (cinco por cento) da área construída para habitação de Interesse Social, para atender famílias com renda de até 3 (três) salários mínimos (artigo 341 do Plano Diretor/2016).

Para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN):

- Perguntas da Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico (AMACH)
 - Quais ações do Governo Federal através do IPHAN estão sendo propostas para um desenvolvimento sustentável do Centro Antigo de Salvador?
- Perguntas de antiga/os moradora/es da Vila Nova Esperança - Rocinha:
 - As moradias da comunidade serão destinadas somente aos antigos moradores ou alguns funcionários públicos irão ter acesso, assim como foram em outras comunidades do Centro Antigo de Salvador?
- Perguntas da Comunidade do Tororó:
 - Por que o povo pobre, preto e da periferia não pode morar no Centro?

- Perguntas da Comunidade da Gamboa de Baixo:
 - De que forma e quais os prazos dados nos projetos do Forte, da Orla e da Regulamentação da ZEIS, se relacionam para que um complete o outro sem criar impactos negativos na paisagem local, e que também estimulem o desenvolvimento econômico, e que, principalmente, garanta a permanência das famílias no seu local de origem?

- Perguntas de ambulantes do Centro Histórico:
 - Os barraqueiros querem saber sobre quando será o retorno para a Praça do Terreiro de Jesus, porque foram retirados por conta da reforma.
 - Os ambulantes do Pelourinho querem saber porque nos eventos que acontecem no Largo do Pelô não podem mais colocar as barracas como antes.
 - Nós da comunidade do Centro gostaríamos de saber porque estamos fora de nossas moradias, considerando que nascemos aqui, trabalhamos aqui. Porque não podemos morar aqui?

- Perguntas adicionais:
 - Foi anunciado pelo Governo Federal uma modalidade do Programa Minha Casa, Minha Vida chamada de “Retrofit”, que será o financiamento para aquisição e adequação de unidades habitacionais de interesse social nos centros da cidade para a população. Como o Governo do Estado e a Prefeitura estão se preparando para acessar esses recursos? Já existe um levantamento e algum diálogo com o Governo Federal? Será utilizado o mapeamento dos vazios construídos no Centro para subsidiar essas propostas?
 - Por que não criar um programa público de incentivo e de manutenção popular em parceria com as famílias, as lojas de materiais de construção e assessoria técnica?

